

UNIVERSIDADE DE SANTO AMARO
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

KELI PALOMA NASCIMENTO

**O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL COM CRIANÇAS VÍTIMAS DE
VIOLÊNCIA SEXUAL NO CONTEXTO FAMILIAR**

São Paulo

2015

KELI PALOMA NASCIMENTO

**O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL COM CRIANÇAS VÍTIMAS DE
VIOLÊNCIA SEXUAL NO CONTEXTO FAMILIAR**

Trabalho de Conclusão de Curso de Serviço Social da Universidade de Santo Amaro – UNISA, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social sob orientação: do Professor Tito Arturo Valencia Monárdez

São Paulo

2015

KELI PALOMA NASCIMENTO

**O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL COM CRIANÇAS VÍTIMAS DE
VIOLÊNCIA SEXUAL NO CONTEXTO FAMILIAR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da
Universidade de Santo Amaro – UNISA, como requisito parcial para obtenção do
título Bacharel sob orientação do Prof. Tito Arturo Valencia Monárdez.

São Paulo, de de 2015

Banca Examinadora

.....

Prof. Ms..

.....

Profa..

Agradecimentos

Agradeço a minha mãe Alda, minha referência, me ensinou o verdadeiro valor da vida e me incentivou em todos os momentos.

Agradeço a minha irmã Pamela, pelo companheirismo e amor.

Agradeço ao meu companheiro Leandro, que sempre esteve ao meu lado me incentivando, obrigado pela paciência, compreensão, amor e cuidados.

Agradeço ao meu orientador professor Tito Arturo, que disponibilizou seu tempo, me auxiliando com paciência.

Agradeço a minha leitora professora Maria Lourdes, que me auxiliou significativamente com seus apontamentos.

Agradeço aos professores pelos quatro anos de aprendizado.

Agradeço as minhas amigas Keila, Rayanne, Fabiola, Patrícia, Jackeline, Joice e Camila, obrigado pelos momentos compartilhados e pelo prazer da amizade.

Agradeço a todos que de alguma forma contribuí com esta pesquisa, seja diretamente ou indiretamente, com entrevistas, opiniões ou referências.

Dedico este trabalho ao meu esposo e meus dois anjinhos, meus filhos: Maria e Vinicius, que me fortaleceram a cada dia de luta.

RESUMO

O seguinte trabalho tem como objetivo abordar o tema violência sexual infantil intrafamiliar dentro contexto da prática do assistente social apontando causas e danos dessa violação, vivenciada em muitas famílias, assim como as intervenções do assistente social. Foi realizada pesquisa bibliográfica e de campo através de levantamentos de fatos históricos e dados apontando as temáticas sobre: família, criança, violência e Serviço Social para o embasamento da pesquisa e entrevistas com profissionais do Serviço Social, que se encontram atualmente no exercício da função com as vítimas, para uma conclusão da sua importância, destacando seus instrumentais, não somente ao que se relaciona a construção material, mas também suas ações diariamente na busca da transformação da realidade. Ao fim da pesquisa concluímos através das comparações realizadas nas três entrevistas a relevância do Assistente Social na luta contra o abuso sexual infantil, sendo ele um dos mediadores nas questões como garantia de direitos e emancipação dos sujeitos.

Palavras chaves: Criança; Violência doméstica; Família.

ABSTRACT

The following paper aims to address the issue of child sexual intrafamily violence within the context of the social worker practice pointing and causes damage this violation, experienced in many families, as well as the interventions of the social worker. Was relizada bibliographic and field research through historical facts surveys and data pointing the themes of: family, child, violence and social work for the foundation of the research, and interviews with professionals in social work, which are currently in exercise its function with the victims, to a conclusion of its importance, highlighting their instrumental, not only to what relates to construction material, but also its actions daily in search of the transformation of reality. At the end of the research we conclude through the comparisons made in the three interviews the importance of the social worker in the fight against child sexual abuse, being it one of the mediators on issues such as ensuring rights and emancipation of the subjects.

Keywords: Child; Domestic Violence; Family.

Lista de Ilustrações

Figura 1 – Estrutura familiar segundo Levi Straus.....	19
Figura 2 – Pintura de criança no século XV.....	22

Lista de Tabelas

Tabela 1 Vítimas de violência sexual.....	50
Tabela 2 Apontamentos das dificuldades.....	61

Lista de Gráficos

Gráfico 1 Características da família.....	20
Gráfico 2 Locais das agressões.....	41
Gráfico 3 Autores das agressões.....	41
Gráfico 4 Índice de Violência/Características.....	44

Lista de Quadros

Tabela 1 Código Mello de Mattos x ECA.....	31
--	----

Lista de Abreviaturas e Siglas

CE	Código de Ética
CEDECA	Centro de Defesa da Criança e do Adolescente
CMM	Código Mello Mattos
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CRAS	Centro de Referência de Assistente Social
CREAS	Centro de Referência Especializada de Assistência Social
CF	Constituição Federal
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FUNABEM	Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
ONU	Organização das Nações Unidas
PIA	Plano Individual de atendimento
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
SAM	Serviço de Atendimento ao Menor
SINAN	Sistema de Informação de Agravos de Notificação
SPVV	Serviço de Proteção Social às Crianças vítimas de violência
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
UBS	Unidade Básica de Saúde
UNESCO	Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
UNICEF	Fundo de Emergência Infantil das Nações Unidas
VIVA	Vigilância de Acidentes e Violências

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I CONTEXTUALIZANDO	
A FAMÍLIA E A CRIANÇA	14
1.1 História da família	14
1.2 A criança no mundo.....	21
1.3 A criança no Brasil	26
1.4 O Serviço Social e a criança.....	31
CAPÍTULO II VIOLÊNCIA E CRIANÇA	37
2.1 A violência: definições.....	37
2.2 A violência e a criança.....	40
2.3 As expressões da Questão Social.....	44
2.4 O Serviço Social e a violência.....	47
2.5 Desigualdade de gênero e a violência contra a criança.....	48
CAPÍTULO III – ASPECTOS METODOLÓGICOS	
3.1 Metodologia.....	51
3.2 Análise das entrevistas.....	53
3.2.1 Perfil dos entrevistados.....	55
3.2.2 Atuação.....	55
3.2.3 Teoria X Prática.....	62
CONSIDERAÇÕES FINAIS	65
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	68
APÊNDICES	73
ANEXOS	

INTRODUÇÃO

A proposta do estudo partiu da complexidade do tema e da proporção que atinge a sociedade atualmente. Nos últimos anos ganhou destaque nas pesquisas devido as mudanças em nossa sociedade com movimentos sociais que auxiliaram no reconhecimento dos direitos de vários segmentos. A violência sexual infantil intrafamiliar se destaca nos atendimentos por ser um trabalho difícil aos profissionais por envolver algumas questões, sendo uma delas o sigilo da família.

A violência é tida como um problema social e histórico, e há alguns anos pensava-se que estivesse ligada a questões como alcoolismo ou transtornos, em famílias isoladas porém estudos recentes verificaram que se trata de um tema complexo tendo diversos motivos para sua existência, envolvendo todos os tipos de sujeitos sem escolha de classe social, etnia, religião ou cultura, e identifica-se como uma das expressões da Questão Social resultado do sistema capitalista.

A violência contra a criança está inserida em nossa sociedade há séculos, desde época Antes de Cristo. Varia de acordo com o cenário, como a cultura, política e época. O reconhecimento da criança como sujeito de direitos é algo atual, tendo o Estatuto da Criança e do Adolescente como sua base de garantia, rompendo com a visão que predominava em nossa sociedade, em que a lei se referia apenas crianças que se encontravam em situação de “irregularidade”, denominados de menor.

Paralelo a esta realidade, o Serviço Social atualmente, possui uma ação em trabalhos com vítimas e suas famílias para intervenção, orientação e como moderador nos laços familiares. Em seu princípio atuava dentro dos parâmetros da Igreja Católica e do Estado, tendo uma visão conservadora, conseguiu romper esse pensamento assumindo uma postura crítica e reflexiva sobre as relações sociais.

Pretendemos então através dos dados coletados, observar a prática do profissional do Serviço Social e quanto sua instrumentalização técnica-operativa, para refletimos e analisarmos a importância do assistente social no trabalho com as crianças e suas famílias.

CAPITULO I – CONTEXTUALIZANDO A FAMÍLIA E A CRIANÇA

Na atualidade muitos são os debates sobre a família e a importância com a criança, tornando se um foco como principal fator de desenvolvimento para o indivíduo, nela a criança se orienta para a sua formação e a tem como referência e segurança para seus medos e dúvidas. A criança passou por fases onde não era reconhecida como sujeito de direitos, ignorando suas subjetividades, isso engloba suas vontades, perspectivas, sentimentos e o principal no meio social: sua identidade. Atualmente a família não é a única responsável, devendo ter a participação da sociedade e do Estado em conjunto para auxiliar na socialização das crianças, caso este que ao longo do tempo se concretizou, visto que, em grande parte de nossa história a responsabilidade era somente da família, a culpabilizando por qualquer motivo, se caso ocorresse alguma problema com ela. Com o desenvolvimento dos estudos das questões sociais verifica se que não podemos nos dirigir a criança partindo de uma só visão ou parte, mas sim de sujeitos em desenvolvimento que crescem necessitando de vínculos e possuidor de subjetividades que influência no meio em que convive.

1.1 História da família

A família em nossa sociedade atual é tida como referência para uma construção da identidade, nela esperamos o acolhimento e o cuidado entre os indivíduos. Hoje conhecida como família nuclear a organização em si sempre fez parte da humanidade, modificando-se através do tempo e determinado pelos costumes e locais. Advém da palavra *famulus* que significa *escravo doméstico*, “família é um conjunto de escravos pertencentes a um mesmo homem” (LESSA, 2012, p. 31), este significado surgiu com o tempo quando já se estabeleciam papéis como o do homem, o mantenedor da casa e da mulher como figura submissa ao marido e com responsabilidades domésticas.

Considerada como uma instituição é organizada entre membros, sejam eles ligados por laço afetivo ou consanguíneo, que convivem entre si. Analisado como um processo construído pelo homem, ou seja, não é natural, está inserido dentro de um contexto sócio-histórico, isso porque, dependendo de determinada época e local

contém características próprias respeitando costumes e crenças. A partir de alguns estudos, Bruschini afirma:

Eles confirmam, porém que a família, tal como a conhecemos atualmente em nossa sociedade, não é uma instituição natural e assume configurações diversificadas em torno de uma atividade de base biológica, a reprodução. Assim como a família não é uma instituição natural, podendo assumir configurações diversificadas em sociedades ou grupos sociais heterogêneos[...]A mutabilidade seria, portanto, outra característica do grupo familiar. (BRUSCHINI, 2011, p.61)

Lessa baseia-se na visão marxista para desenvolver a teoria da família, aponta seu início nas sociedades primitivas, quando as primeiras comunidades eram organizadas entre si para a sobrevivência da espécie, mas o fato que determinou cada modelo foi nas relações de trabalho. Segundo Marx as relações de trabalho são os principais transformadores das relações sociais “ao atuar sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la, ele, modifica ao mesmo tempo, sua própria natureza” (MARX, 1983 apud LESSA 2012,p.15).

Sendo assim através do trabalho (atuação sobre a natureza) o homem interfere o seu meio, transformando-a, logo interfere em suas relações bem como na estrutura familiar. Na sociedade primitiva, os homens viviam em grupos, no decorrer do tempo, foi percebendo a necessidade de recursos para a subsistência, resultando nas divisões de tarefas, por conseguinte o trabalho. Isso não significa que existia uma hierarquia através do poder ou da diferença de gênero, mas sim pelo fator biológico, os homens eram mais hábeis para a caça, por exemplo.

As leis, o Estado e a política eram desconhecidas nessas sociedades, o modo de produção era colaborativo, todos deveriam colaborar para a sobrevivência da espécie, o resultado dessa formatação familiar pode se identificar na criação das crianças e da importância do papel do adulto, a responsabilidade com a criança ficava a cargo de todo o grupo, e a morte de um adulto significava mais do que a de uma criança, pois com essa perda significaria um a menos para auxiliar no trabalho que garantiria essa luta pela sobrevivência (LESSA 2012, p18).

O casamento era realizado de forma com que grupos se unissem, era um ato público, pois não era um único indivíduo que escolheria seu parceiro ou parceira, assim também, o incesto era proibido, essas duas condições eram justamente para que as famílias não permanecessem isoladas. (BRUSCHINI, 2011, p. 68). Nessa sociedade

primitiva o que se buscava era a proteção da raça humana, se o incesto fosse permitido, as famílias iriam procriar entre si e provavelmente lutar um contra o grupo do outro, fato este que poderia levar a extinção. Com a proibição das relações afetivas entre famílias, a visão era da evolução, pois a espécie se multiplicaria e juntas se fortaleceriam.

Na sociedade de classes¹ uma nova dinâmica é instaurada trazendo ideologias, formatando a família que viverá em um contexto individualista, a ideia de colaboração entre indivíduos não existe, com o trabalho explorado cada um deve preservar os seus bens, nesse período nasce as relações de poder entre homem e mulher, em que a mulher deve ser submissa ao homem (LESSA, 2012, p.24), nesse momento os papéis sociais começam a se criar, e o que era dividido pela sua condição física agora será pela condição de gênero, questão como amor tanto entre marido e mulher, quanto de pais para filhos começa a surgir apenas depois do século XVII. Por volta do século XII entre século XV, observamos que a responsabilidade da família encontrava se em outro viés, “tinha por missão – sentida por todos – a conservação dos bens, a prática comum de um ofício, a ajuda mútua cotidiana[...] a proteção da honra e das vidas” (ÁRIES, 1979,p.10), essa ajuda mútua não significaria a mesma da sociedade primitiva, com o objetivo sendo outro e não mais da proteção da espécie, a ajuda mútua se limitava ao que consideravam sua família e não a um grupo de indivíduos.

No período do século XVI e XVII, não tem uma distinção entre o público e o privado as referências das crianças eram os adultos com quem conviviam independente do grau de parentesco, o trabalho era tanto no campo como nas casas sendo realizado por todos os membros. Nesse sentido Poster afirma “a autoridade e o amor estavam repartidos por ampla rede de parentes e aldeões, as relações entre pais e filhos não se caracterizavam por intimidade ou intensidade emocional”. E os castigos aplicados as crianças eram físicos, não significa que não havia um sentimento do amor, esse se

¹ Conforme a sociedade evolui, ela se expande e cresce, logo o homem se encontra em um momento em que produz mas não é o suficiente para as necessidades, e a forma encontrada para lidar com essa situação é o trabalho explorado, percebe se que através da exploração sobre o outro a possibilidade de aumentar os produtos é certa, esse novo meio de relação de trabalho resulta na sociedade de classes.(LESSA,2012,p.22)

dava antes do casamento, na fase do namoro ou noivado, após o casamento se dispensava (POSTER, 1979 apud BRUSCHINI, 2011,p. 59).

Com a Revolução Industrial, um novo modo de produção surge enfatizando a divisão de classes entre proletariado e burguesia. O trabalho imigra para as indústrias e temos um cenário em que a miséria estava em grande parte da população, tendo que pais, mães e filhos (crianças ou adolescentes) trabalhassem nas fábricas em situações degradantes, mas com a independência dos mais jovens, no ambiente de trabalho iniciava sua socialização. Aos poucos as relações alteraram devido ao novo modo de vida, e a classe burguesa começa impor seus costumes na classe proletária para um controle da situação, isso porque, nas famílias mais abastadas, o controle de natalidade e o conceito privado não era aplicado em seus meios. Com a industrialização, o privado começa a ter uma importância, pois agora, os bens devem ser garantidos, assim a mudança primeiramente vem da classe burguesa que vê na família um modo de preservação da propriedade. O modelo de família que temos hoje, começa, a partir dessa privatização. Segundo Lessa, os papéis sociais pelo qual nos referimos atualmente se embasa nesse objetivo:

A família, tal como a hoje conhecemos, não surge como resultado do amor entre os indivíduos. Surge como a propriedade patriarcal de tudo que é doméstico. No primeiro caso, a finalidade é um herdeiro que possa perpetuar a acumulação de riqueza na família[...]A garantia de que o filho será mesmo do marido é a virgindade da esposa – por isso cabe ao primogênito masculino a herança. (LESSA 2012, p.31)

Com isso, o público passa a ser privado, e o isolamento da família desenvolve características como o amor afetivo que será dos pais, as crianças terão neles a figura central em suas vidas, não mais em outros parentes, o pai se tornará a representação da moral e responsabilizará pelo provento da casa e a mãe a figura sensível e cuidará da manutenção do lar, isso ocorre porque quanto mais se afastam os parentes, estes não são inclusos, figuras como a avô não estavam mais presentes para auxiliar na educação das crianças e caberá à mãe a orientação

O papel do Estado foi fundamental para essa mudança a partir do século XV, na qual inicia uma interferência na vida social , que antes eram lançadas para as comunidades, juntamente com o surgimento da imprensa que colabora para a mutação da sociedade (ÁRIES, 1979 apud BRUSCHINI, 2011.p.58). Mesmo com essa

transformação vimos que o papel da mulher continua como submissa e limitada ao lar doméstico, e por volta do século XIX muitas mulheres começam a trabalhar em fábricas em consequência de mortes ou invalidez de seus companheiros. Ao decorrer do tempo o cenário social ganha mulheres com profissões diferenciadas, consideradas fora do padrão de suas épocas, aparecem escritoras, poetisas, dançarinas entre outras. Temas como a homossexualidade e dandismo ficam em evidência e os meios de comunicações expõem a sociedade à nova realidade social, o contexto da família se transforma novamente com a diversificação de gêneros.

Instaurada a família monogâmica, surgem estudos para a desnaturalização desse conceito enraizado de tal forma, que a sociedade acreditava ser natural, que para homens haviam determinadas responsabilidades e direitos, como a figura ligada ao trabalho e políticas possuindo direitos como relações extraconjugais mesmo sendo discretas, e a mulher com o papel da mãe responsável pelos seus filhos e dos cuidados domésticos, não podendo ter outros envolvimento além do relacionamento com seu marido, perdendo até seus direitos e sendo julgada caso constatado traições aos companheiros. Na antropologia verifica-se essa diversidade em que as pesquisas apontam diferentes organizações, porém um ponto permanece em comum, a de que sua estrutura decorre de uma divisão sexual levando definir o papel de cada um, sendo sua função a de procriação e de consumo. Essa área contribuiu para a desnaturalização do grupo familiar como a conhecemos. (BRUSCHINI, 2011, p.68).

Em muitos estudos a família era analisada em sua forma de reprodução biológica, em 1949 com pesquisas de Claude Levi Strauss, aponta a estrutura familiar compostas por “Estruturas elementares” em que se organiza a partir dessas relações: descendência (pai e filho); consanguinidade (irmãos/irmãs); afinidade (marido e mulher). Essa forma de pensar revolucionou os estudos, com uma nova forma de interpretar a família em dinâmicas universais. (Matos, 1999 p.45.)

A seguir segue modelo conforme o estudo de Levi Strauss sobre as estruturas familiares:



Figura 1 – Estrutura familiar segundo Levi Strauss, este método de estudar a família auxiliou outros historiadores deste segmento a interpretar o núcleo familiar além do conceito biológico.

Fonte: O autor (2015)

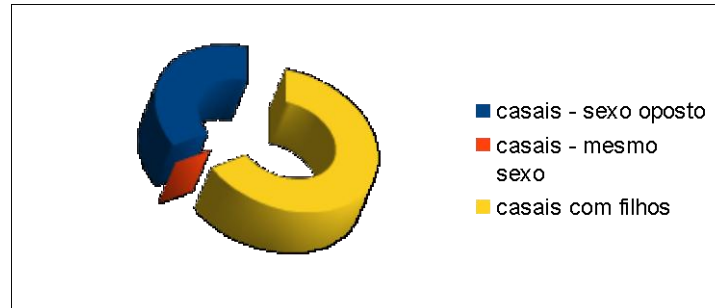
A família contemporânea, resultado de toda essas modificações (industrialização, urbanização, abolição da escravidão, sociedade de consumo de bens), vive em um paradoxo em que busca o novo, porém se prende a ideias antigas, como por exemplo a opressão feminina e a perspectiva do casamento monogâmico, entre homem e mulher, considerado por alguns, modelo de família (OLIVEIRA, 2009, p.66). É comum atualmente mulheres ocuparem cargos em empresas, denominadas como independentes financeiramente de companheiros, visão esta, que o feminismo lutou para concretiza lo, porém percebe que em grande parte, essas mulheres continuam exercendo um papel social em seus lares, apontado pela sociedade, como percebemos nas tarefas domésticas que são ainda identificadas como atribuições femininas.

Como citado no início, é um processo de mutação, e podemos verificar que dependendo de suas relações muda o papel social em relação a família transformando a sociedade, sendo então uma modificação individual e em um todo. Uma das provas é a diversidade de modelos familiares que se desenvolveram na sociedade contemporânea como a união homo-afetiva, união com parceiros(as) que já passaram por um processo de divórcio, união em que um dos parceiros(as) possuem um filho, mães ou pais que convivem apenas com filhos, casais que optam por não ter filhos, criança que convivem apenas com os avôs, casais com filhos adotivos, entre outros.

Na última pesquisa organizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) no censo de 2010, foram entrevistadas 190 milhões de famílias, na

qual houve variadas informações em que eram formadas: 37 milhões casais heterossexual, 60 mil homossexuais, casais com filhos 68 milhões, sendo 20 milhões do filho de apenas um dos conjuguês, os demais compostos por avôs/netos, irmãos/irmãs, ente outros.

Gráfico 1 - Características das famílias



(Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas, censo 2010)

Mesmo com esses diferentes modelos de famílias, Oliveira acredita que as relações formadas no século XX e XXI são de interesses, muitas pessoas buscam pela instabilidade pessoal e financeira, e para a autora ainda não há o afeto verdadeiro que acreditamos que deveria haver em uma família ou casamento (OLIVEIRA, 2009, p. 67).

A família contemporânea não tem apenas um modelo, ao mesmo tempo que percebe uma família tradicional, constituída de mulher, homem e filhos se têm outras famílias em outros modelos e com diferentes ideologias e crenças, são reconhecidas como famílias monoparentais e a união estável, completando o misto de modelos na atualidade. Nesse contexto Ferrari & Kaloustian afirmam:

A família, da forma como vem se modificando e estruturando nos últimos tempos, impossibilita identificá-la como um modelo único ou ideal. Pelo contrário, ela se manifesta como um conjunto de trajetórias individuais que se expressam em arranjos diversificados e em espaços e organizações domiciliares peculiares.

(FERRARI & KALOUSTIAN, 2002 apud OLIVEIRA, 2009, p.67)

Isso mostra que independente da família em que o sujeito está inserido, cada relacionamento terá suas contribuições não só para um único indivíduo como também na perspectiva de grupo, pois este baseará nela como seu ponto de partida para a vida. Questões como a moral, crenças e ideologias são fatores desenvolvidos dentro desse

conjunto, sendo que levará para seu convívio em sociedade, na qual em um determinado momento se formará uma outra família com outras características advindo das junções de modo de vida dos envolvidos. Pensando na questão do sujeito como indivíduo, e não somente em uma parte desse círculo social, as experiências construídas ao longo da vida com a família determinarão suas subjetividades se concretizando no convívio com outros.

1.2 A criança no mundo

Representadas simbolicamente como anjos, ou a personificação da ingenuidade, a criança tem ganhado espaço em debates sobre o reconhecimento de seus direitos e como sujeitos em desenvolvimento que necessitam não só de orientações, mas também de afeto, pois esse desenvolvimento não pode ser apenas físico, mas também psicológico. A ideia da infância que conhecemos é um conceito da nossa sociedade moderna, pois na Idade Média as crianças não tinham muita atenção por parte da sociedade e de sua família, não que fossem mal tratadas, mas não havia a percepção da infância naquela época, levando aos cuidados básicos como a saúde, criando uma alta taxa de mortalidade. Quando uma criança vinha a falecer não se sofria pois logo outra criança nasceria. Passado a fase do risco da morte, as crianças já eram consideradas como pequenos homens, salvas crianças em seus primeiros anos de vida e que recebiam muito afeto. Esses costumes foram retratados em obras de artes como estátuas, pinturas e textos onde crianças tem sua figura como se fosse um “homenzinho”.

Esse fato ocorre porque essas crianças se misturavam aos adultos, na perspectiva de que não tem mais o risco de falecer, então já iniciavam sua socialização, envolvendo-se com grupos de outras idades, sendo comum vê-las fumando e bebendo por exemplo.



Figura 2 – Pintura de criança no século XV, crianças eram retratadas como homens em miniaturas, nesta imagem podemos perceber o rosto da crianças com traços fortes e os membros alongados.

Fonte:(MARQUES, Idade Média, imagens contemporâneas)

Nos séculos XIV e XV, temos a referência dessas modificações, elas são representadas em pinturas simbolizando anjos, espíritos, ou figuras religiosas, porém com traços de adultos, que transformavam as crianças em homens em miniaturas. A sua socialização era um fator que decorria da convivência com os adultos, a responsabilidade não cabia aos pais e parentes, e seu aprendizado era desenvolvido através de tarefas junto à eles, sua educação se iniciava aos sete anos, período este em que a igreja considerava a idade da razão. Era comum as crianças terem um palavreado e atitudes em desacordo com sua idade, não eram reprimidas, porém quando chegasse aos sete anos eram forçadas a aprender os modos da sociedade em que viviam (ÁRIES, 1979, p.77).

Somente com a introdução das escolas com papel do aprendizado, que se separam dos adultos. No século XVI , entretanto, houve uma pequena mudança na esfera sentimental, um dos exemplos foi através de pinturas de crianças mortas em esfinges, pois com esses retratos confirmavam sua relevância no núcleo familiar. Na esfera da educação os educadores se preocuparam com o conteúdo duvidoso e começaram a trabalhar com livros destinado a eles, ressaltando que existia tanto a influência da igreja católica quanto da protestante, porém levando em conta o tempo e

seus costumes, essas práticas eram apontadas como os primeiros sinais de respeito a infância.

Por volta do século XVII, a infância começa a ser conceituada e literaturas surgem para auxiliar nessa pequena evolução, nos costumes, crianças começam a utilizar roupas diferenciadas dos adultos, esse ponto ganha um destaque, pois os trajes eram importantes nas relações de classes, atualmente se tem o discernimento do que é uma veste para uma criança e para um adulto, para alguns esse fato não tinha relevância, a vestimenta era importante antigamente e ainda é, neste século quando cria uma roupa própria à criança, se percebe a infância com preocupações a sua identidade.

O tratamento através de carinhos e brincadeiras, não era descartado na fase em que ainda eram bebês, ou quando estavam aprendendo a falar e andar, Áries, chama a fase em que a criança necessitava de mais cuidados, de *paparicação*, pois os adultos as paparicavam muito mais pelo fato de ser como uma distração, era mais por parte da mãe ou da ama esse hábito. Por outro lado, havia um grupo que discordava dessa paparicação e não entendia como podia beijar ou acariciar alguém que não andava e nem falava e alguns tinham uma certa rigidez, até mesmo na hora de convidar uma família para uma comemoração em sua residência. Ao mesmo tempo, que essa família paparicava e outros discordavam, um terceiro grupo colocava suas ideias quanto a infância: os eclesiásticos, os homens das leis e parte dos moralistas que seguiam a concepção de um limite na educação das crianças, acreditavam que essa paparicação dificultava na educação, fazendo com que estas crianças ficassem mal educadas.

No século XVIII, a preocupação relacionou-se com os cuidados de higienização e saúde, pois as visões da educação e higienização partiram do lado externo da família, sendo inserido após um período. Essas formas de lidar com a infância durou até o século XX, no qual, após o início dessa época, a sociedade criou histórias e passou por vários progressos em certo sentido, a industrialização predomina em alguns países e os avanços nas áreas das ciências e os conceitos ligados ao social são debatidas e estudadas para se tornar acessível a todos. Com estas alterações, a visão da infância tem um estudo ampliado com participação de setores para buscarem entender melhor essa fase da humanidade, e promover tudo a sociedade. Essa mudança tem seu início

a partir dos Direitos Naturais do Homem e do Cidadão que explicita os direitos aos homens e contribui para fatos históricos que vão com o tempo auxiliando nessa evolução da sociedade.

Mas o que são necessariamente direitos? Chauí define o direito como sendo diferente de necessidades, carências ou interesses, ele é universal, diferentemente de alguém que necessite de alimento, o ser humano tem direito a vida, uma condição que todos nós precisamos e temos (CHAUÍ, 2012, p.558). A partir do momento em que a sociedade entende que todas as crianças necessitam de cuidados básicos para seu desenvolvimento, entendem também que as crianças têm direitos. Segundo Marcilio através desses direitos com o tempo surgiram três gerações até chegar nos tempos atuais: A primeira seria a geração dos direitos civis, fato este que ocorreu durante a opressão da Monarquia Absolutista. A segunda geração, veio com a Revolução Industrial e a resistência dos trabalhadores operários no embate a favor de seus direitos. A terceira geração é a favor do desenvolvimento, da paz e do meio ambiente situado no século XX (MARCÍLIO, 1998, p.47). As gerações que lutaram pelos direitos auxiliaram no desenvolvimento dos direitos infantis, e em 1923, a Liga das Nações cria a primeira Declaração dos Direitos da Criança contendo apenas quatro itens:

- 1.A criança tem o direito de se desenvolver de maneira normal, material e espiritualmente;
 - 2.A criança que tem fome deve ser alimentada; a criança doente deve ser tratada; a criança retardada deve ser encorajada; o órfão e o abandonado devem ser abrigados e protegidos;
 - 3.A criança deve ser preparada para ganhar sua vida e deve ser protegida contra todo tipo de exploração;
 - 4.A criança deve ser educada dentro do sentimento de que suas melhores qualidades devem ser postas a serviço de seus irmãos.
- (DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS, 1923 apud MARCÍLIO, 1998, p.48)

O retrato da criança a partir da Declaração dos Direitos da Criança mostra um perfil diferente do que existia anteriormente, e as crianças são vistas como sujeitos de direitos, são cidadãs e necessitam de atenção como o adulto. A humanização para este segmento continuou, através da criação da Organização das Nações Unidas (ONU) e posteriormente da United Nations International Child Emergency Fund – Fundo de Emergência Infantil das Nações Unidas (UNICEF) fundada especialmente para a proteção de crianças que se encontravam em situação de miséria, com saúde e

alimentação precárias, vítimas do reflexo da Segunda Guerra Mundial e de combates em seus próprios países. A criação da UNICEF foi o principal fator para a importante ampliação na área de atenção às crianças, em seu início era destinada apenas para uma parte das crianças, mas com o passar dos anos foram lhe atribuídas outras responsabilidades: em 1950 criou programas para a alimentação e saúde das crianças em países pobres; em 1953 determinou-se que faria parte da ONU; 1958 fica responsável pela área dos serviços sociais e da educação. Em 1959, a ONU criou a Declaração Universal dos Direitos da Criança, colocando como prioridade:

Princípio II:

A criança gozará de proteção especial e disporá de oportunidade e serviços, a serem estabelecidos em lei por outros meios, de modo que possa desenvolver-se física, mental, moral, espiritual e socialmente de forma saudável e normal, assim como em condições de liberdade e dignidade . Ao promulgar leis com este fim, a consideração fundamental a que se atenderá será o interesse superior da criança. (Declaração Universal dos Direitos da Criança - UNICEF , 1959)

Logo após essa declaração, a busca pela melhoria e pela luta em prol das crianças, foi crescendo e atingindo outros setores que debatiam problemáticas como o combate contra a exploração sexual e o combate ao trabalho infantil. Atualmente, nos encontramos com cenas, que mesmo depois de todo o reconhecimento é verificado que muitas crianças, principalmente de países pobres em situação de completa vulnerabilidade e também de países desenvolvidos em circunstâncias desagradáveis em que crianças estão em situação de abandono, sendo exploradas sexualmente, traficadas como se fossem mercadorias, forçadas a trabalhar, fora a violência social e institucional quando identificamos em hospitais, escolas, casas de acolhidas, casas de reabilitação, presídios, não cumprindo seu papel social, que se utiliza de sua hierarquia para seu objetivo, substituindo a identidade pela coletivização, ignorando suas características com auxílio de leis, do Estado e da sociedade, afim de manter a ordem, instituições de correção que por vezes esquecem da inclusão social que essas crianças possuem (SILVA, 2006, p.125).

Segundo dados das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) em pesquisas realizadas em 2013 aponta que 57 milhões de crianças nunca frequentaram uma escola ou abandonou os estudos, e que destes 57 milhões 20% estão em países da África, seguindo esta pesquisa constatou-se uma queda de

6% nos investimento na educação em todo o mundo. Acompanhando esta situação a pesquisa ainda mostra que em sua maioria são crianças pobres, raciais e étnicas.

A partir destes dados, podemos identificar por um lado, a atenção direcionada a infância, que se fortaleceu, ganhando notoriedade por parte da sociedade, porém situações econômicas e étnicas, assim como, a falta de reconhecimento à esses direitos e de pouco investimento em políticas, interferem no cotidiano de grande parte dessas crianças, sendo uma questão a ser trabalhada para a total efetivação de proteção integral a este segmento.

1.3 A criança no Brasil

A situação socioeconômica do Brasil no século XIX, demonstrava a desigualdade em grande escala, entre as classes possuidoras de recursos e das classes com baixa renda, em sua maioria de negros e índios. O país encontrava-se dependente de Portugal em uma colonização de exploração, com uma população que tentava reproduzir o modo europeu, longe de se igualar na época com tais países, pois o cenário onde a industrialização não havia chegado, e parte da sociedade não era considerada cidadã resultava em um país com pouco investimento social.

Devido ao cenário de escravidão, esta situação refletia nos cuidados as crianças, por dois motivos: da escravidão em si e nas relações geradas por ela. A lógica da escravidão era mão de obra fácil e barata para os donos de escravos, os negros eram visto então como apenas uma "ferramenta" na produção de seus lucros, eram coisas e, e questões como família não tinha uma importância para eles, portanto o conceito família para os negros começou a ser violado desde a primeira venda até ao decorrer da sua vida no Brasil. Eram poucos os proprietários que autorizasse a constituição de uma família pelos negros, escravos com laços familiares eram resistentes nas vendas de seus membros, causando transtornos para os comerciantes (MAESTRI, 2003, p.85). Nessa mesma linha, ao gerar filhos, estes conviviam por um certo tempo com os filhos do dono da fazenda, sendo uma relação de conflitos que geravam preconceitos por sua situação étnica e social. Crianças fruto de uma relação entre brancos e negros, também

tinham essa convivência com as crianças brancas, passando pelo mesmo processo de separação depois de uma determinada fase.

Nesse contexto, o distanciamento entre pais e filhos (pais negros e mães brancas) eram atingidas por não serem reconhecidas pelos genitores e por sofreram pela sua condição étnica. Em relação entre casamentos de brancos, os filhos eram criados pelas amas de leite, responsabilizadas pela amamentação dos bebês e substituíam em muitas vezes a figura materna relacionada ao carinho e aos cuidados (LEITE, 2003.p. 20).

O debate da criança brasileira começou a ganhar espaço apenas no século XX, após a verificação dos problemas em torno desse grupo, resultado da cultura não interpretativa do processo infantil. A palavra criança deriva da terminologia “crias”, filhos criados em casa sejam eles reconhecidos ou não (LEITE, 2003, p.20). Já a palavra infância e seus derivados, originado do latim, significa “aquele que não fala”, *in* = negação; *fante* = falar, dizer (LAJOLO, 2003. p.229).

O período da infância é considerado um processo cultural e histórico, em que dependendo do tempo varia a idade para tal interpretação. No código filipino² (1603 até XIX) a maioridade para meninos se iniciava aos 14 anos, e para meninas, aos 12. No livro *História social da infância no Brasil*, Miriam L. Moreira Leite, traz histórias de viajantes relatando através de diários os costumes e sua visão de crianças brasileiras no século XIX. Nestes relatos tem-se um destaque para a população negra, escrava nessa época, na qual crianças filhos de brancos e negras somente possuíam direitos se o pai os reconhecessem:

[...] Os filhos nascidos de brancos e negras podem ser emancipados, se em suas primeiras semanas após o nascimento o pai fizer valer seus direitos [...] As mulheres pretas raramente têm mais de quatro filhos de pais brancos. As brancas têm grande quantidade [...] O ventre materno é o que faz livres ou escravos.³
(CARL SCHLICHTHORST, 1826).

Notamos que uma das principais violências cometidas com as crianças, como parte dos costumes era através do preconceito seguido do abandono, não era

² Código que regia leis no período em que Portugal colonizava o Brasil.

³ Trecho extraído do livro *Historia Social da família* onde a autora, Miriam L. Moreira Leite, transcreve relatos de diários de viagens.

determinado para criança que nascia algum direito, pois a sua sorte era lançada ao pai, que optava por reconhecer ou não, o reconhecimento da cidadania era sua mãe. A questão das Amas de Leite, por um lado auxiliava em parte no desenvolvimento dessas crianças, visto que as mães não amamentavam, não existia esse hábito:

[...] Se o recém-nascido pertence a uma classe distinta, raro é que a própria mãe o amamente: este cuidado é incumbido usualmente a uma mulata ou preta. Porém, quaisquer que sejam as circunstâncias que venham a mudar os costumes interiores, cumpre dizer, em abono dos Brasileiros, que ama não é considerada como escrava, mas sim como fazendo parte da família.

(FERDINAND DENIS, 1816)⁴

Por outro lado, considerou que houve aumento da mortalidade infantil em virtude da amamentação, pois não eram encontradas amas de leite para todas as crianças, e mesmo que encontrassem em sua maioria, já tinham filhos, e seu leite não era suficiente à todos. Estas crianças se apegavam as amas de leites mais do que, com as próprias mães, uma vez que desde seu nascimento as responsáveis por todos os seus cuidados com a alimentação, o banho, a hora de dormir, as carícias eram atribuições das amas de leite.

Diante do quadro acima apresentado existiam as municipalidades responsáveis pela área de crianças abandonadas, no entanto a única coisa que realizaram em prol das beneficiadas foi o pagamento de uma quantia significativa para amas de leite.

A Roda dos Expostos criadas devido ao elevado número de bebês abandonados, que a mãe não assumia, seja por questões financeiras ou morais, abandonavam em qualquer lugar: lixeiras, ruas e casas para alguma pessoa cuidar, se não tivessem a sorte de serem encontradas, eram devoradas por animais. Em algumas residências, criavam por caridade, porém também se aproveitavam para utilizá-los na fase adulta como uma mão de obra para a família (MARCÍLIO, 2003, p.54). Assim, para atender essa demanda foram instauradas na época colonial instituições com a “roda”, no principio em três cidades Salvador, Rio de Janeiro e Recife, e por séculos foram reconhecidas como principais intervenções na assistência a essas crianças. Nas

⁴ Trecho extraído do livro História Social da família onde a autora, Miriam L. Moreira Leite, transcreve relatos de diários de viagens.

instituições elas eram primeiramente batizadas e criadas conforme as regras da Igreja Católica até sua maioria.

Acontece que devido a esse tipo de política aplicada a essas crianças até mesmo quando inseridas nas Rodas dos Expostos, resultou em um aumento no número de crianças em situação de rua, vivendo de esmolas. No século XIX, o Império reinava no Brasil querendo solidificar novas ideias no país para um crescimento, ideias como higienização e controle por meio da polícia eram apontadas como principais fatores para a ordem. O Estado investe então em escolas como meio de inserção e de controle social como tentativa para amenizar as questões sociais que apareciam devido ao abandono das crianças. Porém, referente ao ensino, somente será obrigatório em 1854, limitado apenas à uma classe, os filhos de escravos e aqueles que sofriam de alguma doença ou não eram vacinados, eram impedidos de frequentar o ensino regular. Na área do trabalho, apenas em 1891 através do decreto 1.313, regulamentou a idade mínima de 12 anos para trabalhar.

No século XX o termo “menor” é que vai definir a idade da criança, esta definição é apontada devido a quantidade de crianças em estado considerado irregular, reflexo de todo o avanço no Brasil, porém sem uma estrutura para lidar com o processo de urbanização, gerando assim crianças abandonadas em sua maioria filhos de lavradores e descendentes de escravos. Com a criação da lei como a 2.059 de 1924 do cargo de Juízes de Menores com ações policiais, encaminhavam as crianças as instituições como as Casas dos Expostos (Roda dos Expostos), em 12 de dezembro de 1927 nasce o Código de Menores, conhecido também como Código Mello Mattos, e se institui o Comissariado de Menores responsáveis pelas ações executadas para essas crianças. Ressaltando que, quem possuía esses direitos do Código eram apenas os abandonados e infratores:

Art. 1º O menor, de um ou outro sexo, abandonado ou delinquente, que tiver menos de 18 anos de idade, será submetido pela autoridade competente às medidas de assistência e proteção contidas neste Código.

(LEI 17.943-A/27)

Mesmo sendo uma lei que não abrangia a todos foi um marco nos direitos das crianças no Brasil, foi a primeira legislação direcionada a este segmento, e o princípio de outros até a criação do ECA. Na década de 1930 e 1940, a área da assistência

ganha um foco para o Estado em que se identifica a importância de um serviço para atender a esse grupo criando o Serviço de atendimento ao menor (SAM) em 1942, em que trabalhavam com crianças, mas diferenciavam o tratamento do infrator com o abandonado. Para os infratores o serviço era encaminhado para casas de correção e internatos, os abandonados eram encaminhados a patronatos agrícolas e escolas em que se aprendiam ofícios.

O Regime Militar instaurado em 1964, modificou algumas leis, e na área da infância houve duas leis instauradas: Lei 4.513 de 01 de janeiro de 1964, em que cria a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) substituindo o SAM para a implantação da Política do Bem Estar do Menor (PBEM). No artigo 5º dispõe uma de suas atribuições:

A Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor tem como objetivo formular e implantar a política nacional do bem-estar do menor, mediante o estudo do problema e planejamento das soluções, a orientação, coordenação e fiscalização das entidades que executem essa política.

(BRASÍLIA, 1964)

Em meio a democratização na política brasileira, com o fim do Regime Militar, junto ao pensamento que circulava pelo Mundo em relação aos Direitos Humanos, a Constituição Federal 1988 considera a criança como prioridade, apontando como dever da família, da sociedade e do Estado a responsabilidade pelo desenvolvimento, proteção, promoção e garantia dos direitos da criança. Em 1989, o país implementa os princípios estabelecidos na Convenção das Nações Unidas após um longo período de fortalecimento de direitos às crianças. Em seu artigo 2º estabelece:

Os Estados Partes comprometem-se a respeitar e a garantir os direitos previstos na presente Convenção a todas as crianças que se encontrem sujeitas à sua jurisdição, sem discriminação alguma, independentemente de qualquer consideração de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou outra da criança, de seu país ou representantes legais, ou da sua origem nacional, étnica ou social, fortuna, incapacidade, nascimento ou de qualquer outra situação.

(CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1989).

Com bases nesses documentos, em 1990 o Estatuto da Criança e do Adolescente foi promulgado através da lei 8.069 de 13 de junho, rompendo com os Códigos anteriores que guiavam a conduta quanto a criança, com teor opressivo e punitivo, na qual eram denominados de “menores”. A seguir, o quadro elucida as comparações principais entre o ECA e CMM:

Código Mello Mattos	Estatuto da Criança e do Adolescente
* Menor	* Sujeito de direitos
* Infrator e abandonado	* Todas as crianças / Universal
* Punitivo	* Direcionador de direitos e deveres
* Imputabilidade menor de 14 anos	* Imputabilidade menor de 18 anos

Quadro 1 – Código Mello Mattos X ECA, comparação entre os códigos direcionados as crianças, CMM criado em 1927 e ECA criado em 1993 após movimentos a favor da integridade da criança.

Fonte: O autor (2015)

No artigo 3º reconhece a criança como pessoa humana podendo gozar de todos direitos fundamentais (ECA 1989). Com a efetivação do ECA, a luta pelo direito da infância criou outro rumo, identificada como uma das leis bem elaborada, serviu de base para os projetos e políticas públicas que se desenvolveram ao combate contra todos os tipos de violação e depois de séculos a criança tem o seu reconhecimento como indivíduo.

1.4 O Serviço Social e a criança

A história do Serviço Social é baseado no cenário social e sua modificação parte do contexto da sociedade, trata se então de um transformador da realidade em que sua mudança também parte dos atores sociais, necessitando sempre refletir sua prática, o projeto ético político , assim como a regulamentação da profissão do assistente social, em cada fase da sociedade correspondeu ao que necessitava o país de acordo com a visão de cada época. Atualmente com um Código de ética diferente dos primeiros, rompeu com opiniões conservadoras e partenalistas que guiou por décadas a profissão, assim como diz lamamoto

[...]ele se configura e se recria no âmbito das relações entre o Estado e a sociedade, fruto de determinantes macro sociais que estabelecem limites e possibilidades ao exercício profissional, inscrito na divisão social e técnica do trabalho e nas relações de propriedade que a sustentam.

(IAMAMOTO, 2012, P.39)

Com isso temos a gênese do Serviço Social na pós república, com o resultado de um país que havia pouco tempo libertado todos seus escravos, com o início da industrialização e expansão da urbanização, com um quadro atrasado nas ações do Estado para a camada da população pobre. Para Martinelli foi desenvolvida na ligação entre os resultados do capitalismo: alienação, contradição e antagonismo (MARTINELLI, 2008, p.66). Assim a introdução do Serviço Social é partir do auxílio da Igreja Católica junto ao Governo por volta da década de 1930 com o intuito da amenização da situação socioeconômica no Brasil e controle social por parte do Estado, apresentando a ilusão de representante da classe trabalhadora e tendo como modelo o Serviço Social europeu (MARTINELLI, 2008, p.67). No Brasil, apenas no ano de 1957 foi regulamentada a profissão. Em princípio sua prática embasada no assistencialismo e no controle foi se modificando conforme a política, novos conceitos e ideologias, surgiam a cada fase da história gerando uma revolução em sua práxis e consolidando o Serviço Social atual no ano de 1993 pela lei 8.662.

Hoje, a linha de pensamento do assistente social vem de uma reflexão crítica em uma prática embasada na teoria marxista em que seu trabalho dá ao sujeito à escolha, promoção de sua autonomia e conhecedor de seus direitos. Essa evolução foi possível devido ao movimento de ruptura na década de 1960, crucial para a prática desenvolvida pelo assistente social até os dias de hoje. Por prevalecer o conservadorismo no início, essa ruptura trouxe a aproximação do profissional com a realidade social do sujeito quando identificou a emergência de um novo conceito teórico-metodológico interferindo nos instrumentos técnicos e na sua abordagem. A demanda apresentada necessitava novas ações, o pensamento da caridade e controle social da Igreja e do Estado, era ineficiente na atuação do Serviço Social.

Após diversos movimentos a regulamentação foi alterada em 1993 junto ao Código de ética que tem como um dos seus princípios a “defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e autoritarismo. (CFESS, 2011).” Além do reconhecimento da liberdade e autonomia dos indivíduos, ampliação e consolidação da cidadania, favorecimento a equidade e justiça social. Direcionando as ações para os direitos dos cidadãos e não mais para controle social do Estado.

Essa atuação através do C.E implica a postura do profissional que trabalhará com a família, devendo possuir um pensamento para novas percepções por se tratar de uma instituição dinâmica sempre em transformação, cada uma com a sua realidade, envolve os laços familiares, os costumes, o local de moradia, a questão econômica pois tudo interfere não apenas em sua avaliação como futuramente em ações pela causa.

O trabalho do assistente social com as crianças inicia-se logo depois da criação da profissão, com ações junto a Igreja Católica. Paula afirma:

A Igreja buscava ocupar todas as frentes possíveis de inserção junto ao operariado. Fomentava um sindicalismo católico assistencial e refinava tecnicamente as ações da caridade. Buscava ainda, desenvolver ações preventivas, principalmente junto aos menores e mulheres.
(PAULA, 2001, p.10)

A Igreja buscava sua solidificação através dos trabalhos caridosos e encontrou em meio a realidade por qual passava o país, a forma para se fortificar e ao mesmo tempo cumprir sua missão. Com isso contou com o auxílio do Estado que não dispunha dos meios necessários para essas ações. A prática era voltada aos princípios tanto da Igreja quanto da burguesia, e os trabalhos com os jovens eram de uma forma para que futuramente não se tornassem revoltados e reconfigurassem a ordem (PAULA, 2001, p.12), a ideologia católica social eram impostas aos assistidos cruzando com a do Estado, que queriam afastar as ideias comunistas. O objetivo do trabalho do assistente social era de uma intervenção com as crianças em situação irregular, para que em um futuro não se tornassem adultos que poderiam infringir as leis do Estado, trazendo então a desordem.

Os campos que se destacavam relacionados a criança era de Inspetores de trabalhos de mulheres e menores e Juízos de menores (IAMAMOTO, 2013, p.199). Esse assistencialismo era praticado até porque, o próprio Código de Menores não reconhecia os direitos das crianças. Nesse contexto Volpi afirma: “O Código de Menores, falava uma única vez na palavra direito : ‘Os menores presos têm direito a receber assistência religiosa.’” (VOLPI 2000 apud PAULA, 2001, p.14). O Código de Menores direcionada a esse segmento, tinha como função repressora e não era universal e sim apenas as crianças que eram consideradas em situação “irregular”.

Após a luta pelo rompimento e transformação a lei 8.662 de 7 de junho de 1993 firma o papel do assistente social e em seu Código de Ética de 1993 assegura seus

direitos e ratifica seu compromisso com a sociedade. No artigo 3º apontam como um dos deveres:

[...]abster se, no exercício da profissão, de práticas que caracterizem a censura, o cerceamento da liberdade, o policiamento dos comportamentos, denunciando sua ocorrência aos órgãos competentes [...]participar de socorro à população em situação de calamidade pública, no atendimento e defesa de seus interesses e necessidades. (CÓDIGO DE ÉTICA DO/A ASSISTENTE SOCIAL, 1993)

As alterações em nossa Constituição Federal foram o início para a transformação e criação de novas leis, reflexo do momento de transformação também da sociedade. Junto a essa onda de novos pensamentos o Serviço Social fez parte, para sua visão que determinaria sua prática em prol da sociedade. Então mudando o cenário, muda se a prática. Com novos significados em relação a infância, aos direitos, ao que é cidadania, o Serviço Social acompanha essa luta para a efetivação desses direitos.

Atualmente o assistente social se encontra em diversas instituições à frente da questão da criança vitimizada sexualmente. O trabalho de profissionais para a orientação quanto aos seus direitos, até mesmo, do seu corpo, assim como prevenções para vítimas e não vítimas, são trabalhadas como meio de intervenção. Em contraste com o ECA e C.F, leis como 8.742 de 7 de dezembro de 1993, a Lei Orgânica de Assistência Social , confirma a responsabilização do Estado, da sociedade, a consolidação dos direitos à serviços socioassistenciais para segmentos, principalmente crianças em situação de risco, sejam protegidos através de programas em casos de violações de direitos e fortalecimento de laços familiares para seu desenvolvimento “A assistência social tem por objetivos: a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice”. (LOAS, 1993, Art 2).

Através da LOAS garante a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), coordenada pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) afim de cumprir o proposto pela LOAS da aplicação do Sistema único de Assistência Social (SUAS) na garantia desses direitos. A aplicação dessa política pública deve considerar o sujeito, o núcleo familiar e seu ambiente, pondo o Estado como diligente as crianças e demais segmentos, confirmando as alterações que ocorreram ao decorrer da história, onde passava seu papel à outras instituições, como no caso da criação da FUNABEM, e responsabilizava pais e mães. Assim respeitando um dos princípios da Declaração Universal dos Direitos da Criança:

Princípio VI

A criança necessita de amor e compreensão, para o desenvolvimento pleno e harmonioso de sua personalidade; sempre que possível deverá crescer com o amparo e sob a responsabilidade de seus pais, mas, em qualquer caso, em um ambiente de afeto e segurança moral e material; salvo circunstâncias excepcionais, não se deverá separar a criança em tenra idade de sua mãe.[...]

(DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA - UNICEF , 1959)

.Essa declaração explica essa importância da convivência, salvo em casos em que a criança sofra determinado tipo de violência. Os programas surgem para o esclarecimento das situações para que os autores dessa realidade identificam suas problemáticas no meio em que convivem, e que mais que o esclarecimento do momento que vivenciaram, percebem a família como principal moderador e emancipador do sujeito.

Na atuação do assistente social há necessidade de instrumentos que possam identificar quem são os usuários e o ciclo social independente da área em que atuam, como também qual grupo está incluso nos serviços, para que o profissional possa cientificar sua prática e organizar da melhor maneira formas de intervenções e mediações. Esses instrumentos se adequam determinados pelo meio, sujeito, tempo e objetividades. Para Guerra:

Na medida em que os profissionais utilizam, criam, adequam às condições existentes, transformando- as em meios/instrumentos para a objetivação das intencionalidades, suas ações são portadoras de instrumentalidade. (GUERRA, 2000, p.2)

Nos serviços direcionados as crianças, existem instrumentos diversos, em que a promoção pode ser trabalhada através de programas de prevenções/orientações assim como ações de planejamentos e organizações de serviços assistenciais para a sua inclusão social e cuidados à saúde. A relevância destes instrumentos embasado em uma prática-reflexiva guiam à um caminho para a interpretação da forma mais coerente a realidade dessas crianças, para que tanto o trabalho do assistente social como de outros profissionais envolvidos, possam ser desenvolvedores da garantia dos direitos corrompidos principalmente por violências e negligências.

A interpretação da história de cada um é muito importante para um esclarecimento, o porquê das demandas que chegam à esses determinados serviços, para isso possuem instrumentos técnico-operativo para sua legitimação. Um dos

principais instrumentos do assistente social é a visita domiciliar, não sendo restrito a esse profissional, outros também utilizam este para seu exercício profissional. A visita domiciliar não pode ser executada de forma policial, com efeitos de julgamentos, e sim para se aproximar da realidade e compreender o contexto familiar de uma maneira ética. Em relação a essa postura, Ribeiro elucida:

[...]Um exemplo é o tema violência doméstica no cotidiano da prática do Assistente Social, contudo, corremos o risco de intervir pautados nas reproduções de preconceitos que já determinaram o crime, o criminoso e seu encarceramento como solução para proteção da sociedade. No entanto, a violência é uma produção social, e não um ato individual, pois, se há violência doméstica, esta foi construída num processo coletivo e, portanto, legitimado por este.
(RIBEIRO, 2010, p.212)

Outros são utilizados, como relatórios, levantamentos, pesquisas, entre outros de acordo com os atendimentos, podendo tanto prover de um melhor serviço aos usuários como o fortalecimento das redes para uma melhor qualificação. Essa abordagem não parte apenas do material concreto mas também de ações que viabilizam meios para mediações e intervenções, em um meio que o profissional deve estar a par das relações sociais e constantemente se avaliando e refletindo novos caminhos de atuação. Além de considerar como primordial o estudo teórico-metodológico para conceituação e comprovação das suas ações, assim como afirma Magalhães, o conhecimento enriquece tanto o vocabulário como dá ao autor da elaboração dos documentos, uma visão crítica, fator indispensável no Serviço Social (Magalhães, 2006, p.73)

CAPITULO II - A VIOLÊNCIA E A CRIANÇA

A violência em seu contexto geral está dividida em muitas categorias como moral, física, sexual, psicológica, intrafamiliar, institucional e social. Presente na sociedade em civilizações primárias se configura para cada tempo com um objetivo seja de sobrevivência ou como imposição à ordem. A física e psicológica são as mais constantes entre os sujeitos, e a institucional e a social pela sociedade e o Estado. As maiores vítimas são as crianças que na maior parte da história civil foram submetidas pela ideologia adulto-Cêntrica em que suas vontades não eram vistas e eram submetidas as exigências dos adultos como meio de alcançar os propósitos da ordem social excluindo e subjulgando seus valores. No século XIX com a Declaração Universal dos Direitos das Crianças e posteriormente o surgimento da UNICEF o reconhecimento de seus direitos ganhou notoriedade e aos poucos a infância ganhou sua verdadeira interpretação como sendo distinta da fase adulta. No Brasil após a Constituição Federal (1988) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) o avanço nas leis tornou se um destaque na luta contra a violência a classe e base fundamental para garantia do seu bom desenvolvimento.

2.1 A violência: definições

Elemento histórico na sociedade, está presente desde os primórdios, geralmente quando pensado a violência, muitos ligam diretamente a agressões físicas, porém está dividida em características que podem atingir diretamente ou indiretamente as pessoas. Segundo Odalia: “Ela não é evidente por si mesma em todas as suas manifestações, algumas das quais tão sutis e tão bem manejadas que podem passar por condições normais e naturais do viver humano”. (ODALIA, 1983, p. 85).

Isso mostra que dependendo de seu contexto a violência além de sempre presente na sociedade, em determinados locais se tornam tão constantes no dia dia da família ou da criança que a tem como normal. Fatores como a moral que cada família ou sujeito possui, inserida no meio, pode tanto auxiliar no crescimento dessa violência

como ameniza-la, em todos os níveis desde um constrangimento, repressão como também físicas e sexuais.

A violência varia de acordo com a cultura também, em alguns países certos costumes são considerados como mantenedor da ordem ou parte de rituais religiosos, esses mesmo costumes em outros países podem ter um significado diferente, considerando-as como atrocidades ou humilhações às pessoas. Em sua definição, Chauí a cita da seguinte forma: “Fundamentalmente, a violência é percebida como exercício da força física e da coação psíquica para obrigar alguém a fazer alguma coisa contrária aos seus interesses e desejos [...]”, o ato em que se exerce sobre o outro pode causar danos, pois ignora a vontade do outro para sua própria satisfação. (CHAUÍ, 2000, p. 432)

Algumas das suas formas são: física, sexual, psicológica, social, moral, institucional entre outras. A mais frequente em nossa sociedade é a violência social e institucional. A social se manifesta através de preconceitos devido a raça, etnia, gênero, crenças ou pessoas portadoras de alguma deficiência, por vezes as ações de não permanecem quando manifestadas através de verbalizações ou agressões físicas mas também pelas omissões. A violência institucional e intrafamiliar são ocasionadas por instituições como escolas, casas de acolhidas, hospital, família que através de abusos e negligências criam a situação de vulnerabilidade às vítimas atingindo mais crianças que adultos, isso porque esse tipo de violência tem como objetivo educar ou corrigir os erros (SOUZA E JORGE, 2006,p.24).

Violência psicológica são atitudes que colocam determinado sujeito em situação de humilhação através de ameaças, rejeição ou discriminação. A violência sexual é o ato em que um obriga outro a manter qualquer tipo de relação de teor sexual seja através de penetração como de exibicionismo com ameaças, indução ou agressão. Conhecida também como incesto, a palavra deriva do latim “*incestus*” que significa impuro (ALMEIDA 2005, p. 7) é o abuso sexual no contexto familiar, quando o agressor é o pai ou irmão. Começou a ser destacada e trabalhada em políticas públicas no início dos anos de 1970 com o movimento feminista nos Estados Unidos, que trouxe a tona todo o tipo de violência doméstica causada por seus parceiros em um momento onde

família patriarcal possuía um poder excessivo a ponto do pai acreditar ter direitos sobre filhos e esposas, principalmente como seus objetos (AZEVEDO, 2011, p. 261).

Após essa revolução estudos começam a ser desenvolvidos com o intuito de levar à sociedade o que acontecia dentro de uma parte das residências conseguindo resultados assustadores para a época (uma entre dez pessoas sofreu abuso antes dos 18 anos por um parente) e que o fenômeno estava inserida dentro de lares tanto ricos como pobres (AZEVEDO, 2011, p. 262). Quando nos referimos a uma criança a sensibilidade que temos é maior por referir a um ser que está em desenvolvimento, em situação vulnerável e que em atos cometido pelos pais, (biológicos ou adotivos), seu significado aumenta por se tratar de pessoas que deveriam zelar pela segurança, cuidado e o afeto. Através do Estatuto da Criança e do Adolescente é garantido essa proteção por parte da lei no artigo 5º em que determina que nenhuma criança deve ser exposta a qualquer tipo de violência seja por negligência como abusos, assim como em seu artigo 4º em que a responsabilidade da família, da sociedade e do Estado é a efetivação desses direitos:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (ECA, 1990).

Como parte da sociedade, a violência para cada época tinha suas motivações e caminhou junto a humanidade para seu “progresso” e após anos de movimentos pelas causas e reconhecimentos de cada classe como as crianças, mulheres e homossexuais, conseguiu diminuir, porém ainda existe se manifestando de maneiras distintas desde de sequelas à mortes, o reconhecimento da imposição sobre o outro através de abusos são condenados em determinados casos porém praticados no dia a dia naturalmente alegando seu direito de defesa ou de autoridade. A lucidez para essas ações não são trabalhadas atualmente em questões como religiosas e educacionais, em que a família, as instituições de proteção à criança são na maioria dos casos, autores das agressões. Isso aponta a imaturidade da sociedade gerada pela cultura diante de uma questão tão influenciável na infância, possuímos leis porém a conscientização morosa inclusa em nosso meio ainda interfere nas mudanças que se devem tomar mediante a violência, seja qual for o grau, e que não percebidas gera uma

infância não saudável desenvolvendo problemas sociais pois não são casos isolados já que convivemos socialmente.

2.2 A violência e a criança

A criança tem sido a principal vítima de diversas violências desde civilizações antigas até a atualidade. Antes, não reconhecidas como cidadãs ou pessoas de direitos sobre seus sentimentos e seus corpos sofriam com a cultura das sociedades que as viam como propriedade, seja do pai ou de um adulto que o escravizava, o pai possuía o direito de decidir pela vida dos filhos ou até mesmo vendê-las, muitos eram os casos em que crianças eram mortas por nascerem disformes (AZAMBUJA, p.3, 2006). A infância não sendo representada como fase de desenvolvimento era desrespeitada com castigos, mortes, decaptações de membros, explorações tanto sexuais como em relação a mão de obra como forma de ordem ou busca pela sobrevivência. Apenas no século XVIII reconhece a infância, porém castigos físicos permaneceram a fim de uma boa educação.

No contexto familiar, para Prado, um dos problemas é devido os pais acreditarem ter o direito sobre o filho, como se fosse uma propriedade. Não atentando aos males que causará no futuro dessa criança. “É através da própria família que a criança se integra no mundo adulto. É nesse meio que aprende a canalizar seus afetos, a avaliar e selecionar suas relações” (PRADO, 1981, p. 40).

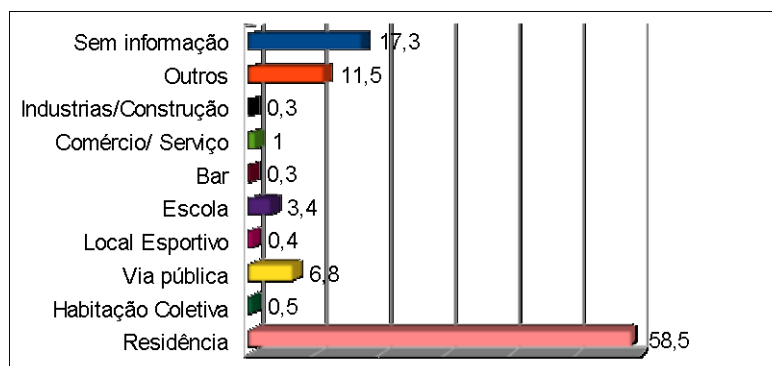
Quando o afeto é através de imposições causa sofrimento aos filhos, além de confundir a criança e gerar agressões físicas, resulta em futuros problemas (BALBINOTTI, 2008,p). O que acontece é o fato de que além da criança estar em fase de desenvolvimento físico e psicológico a família é sua referência para a convivência social e para a fase adulta, quando pais acreditam ser proprietários de seus filhos invertem o papel do ser humano como objeto e os tratam como seres sem sensibilidades e que devem agir de forma mecanizada como seu responsável gostaria, ignorando o ponto em que todos possuem sentimentos, desejos e sonhos.

Em casos de castigos físicos os responsáveis veem como a única forma: de manter a criança educada. Tratamentos por meios de violências psicológicas como

ameaças e induções se encontra em residências para que crianças façam algo submetidos à elas, através de uma forma menos agressiva mas que dependendo da fala do adulto pode ser uma violência.

Em 2011 o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) através da Vigilância de Acidentes e Violências (VIVA), revelou o local das agressões de crianças e adolescentes, constatando na maioria dos casos a ocorrência na residência da vítima:

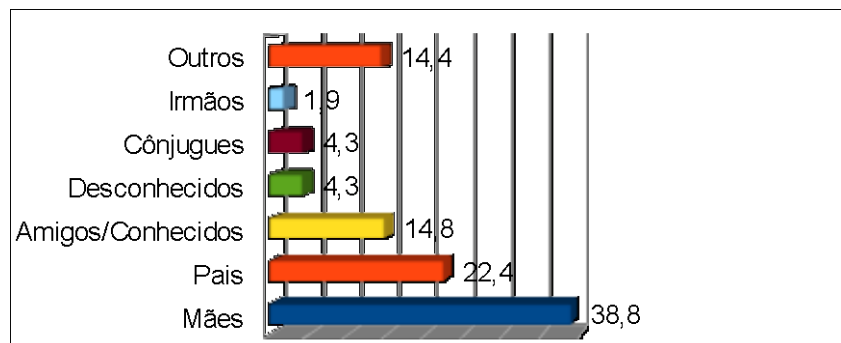
Gráfico 2 – Locais de agressões (%)



Fonte: (VIVA/SINAN, 2013, p.129)

A violência familiar se manifesta de variadas formas, em que as agressões físicas são praticadas em sua maioria pelas mães e os abusos sexuais pelos pais, segundo a pesquisa, que foi direcionada a todos os tipos de violência, obteve o resultado, de pais e as mães como principais autores, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 3 – Autores das agressões



Fonte: (VIVA/SINAN, 2013, p.131)

No abuso sexual, além do físico há o psicológico em que por meios de ameaças e agressões o abusador consegue seu objetivo onde parte consideram as crianças seu objeto de satisfação sexual e outra parte além da violência criam um carinho pela vítima como uma patologia. A grande parte das vítimas neste caso são do sexo feminino, quando se trata de casos dentro da família as relações podem variar onde o abusador pode ser um avô, um irmão ou tio, resultando em abandono de lar, aumento do número de crianças em situação de rua, gravidez precoce e indesejada. No campo psicológico nota-se que as vítimas desenvolvem distúrbios resultando em depressões, fobias, interesse sexual precoce, baixa estima e interferindo em suas relações sociais (SANCHEZ E MINAYO, 2006, p.34). Guerra define a violência sexual:

[...]configura-se como todo ato ou jogo sexual, relação hetero ou homossexual entre um ou mais adultos e uma criança ou adolescente, tendo por finalidade estimular sexualmente esta criança ou adolescente ou utilizá-la para obter uma estimulação sexual sobre sua pessoa ou de outra pessoa.

(GUERRA, 1998 apud AZAMBUJA, 2006, p.5)

O abuso sexual é uma das violências que mais causa danos às crianças, está presente em muitos lares, por vezes não sendo denunciadas por causa do medo desenvolvido na criança e também pela própria família que escolhe manter em sigilo seja por medo, vergonha ou a conivência. Muitas famílias a vivenciam, dependendo de sua profundidade e contexto, resulta em um ciclo que se transforma em algo natural para as pessoas envolvidas. Algumas vítimas sofrem o abuso e ao buscar ajuda de um ente próximo, como por exemplo, uma filha violentada pelo pai, busca ajuda da mãe, em alguns casos são induzidas a permanecer em segredo, e não contrariar o abusador, devido a dependência tanto emocional quanto financeira dessa mulher para com seu companheiro. Ressaltando que este fato ocorre em uma parte dessas famílias, pois cada um contém sua história.

Quando envolve um familiar como pais, irmãos, avôs, padrasto e madrasta se define como violência sexual infantil intrafamiliar. Entre as formas de abusos além do contato físico (penetração) caracterizam-se nas seguintes formas: assédio sexual, que seria convites a programas ou relação sexual; falas obscenas em que o abusador conversa abertamente com crianças sobre relação sexual; a pornografia, que são

materiais com crianças nuas, seminuas ou mantendo relações, expostas para uso de adultos; o voyeurismo, satisfação sexual através de observação; exibicionismo, atitudes sexuais, com a intenção de mostrar para crianças e adolescentes.

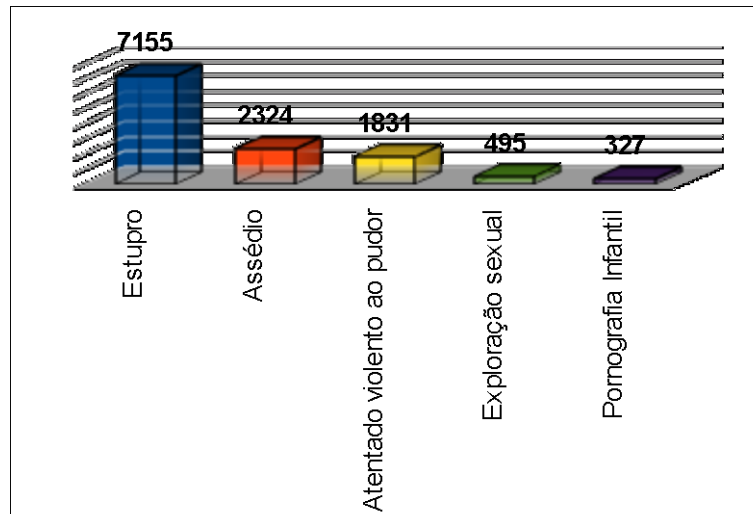
Esses levantamentos e estudos teve na década de 1990, seu destaque, quando movimento de diferentes setores se mobilizaram para tratar a violência sexual como problema político, ético e de direitos humanos. E esse debate vem ampliando devido as políticas sociais implantadas ao decorrer dos anos que aproxima os laços entre sociedade e Estado ganhando uma melhor percepção dos fatos. No nosso código penal, assegura as crianças através dos artigos 213, 215, 217, 218, 227, 228, 229 e 234, reprimindo qualquer tipo de ação em que a submeta a situação de violência sexual, exploração, prostituição ou pornografia seja por adultos ou adolescentes. Atualmente a violência contra a criança se classifica também como um problema de saúde pois afeta fisicamente e psicologicamente gerando sequelas, traumas e em alguns casos a morte. O artio 7 do ECA explicita:

A criança e adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência. (ECA, 1990).

No ano de 1991 foi realizada uma pesquisa com 23 casos verificando que em 12 deles o agressor sofreu maus tratos físicos e sexuais na infância (AZEVEDO, 2011, p.262). Em sua maioria é praticada pelo pai ou padrasto ou alguém próximo a família, são poucos os casos, chegando a ser raro o envolvimento da mãe como abusadora.

Segundo dados de atendimentos do Centro de Referência Especial da Assistência Social (CREAS) realizada no segundo semestre de 2005 em 314 municípios brasileiros aponta o abuso sexual como violência mais praticada contra a criança, em que grande parte das vítimas possui idade entre 7 a 14 anos. Quanto ao gênero em sua maioria do sexo feminino atingido três vezes mais que do sexo masculino (BRASIL, 2006, p. 57). Os apontamentos a seguir confirmam a existência da problemática em nossa sociedade atingindo crianças, que com negligências muitas não aparecem nos gráficos e análises das pesquisas.

Gráfico 4 – Índice de violência/Características



Fonte: (Terra, 2012)

Em uma nova pesquisa no de 2014, pesquisa sobre o estupro no Brasil realizado pelo IPEA verificou-se que 50,7% das vítimas eram crianças até 13 anos e que 24,1% dos agressores eram pais ou padrastos e 32,2% eram próximos a família ou vítima, apenas 2,1% eram praticado pela mãe ou madrasta. Quanto ao local 79% eram em suas residências quando o agressor é um conhecido.

Segundo aponta Faleiros (FALEIROS, 2000 apud CASTANHA, 2012, p. 13) a violência sexual em nossa sociedade reflete na vítima uma confusão referente as relações sociais, afetivas e culturais e a imagem dos pais ou do adulto (abusador) quanto ao papel social que deveriam desempenhar. E quando cometidas por um longo período, há uma desestruturação psíquica, moral e social maior. A grande barreira enfrentada por essas famílias e crianças é do processo de sigilo, que dificulta o atendimento das vítimas. A violência sexual é velada em parte das famílias por diversos motivos, sendo isso, uma das dificuldades para o combate a este tipo de violência.

2.3 As expressões da Questão Social

Tida como objeto de trabalho do assistente social, a Questão Social surgiu do pauperismo resultado da industrialização, do forte capitalismo por qual passava a

sociedade no século XIX. Sendo assim, a gênese do Serviço Social⁴, está ligada a questão social e veio como ferramenta do Estado para amenização da situação criada pela burguesia, que tinha como intuito o controle sobre o poder econômico e social, pois acreditava que a desordem social, uma visão que tinham de futuras ações da classe proletária, seria uma ameaça a seus valores (IAMAMOTO e CARVALHO, 2013, p.34).

A dinâmica causada por esse processo, refletiu na sociedade, principalmente na classe proletária, que passou a vivenciar diferentes vulnerabilidades,. Para Neto, no pensamento conservador a questão social se naturalizou ao decorrer do tempo, em principio a única intervenção era por meio de uma “política limitada”, ou seja, o assistencialismo, a caridade, as ações eram de formas imediatistas para manter a ordem. Anos depois, com esse pensamento conservador mais predominante, se tornaram algo quase que impossível de intervir. (NETO, 2001 apud TOMAZ, 2013, p. 3).

Enquanto as mudanças sociais ocorrem, a questão social se expande ganhando novas características, e suas expressões vão surgindo em acordo com as transformações da realidade. Havendo um agravo principalmente no século XX onde o cenário mundial vivenciava o resultado das Revoluções, a 1ª Guerra Mundial e da grande depressão econômica. Em busca da organização, se fez necessário o desenvolvimento de novos modelos político-econômicos como a Política de Bem-Estar social, que se expandiu pelo mundo, fez com que criassem políticas sociais para mediações entre as classes distintas, na qual a burguesia se favorecia e a classe trabalhadora era excluída em questões primordiais como seus direitos básicos e incluídos em programas para suavizar suas situações econômicas e sociais, até nos dias atuais, perdendo por vezes sua própria identidade, se perdendo no consumismo fortalecido pela globalização.

⁵ Em sua gênese, o Serviço Social era institucionalizado, sua prática conservadora desempenhava uma ação baseada na visão da Igreja Católica e do Estado: “Feitichizado misticamente como uma prática a serviço da classe trabalhadora, o Serviço Social era, pois, na verdade, um importante instrumento da burguesia, que tratou de imediato de consolidar sua identidade atribuída, afastando o da trama das relações sociais, do espaço social mais amplo da luta de classes e das contradições que as engendram e são por elas engendradas.” (MARTINELLI, 2008, p.67)

A questão social reconhecida há pouco tempo, mas também pertencente a sociedade civil, é interpretada da seguinte forma, que enquanto o sistema capitalista reger sempre haverá existirá junto as suas expressões. Casos como violência, drogradição e desemprego crescem dessas relações no sistema capitalista que com sua ideologia de acúmulos de bens, faz resultar em famílias que em sua maioria vivem para trabalhar. Sua educação não é priorizada principalmente em países em desenvolvimento, em que o objetivo é preparar a mão de obra para a mecanização. No mercado de trabalho a qualidade é exigida, porém não se tem a valorização da qualificação que cada um possui. Por outro lado existe o mercado informal resultado do desemprego, com a falta de trabalho os meios para o sustento são encontrados nos trabalhadores autônomos e pequenos comércios que não registram seus funcionários, exercendo funções que fogem dos seus direitos trabalhistas (TELLES, 1996, p.87).

Telles trata a questão social da seguinte forma:

[...]é ela que nos dá uma chave para compreender essa espécie de esquizofrenia que padece a sociedade brasileira, nas imagens fraturadas de si própria, entre uma sociedade que promete modernidade e seu retrato em negativo feito de anomia, violência e atraso[...]
(TELLES, 1996, p.86)

Isso porque as expressões da Questão Social é o espelho desse antagonismo da sociedade atual, onde com avanços tecnológicos inventou meios que evoluiu áreas tecnológicas e ciência, mas o questionamento sobre sua evolução circunda nosso meio referente ao investimento e a atenção que deveriam ser prestadas a população que vivenciam as questões sociais no seu cotidiano. Se de um lado é aplicada da forma correta, de outro não se verifica introdução desse avanço. Nessa mesma construção, lamamoto concorda que a Questão Social está ligada diretamente a sociedade capitalista englobando como parte desse processo as dificuldades sociais, econômicas, políticas e culturais.

[...]aponta que a questão social é indissociável da sociabilidade capitalista e que na sociedade burguesa a gênese da Questão Social deriva do caráter coletivo da produção contraposto à apropriação privada da própria atividade humana.
(IAMAMOTO, 2010 apud TOMAZ, 1996, p.4)

Considerando a Questão Social como um conjunto de problemas sociais, econômicos (FILHO, 1982 apud SCHMIDT, 2007, p.15) está vinculada a violência. Em suas múltiplas características vem se ampliando ao decorrer do abandono

estatal e social em que o individualismo o conduz levando a interpretação da violência como ponto isolado da sociedade. Ao fragmentar percebemos variados motivos para sua execução. Funções como patológicas, financeiras e culturais as produzem diariamente como normalidade para cada sujeito. Se observarmos o próprio desemprego, esse faz com que crie diversas reações em determinadas pessoas.

Quando se trata do abuso sexual, estudos apontam que o abusador em sua maioria, vítima na infância de abusos e maus tratos, que sem um apoio naquela fase, desenvolveu em sua vida sequelas que o transformou em abusador, se fazendo um ciclo de violência. Essa problemática é um desafio para os profissionais atuarem, o trabalho além de desenvolvido com as vítimas também deve ser com famílias e abusador, para que se rompa o ciclo, isto porque, envolve a questão do homem dentro sociedade, nosso quadro social atualmente está refletido como o Estado se relaciona e principalmente como conduz suas políticas, entretanto, ponto relevante ao combate a essa problemática, é que não se busca uma emancipação real dos usuários através das políticas públicas empregadas.

2.4 O Serviço Social e a violência

O Serviço Social vem para a emancipação dos sujeitos tanto vítimas como os envolvidas para o reconhecimento da violência. É essencial o seu estudo a cerca dessa temática, com o pensamento crítico e reflexivo conseguindo analisar de uma forma, na qual está inserida em nosso meio e não pode ser abordado isoladamente. Ao interpretarmos a violência sexual como uma das expressões da questão social, diretamente liga se a ação do assistente social, pois utiliza o como objeto de trabalho, podendo colaborar com à sociedade para verificar novos meios de intervenções e mediações em uma realidade que se encontra em constantes transições. Nos últimos anos o estudo em cima da questão das múltiplas características da violência, vem ganhando espaço com os assistentes sociais, nas 4.860 pesquisas realizadas, 194 tem como a violência como principal tema, sendo que 20,10% se refere a violência e gênero

(SILVA, p. 266,2008). Isso aponta, que além do interesse do profissional, existe a conscientização da relevância do seu trabalho nessa área.

Como abordamos anteriormente, a violência em sua diversas facetas, se manifesta em todos os locais vulnerabilizando sujeitos, fazendo com que sofram com a perda dos seus direitos, o assistente social como ator nesse resgate, realiza sua ação em serviços que prestam atendimento a essas vítimas que sempre se encaixam em um tipo de violência: No hospital, quando estão em estado de abandono, quando sofrem alguma negligência médica, ele age contra a violência social. Na família com agressões ou abusos, age contra a violência intrafamiliar. Em casos de movimentos pro a determinado segmento como homossexuais ou deficientes físicos, a luta é contra a violência social. Constatando que de certa forma está inserida socialmente dia do ser humano.

Mais do que se limitar ao seu ambiente de trabalho, o profissional deve criar redes com outros serviços principalmente os inseridos nas áreas da saúde e educação, trabalhando com criatividade para as informações atingiram a população. O trabalho de prevenção e orientação é um dos pontos iniciais, em que realizam explicações em ambientes frequentados por crianças como escola, sobre o que é violência para um esclarecimento. Trabalho direcionado a família e criança, sugere uma ação de comprometimento, onde sua prática poderá gerar resultados negativos ou positivos para as vítimas, por isso parte do profissional, seguir a ética de sem preconceito e acusatório, para conseguir atuar nos casos.

2.5 Desigualdade de gênero e a violência contra a criança

Esse problema se encontra há tempos em nossa sociedade, gerada do modelo paternalista fazendo com que tanto a criança como a mulher transformam se vítimas de violências como forma de castigos para uma disciplina, esta situação faz com que o indivíduo passe pelo um processo de coisificação, como se fosse uma coisa para o agressor. A desigualdade de gênero é definida como centro dessa continuação de violência, a família deve ser um núcleo igualitário para que se possa combater essa

problemática, a mulher não pode permitir ser subordinada, nesse sentido Azevedo conclui:

Enquanto a família continuar sendo o locus privilegiado das desigualdades de gênero e geração, ela continuará a ser preeminente em todos tipos de violência. Enquanto a subalternidade da mulher não for limitada, a violência contra ela continuará a ser naturalizada dentro e fora do lar e banalizada pela sociedade. E estupros continuarão a ocorrer. (AZEVEDO, 2011, p.269)

Nesse sentido podemos observar dois pontos, primeiro a questão da mulher que sempre foi retrata como submissa aos homens. A mulher sempre esteve em primeiro em estatísticas de violência domésticas e abusos sexuais, independente de idade, pois eram tratadas (e em alguns casos permanecem) como objetos no qual seu dono é seu pai ou marido. O segundo ponto é a mulher como filha, que se torna vítima do pai, padrasto ou avô com a conivência da mãe ou avó por motivos financeiros ou afetivos, sofrem duplamente pelo abuso e pela ausência da proteção daqueles que mais deveriam zelar, devido a limitação que por vezes se encontram dependendo de seus parceiros ou pais que de alguma forma, faz com que as transformem em cúmplices dos maus tratos de seus filhos e filhas. Nota-se que essa percepção não é a culpabilização da mulher, mas sim uma avaliação da situação social atual, em que muitas mulheres se submetem aos companheiros e genitores devido a cultura imposta pela sociedade.

Nos anos de 1990, as lutas de movimentos sociais junto aos Direitos Humanos ajudam na democratização dos direitos tanto para as crianças como para as mulheres. Mesmo com a mudança, somente no ano de 2009, o crime de estupro foi considerado uma agressão a liberdade sexual através da lei 12.075 de 7 de agosto. Com o ECA promulgada em 1990 através da lei 8.069 o combate a esse tipo de agressão ganha um amplo destaque por meios de vários setores.

Assim como no caso da mulher a violência contra a criança envolve questão de gênero como motivo. O sentimento de posse sobre o filho faz com que por meio da violência sofra a vitimização por parte dos responsáveis e instituições que deveriam zelar pelos seus direitos e efetivar as políticas básicas para esse segmento, com os abusos, seja por agressões físicas ou psicológicas, utilizam do “educar” e “orientar” como meios para o alcance dos seus objetivos. O caminho para que chegasse ao ECA foi a partir de ideologias reconhecidas recentemente em nossa sociedade, por isso, a incompreensão de muitos com a infância, em que a criança sai do estereótipo de

“menor” para certeza de sujeito de direitos em que todos são incluídos, rompendo com o pensamento de posse sobre um ser que deve ser ouvido e receber a devida atenção em seu processo de desenvolvimento. Após uma ampla repercussão sobre a violência contra a mulher, a lei 12.403 de 2011, Lei Maria da Penha, surgiu para assegurar ao sexo feminino seus direitos frente a violência doméstica, nessa lei se incluiu também crianças, idosos e pessoas com deficiências.

Nos casos de abuso sexual, as últimas pesquisas da UNICEF revelam que 120 milhões de crianças do sexo feminino foram abusadas sexualmente, do sexo masculino corresponde em média à 4% da população mundial. O gênero envolve sexo e idade, e podemos verificar esses abusos contra o gênero não apenas pela idade em que crianças são a maioria, mas também o sexo feminino, está entre as mais violentadas, cerca de 88,5% apontam como vítimas meninas e mulheres, dentre as quais 70% eram crianças e adolescente.

Vítimas	N = 12087
Faixa Etária	
Crianças – até 13 anos	50,70%
Adolescentes – 14 à 17 anos	19,40%
Adultos – 18 anos ou mais	29,90%
Gênero	N = 12087
Feminino	88,50%
Masculino	11,50%
Crianças por gênero	N = 6132
Feminino	81,20%
Masculino	18,80%

Tabela 1 – Vítimas de violência sexual

Fonte:(SINAN/DASIS/SVS/MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2011)

Aqui no Brasil, as pesquisas foram padronizadas apenas em 2006 e 2008 (IPEA, 2014) após implantado o serviço de vigilância nas redes que atendiam as vítimas, isso demonstra que a violência sexual, não tinha um destaque importante no país, não se havia um interesse profundo por parte do Estado das consequências que gerariam a sociedade, reflexo das leis que mesmo com todo o movimento pró a vítima não ganhou sua verdadeira interpretação devido nossa cultura onde vítimas em alguns casos ainda são culpabilizada.

CAPÍTULO III – ASPECTOS METODOLÓGICOS

3.1 Metodologia

Este estudo foi realizado com o intuito de verificar a prática do Assistente Social frente as crianças em situação de violência sexual intrafamiliar e suas famílias. Na primeira parte, fundamentação teórica, realizamos um estudo bibliográfico através de artigos, bibliografias de autores, revistas e dados de pesquisas, leis e regulamentações para sua fundamentação apontando a criança, a família e o Serviço Social como autores desse contexto e identificando a relevância de cada um em nossa sociedade, assim como o entrelaçamento existente no ponto da vulnerabilidade dos sujeitos e o Assistente Social como mediador de seus direitos.

O estudo bibliográfico tem sua importância para concretizar a ideia do pesquisador, apontando pontos verídicos dos fatos, não utilizando a dedução, pois tratando-se do sujeito histórico, a ação deve levar em conta a verdadeira interpretação da sua realidade, é o construir e desconstruir conceitos que levamos, e ao decorrer do processo de pesquisas descobrir novas visões para o contexto em que estamos trabalhando. Boccato (2006) diz sobre a importância da pesquisa bibliográfica:

[...]a pesquisa bibliográfica busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica. Para tanto, é de suma importância que o pesquisador realize um planejamento sistemático do processo de pesquisa, compreendendo desde a definição temática, passando pela construção lógica do trabalho até a decisão da sua forma de comunicação e divulgação.

(BOCCATO, 2006 apud PIZZANI et al., p.54, 2012)

Partindo deste pensamento, a fundamentação teórica ofereceu a pesquisa uma base para a contextualização dos três elementos trabalhados: a criança, a violência e a atuação do assistente social, favorecendo a consolidação do estudo. A pesquisa de campo foi utilizada como um modo de aproximação com a realidade do profissional através de seus relatos que contribuíram favoravelmente com o estudo.

Para Godoy “Ainda quando a nossa preocupação for a compreensão da teia de relações sociais e culturais que se estabelecem no interior das organizações, o trabalho qualitativo pode oferecer interessantes e relevantes dados.” (Godoy, p.63, 1995). Isso

porque ao avaliarmos a questão do Assistente Social com relação a essas famílias e crianças que vivenciam um problema como o abuso sexual intrafamiliar que causa diversos transtornos aos envolvidos, reflexões de como seria atuar com sujeitos tão vulneráveis mantendo a ética profissional, de, como seria sua postura com as vítimas e os que cometem a violência, assim como avaliam a instituição e as redes que atuam nessa dinâmica complexa e como seria as criações de instrumentais técnicos e operativos para a transformação e colaboração a essa demanda.

Para a pesquisa de campo foi primeiramente realizado uma busca por Assistentes Sociais, que poderiam colaborar com a pesquisa através de contatos e após um longo período, conseguimos entrevistar três Assistentes Sociais (após os tramites de autorização e encaminhamento do projeto ao Comitê de Ética e Pesquisa). As profissionais desenvolvem trabalhos com famílias e crianças nessa situação, em que uma atua em determinada instituição e duas atendes na mesma instituição porém sendo uma gestora e outra a Assistente Social, para apontamentos desses instrumentais, no qual verificamos suas intervenções, dificuldades e críticas em torno dessa problemática seja no campo de atuação quanto aos acessos oferecidos aos profissionais através de suas falas. A entrevista foi muito importante, pois através da fala, avaliamos situações que ocorrem atualmente nos serviços de atendimento as vítimas de violência sexual, tivemos parâmetros mais acertivos sobre as ações dos profissionais e o papel das instituições e redes em que podemos descartar dúvidas acerca do tema. O caso de ser uma pesquisa qualitativa auxiliou para uma melhor visão à essa identificação e uma análise da importância desses instrumentais dentro do Serviço Social e para as vítimas.

Todas as entrevistas foram realizadas nos locais em que as assistentes sociais atuam, utilizando-se da gravação para a captação de todo o conteúdo e posteriormente transcrito para o trabalho (Apêndice 2). Para essa gravação criamos um roteiro de entrevista através de um questionário de dezoito perguntas (Apêndice 1). Para guiar a conversa entre o entrevistador e o entrevistado, porém ao decorrer das entrevistas percebemos que muitas questões não precisaram ser verbalizadas já que, dependendo do tema, a própria Assistente Social respondia dentro daquela mesma questão, tornando as questões abertas e a entrevista mais dinâmica.

Após transcrevermos as entrevistas, analisamos os dados coletados, utilizando a análise discursiva.

Para resguardar a imagem das Assistentes Sociais as identificamos durante a análise como: A.S1, G.2 e A.S2. Pelo método de procedimento comparativo conseguimos verificar a prática das três Assistentes Sociais e semelhanças e diferenças em suas abordagens.

3.1 Análise das entrevistas

Por se tratar de uma análise semiestruturada, constituímos-as em uma divisão das entrevistas em três tópicos: Perfil das entrevistadas; Atuação; Teoria x Prática, para alcançarmos o objetivo da nossa pesquisa, na qual expomos o resumo das entrevistas e algumas falas das assistentes sociais.

O tópico Perfil das entrevistas relata brevemente os perfis, apontando formação, suas atuações em outras áreas, e na qual se encontra atualmente, e sobre as instituições que exercem a profissão. Em seguida, a Atuação, identifica a ação das assistentes sociais, levantando seus instrumentos, as dificuldades internas e externas, e suas visões quanto aos atendimentos em geral, elucidando suas críticas. No último tópico, Teoria x Prática, colocamos as profissionais, questões como a abordagem dos temas violência infantil e instrumentos na área acadêmica, onde relataram sua experiências e seus pontos de vistas entre os pontos questionados, universidades e prática.

As seguintes análises foram contextualizadas de acordo com o questionário/roteiro de entrevista aplicado as Assistentes Sociais seguindo a ordem de perguntas.

3.1.1 Perfil das entrevistadas

A primeira entrevistada, A.S1 é formada pelo Centro Universitário Assunção – UNIFAI em 2010, possui especialização em Políticas Públicas. Após sua formação, não

atuou diretamente como assistente social, primeiro atuou como orientadora social em um albergue e depois de alguns meses iniciou seu exercício no campo do Serviço Social como técnica social na Instituição Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDECA), em seguida foi para o cargo de gerencia no Centro de Referência Especializada de Serviço Social (CREAS) da Capela do Socorro, região da Zona Sul de São Paulo, onde atua no Serviço de Proteção Social às Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência (SPVV).

O CREAS é uma instituição pública que oferece serviços especializados, que atende famílias e indivíduos em estado de violação de direitos, como, violência sexual, física, psicológica, em pessoas em situação de rua, entre outros. Na região Sul possui cinco unidades, distribuídas entre as regiões de M' Boi Mirim, Capela do Socorro, Cidade Ademar, Campo Limpo e Santo Amaro.

A segunda entrevista foi realizada com a G.2 e S2, sendo que G.2 não informou sobre sua formação, porém relatou brevemente sobre sua atuação em outras áreas, trabalhando como Assistente Social em Cooperativas na área da saúde e na Febem. Atualmente gerencia a Instituição Herdeiros do Futuro, no qual também é uma das fundadoras.

A A.S2 se formou pela Universidade de Santo Amaro (UNISA) em 1999, relatou que sua primeira opção foi o curso de Psicologia, porém não se adaptou e mudou o curso para Serviço Social. Seu primeiro trabalho se desenvolveu em programas com famílias, em seguida em uma Penitenciária feminina, atuando em outras instituições, não especificando quais. Possui especialização em Crianças e Adolescentes vítimas de violência pela Universidade de São Paulo (USP). Sente a necessidade de realizar mais especializações para conhecimento.

O Instituto Herdeiros do Futuro é uma entidade beneficente sem fins lucrativos, criada em 2006 com o objetivo de desenvolver projetos sociais direcionados a atendimento psicossocial. A ideia partiu de duas profissionais (Assistente Social e Psicóloga) que observaram a necessidade desse atendimento na região de Santo Amaro. Trabalham com crianças vítimas de violências domésticas e sexuais.

3.1.2 Atuação

Em se tratando da atuação do assistente social, a A.S1, por ocupar um cargo de gerenciamento, exerce atividades burocráticas a fim de atender as propostas institucionais, sociais e direcionamento e organização de equipe. Porém ressalta que atua junto à equipe e acredita que a participação do assistente social em campo é de suma importância aos usuários do serviço para manter a aproximação da realidade social e entender as dinâmicas por elas vivenciadas:

Eu gosto de estar em campo também, realizo visita domiciliar, eu participo dos grupos, eu vou pro território junto com eles [...] Mas eu gosto dessa forma, porque eu acho que se eu não estiver nessa vivência, acho que vai ficar muito “frio”. Então precisa atuar, pra poder até entender o que eles estão trazendo e que eles estão passando.

A G.2 por estar em cargo de gerencia apenas se restringe a essa área, cuidando da parte burocrática, do serviço em geral, da equipe. Expõe que possui vontade de realizar os atendimentos, e que, em algumas vezes atendeu, porém não foi possível o prosseguimento pela demanda ser alta e interfere no serviço de gerenciamento. A A.S.2 atua diretamente com as crianças, porém seu trabalho é direcionado à família, caso nota a importância do seu parecer realiza atendimento com a criança que é atendida em sua maioria pela psicologia.

Identificamos que todas atuam de uma determinada forma mantendo a aproximação com a família e a criança vítima de violência sexual. Mesmo G.2 ocupando o cargo de gerência, assumiu que em alguns momentos realizou atendimento, e através das entrevistas identificamos que conhece todos os usuários que são atendidas na instituição. Através das visitas domiciliares, dos atendimentos na instituição e das discussões entre equipe, verificamos a relevância da aproximação para conhecimento do contexto familiar e aproximação da realidade, pois o assistente social consegue interpretar com mais clareza as situações por qual passa determinada família.

No caso da A.S1 a abordagem do assistente social, se dá na seguinte forma: a demanda é encaminhada ao CREAS, através do Conselho Tutelar, vara da família, vara da infância e serviços da saúde e educação ou pela procura do usuário. A equipe é formada por 01 gerente, 03 assistentes sociais, 02 psicólogos e 02 orientadores sociais que são estudantes de Serviço Social e de Psicologia, ao receberem esse encaminhamento são realizados uma triagem para verificar a prioridade dos casos.

Após essa triagem, realiza-se o contato telefônico para um agendamento com essa família através de uma visita domiciliar. Se caso não ocorra esse contato, por falta de comunicação, eles se direcionam a residência. Tanto com ou sem o agendamento a primeira visita é para uma orientação à família sobre o serviço realizado pela instituição, explica qual a intenção daquela visita e convida-os para participar, não podendo obrigar a comparecer. Se caso percebam na visita que a criança está em risco eles acionam outros órgãos para auxiliá-los na intervenção, pois como verbalizou não se pode ignorar o fato de existir uma denúncia dentro daquele lar, e cabe a equipe verificar a veracidade.

Realizado o primeiro atendimento, na instituição, organizam os grupos que atuaram com cada família. Verificam o perfil, as demandas, se há casos parecidos ou não para fomentar o tipo de atendimento que utilizarão se será em grupo ou individual. Semanalmente faz-se reunião com os profissionais, para analisar cada caso, assim consegue perceber qual família continuará em atendimento, se precisará de um encaminhamento ou se encerrará o caso. Ao decorrer dos atendimentos, ao perceberem que determinada criança necessita do serviço, eles encaminham para o atendimento individual para extrair melhor o que ele tem a dizer, e caso precise, há intervenção judiciária. Se constatado casos de negligência pode ocorrer a retirada da criança, encaminhando ou pra família extensa ou em último caso para acolhimento. Paralelo ao atendimento, assim que suspeitam de algum tipo de violência, se faz contato com o Conselho Tutelar, em que cada território possui o seu, para cientificá-lo da situação. Podemos confirmar em sua frase:

[...] como a gente não pode forçar a família ser atendida, se a gente percebe que é uma família que é negligente, que sabe que a criança tá sendo violentado, aí a gente pede a vara da infância, e as vezes acontece até o acolhimento. É o último caso, a gente procura a família extensa, mas se vê que tá sofrendo a violência, aí a gente solicita o acolhimento institucional. [...]

Assim como no caso da A.S.1, para a A.S.2 os casos são encaminhados por outras instituições: CREAS Perola Bygton, UBS e Fórum, sendo realizada a primeira visita domiciliar também como orientação do serviço com as famílias. Na visita domiciliar ela levanta dois pontos: a primeira é executada para conhecimento do contexto familiar e segundo quando percebem um distanciamento da família. O primeiro

atendimento é realizado pelo Serviço Social, fazendo o acolhimento, a escuta e a triagem. Identificando o problema é direcionado o caso para os responsáveis, tanto da equipe ou se necessitar de outra instituição. Dependendo do caso, fazem orientação social que podem variar entre semanal, quinzenal ou mensal. Possuem uma supervisão direcionada a equipe e uma supervisão apenas para o Serviço Social para acompanhamento na parte profissional. Toda semana é necessário reunião com toda equipe composta pela gerente, duas assistentes sociais, duas psicólogas e um orientador socioeducativo, para conhecimento geral dos casos e debates sobre as intervenções e andamento das famílias.

Comparando o serviço das duas instituições percebemos que são atendimentos direcionados as vítimas com metodologias diferentes. Na segunda o direcionamento é para trabalhos psicossociais as vítimas quando são encaminhadas para a instituição, são casos comprovados pela justiça. A primeira instituição recebe a demanda, tanto para comprová-las, como para iniciar acompanhamento psicossocial.

No quesito dificuldades, um dos problemas identificados pela A.S1 na equipe, seria o fato, que, por se tratar de uma questão complexa pode envolver sentimentos pessoais do técnico ou orientador quanto ao usuário/vítima, como também repúdio ao usuário/agressor. Quando ocorre essa situação, cabe a gerencia avaliar junto ao profissional sua condição no atendimento. Nesse ponto A.S1 afirma que não afasta o profissional do caso, mas propõe uma conversa de reflexão sobre sua atuação com a família, mostrando que todos possuem direitos até o agressor.

Neste caso, é constatado um problema que circula em diversos meios sejam profissionais ou não, porém é vedado ao assistente social através do seu Código de ética essa postura, reconhecida como antiética nos serviços de atendimentos direcionados tanto às vítimas como para os agressores. A ação da A.S.1 está em acordo com:

Artigo 4 – É vedado ao/á assistente social:

b – praticar e ser conivente com condutas antiéticas, crimes ou contravenções penais na prestação de serviços profissionais, com base nos princípios deste Código, mesmo que estes sejam praticados por outros profissionais.

(Código de ética do/a assistente social, 1993)

Ela reconhece o objetivo do serviço, e sua explicação sobre a violência com o profissional é colocada para compreender que pode se tratar de uma reprodução: o

agressor pode ter sido uma vítima em sua infância, e cabe a eles atuarem com ética para uma solução ao caso, auxiliando a criança, o agressor e a família. O assistente social e o psicólogo são referências a essa família, e o vínculo não pode ser alimento como tutela, pois a família deve se tornar independente do serviço.

Não houve identificação em relação à equipe pela A.S.2 onde ressalta que se trata de uma equipe fortalecida, não possuindo individualismo, colaborando com os casos.

As três assistente sociais acreditam na postura do não julgamento, trabalham com a visão do direitos a todos, pois o serviço é tanto para vítimas como para os autores, o profissional tem que se atentar e se avaliar quanto sua ação para a boa fluidez do caso. Para que se resolva de uma forma assertiva, em que a finalidade não é somente cuidar do físico da vítima, mas sua condição psicológica e do agressor, para que futuramente não retorne ao serviço. Pois se for imediatista, não terá bons resultados, correndo o risco de a família retornar a ser atendida pelo fato que ao invés do trabalho com a prevenção e a orientação com todos ,apenas se limitou a saúde da criança. Podemos confirmar através das falas:

[...] quem sofreu a violência tem direito de ser atendido, mas quem cometeu também tem o direito de ser atendido, porque a gente não sabe o histórico de vida dessa pessoa, as vezes ele tá reproduzindo o que ele aprendeu. O que ele viveu. Então, não dá pra você ir no julgamento.
(A.S.1)

G.2 opina da seguinte forma:

[...]mas é claro que eu não tenho como julgar esse agressor, nunca! Seja ele quem for, porque quase sempre, a não ser que ele seja um psicopata, ou tenha uma questão psiquiatra grave, ele é um reprodutor de violência, então os julgamentos não existem.
(G.2)

A.S.2 fala sobre a questão da reprodução: “acontece a reprodução por quê? Porque essa família não foi cuidada, então quem sofreu abuso não foi cuidado e foi acontecendo a reprodução. “

Quanto ao instrumental, A.S1 esclarece que se trata de documentos elaborados através de relatórios, prontuário da família, Plano Individual de Atendimento (PIA), visitas domiciliares e atendimento ou em grupo ou individual, tanto com crianças como com os pais, porém quanto ao assistente social se direciona mais com os pais e os psicólogos com as crianças. Os grupos trabalham debates para prevenções e

orientações, são realizados na instituição e no território. Nas visitas domiciliares são realizados relatórios breves que devem ser encaminhados no prazo de quinze dias para a justiça. Depois a cada três meses são enviados outros relatórios explicando detalhadamente o caso acompanhado. Há exceções, por exemplo, da vara da infância, se por ventura necessitar de uma descrição do acompanhamento eles encaminham um ofício à instituição que, de imediato deve ser respondido.

O PIA se constrói junto a família, assim que ela inicia o atendimento, os profissionais traçam um perfil dos usuários e através deste documento, realizam os planejamentos e as metas, conforme o atendimento acontece, deve ser pontuado sua evolução ou retrocesso em alguma questão. Outro instrumental é a ficha de relato, em que o assistente social, anota todos os serviços prestados aquela família em determinado dia, desde um simples telefonema a uma visita. Todos esses documentos são organizados em prontuários, onde assistentes sociais e psicólogos têm acesso para identificar cada caso. Nesse ponto facilita também para outro técnico que poderia iniciar um trabalho na instituição, caso ele necessitasse acompanhar uma família que a muito tempo se encontra no serviço, se tem uma visão através do prontuário.

A abordagem do Assistente Social é tanto com a criança quanto com a família, mas há crianças que desenvolvem problemas psicológicos, e se o técnico perceber a necessidade da intervenção do psicólogo encaminha a vítima para o atendimento psicológico.

Os instrumentos utilizados pela A.S.2 são as visitas domiciliares, relatórios e trabalham em escolas e empresas abordando a violência como tema principal como forma de orientações. Relatam que há demandas que surgem na instituição através de reclamações de diretores de escolas que não conseguem um trabalho com os pais e utilizam da apresentação do tema para uma orientação aos pais indiretamente.

Através dos relatos, as duas assistentes sociais possuem empoderamento quanto aos seus instrumentos, e as utilizam para a concretização das ações dos profissionais, de modo que não as padronizam.

As redes de atendimento são importantes para o andamento dos serviços, para A.S1 e A.S2. Quanto à primeira expressou satisfação quanto à articulação com as redes, pois mantém um vínculo forte com os gestores, facilitando encaminhamentos, se

necessários para outros serviços, e, por esses usuários, em sua maioria, serem atendidos nessas mesmas redes, como escolas e hospitais (UBS), o interesse pelo caso se confirma. A A.S.2 e G.2 não expressaram dificuldades diretamente relacionadas às redes, entendem que não se trata das instituições em si e sim nas políticas aplicadas de forma limitada.

As dificuldades que percebem nos serviços de atendimentos para A.S1 e A.S.2 está relacionado aos fatos das políticas públicas não serem implantadas como se necessita. Há falta de profissionais nas redes de saúde e o processo é moroso, dificultando o retorno da família. Em grande parte, as vítimas de violência sexual começam a adquirir problemas psicológicos, e justo profissionais como psicólogos e psiquiatras são poucos nos serviços ou não há nos postos de saúde ou no CAPS. No próprio CREAS confirma a impossibilidade do atendimento psicossocial sendo transferidas a outros atendimentos, ressaltando que é possível pela boa articulação que a equipe desenvolveu com os demais serviços, e o acompanhamento mesmo fora da instituição é acompanhado.

A.S.1 ressalta que na área da saúde, algumas famílias não se identificam com o atendimento prestado em algumas UBS, dificultando o progresso do caso, para isso, ao tomarem conhecimento da dificuldade da família procuram encaminhar para outras instituições como faculdades.

Uma questão levantada pela A.S.2 e G.2 é a limitação dos atendimentos provenientes da territorialização que inseriram há alguns anos, onde famílias de uma determinada região não podem ser atendidas em outro território. Esclarecem que nessa época teve que desmembrar muitas famílias da instituição, um trabalho penoso para equipe e para a família que tiveram que interromper o atendimento podendo prejudicar as crianças. Outro fator ligado ao limite são famílias em que os responsáveis trabalham coincidentemente no horário em que as instituições de seu território estão em funcionamento, e que deveriam ser atendidos fora da região por esse motivo, como por exemplo: próximo ao trabalho dos responsáveis.

Além disso, as três assistentes sociais verbalizaram o fato das poucas instituições implantadas na região, tendo apenas um CREAS para atender os bairros da

Capela do Socorro, bairros como Parelheiros e ao redor. As vagas são para 80 famílias, mas a população ultrapassa seis milhões de pessoas.

A área da educação também é criticada por todas, onde para a assistente social A.S.1, a escola deveria se responsabilizar mais pelos alunos, e não apenas, por motivos banais encaminharem aos CREAS, como em casos de meninos indisciplinados. Assim como nos serviços do Conselho Tutelar, que variam de acordo com o conselheiro, conforme a entrevistada relatam, muitos possuem um julgamento partindo dos seus valores morais, interferindo nos casos podendo prejudicar a vítima e sua família. A falta de informação por parte da sociedade também é um fator, pois o atendimento do CREAS não é bem divulgado: usuários confundem a instituição com o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) ou com o Conselho Tutelar.

A.S.2 e G.2 concordam entre si, que há dois problemas na Educação: a falta de um profissional do Serviço Social, para elas, a escola sendo um dos ambientes mais violentos atualmente, necessita de uma Assistente Social para trabalhar com as demandas; e a falta de comprometimento de alguns profissionais, como professores e diretores, que deveriam se envolver nas questões pessoais dos alunos, caso identifiquem problemas que interfiram no desenvolvimento e educação da criança.

A política pública é considerada a principal como dificuldades para o desenvolvimento, ela reflete nas demais problemáticas (Saúde, Educação e Conselhos) apontadas pelas assistentes sociais.

Tabela 2 - Apontamento de dificuldades

Assistentes Sociais	Dificuldades apontadas	Problemas relacionados	Em concordância
3	Políticas Públicas	Pouco / ausência de profissionais	100%
		Divisão dos territórios	66,7%
3	Saúde	Pouco / ausência de profissionais	100%
3	Educação	Ausência de Assistentes Sociais nas Escolas	66,7%
		Comprometimento com os alunos	100%
1	Conselho Tutelar	Julgamento de valores envolvido nas ações	33,3%

Fonte: O autor (2015)

Na família, os apontamentos foram sobre participação no contexto da violência sexual intrafamiliar, onde A.S.1 relata que os autores raramente participam das ações interventivas, os poucos que participam comparecem com certa resistência alegando não ter praticado o ato, como se sua presença justificasse sua inocência. A maioria que aderem são as mães que escolhem permanecer ao lado da/o filha/o, ou quando elas são as autoras da violência física ou psicológica. Mães que não comparecem, são as que provavelmente vivenciam uma realidade de submersão ao companheiro, quando este é o único provedor do lar, nesse caso a equipe procura estudar além do caso, entendendo o contexto familiar dessa mulher, realizando trabalho de orientações ou as intervenções por meio de órgãos. Ao contrário na instituição que atuam A.S.2 e G.2 relataram que não há participação dos autores com relação ao abuso sexual, que apenas no contexto da violência no geral que os agressores participam, porém são adolescentes ou mães, os pais não aderem ao serviço.

3.1.3 Teoria x Prática

Questionadas sobre a teoria aprendida ao longo de sua vida acadêmica e a prática atual, obtivemos os seguintes relatos:

A.S.1 esclarece que a teoria é importante para sua prática, e que uma interliga a outra. O embasamento é importante para o desenvolvimento das abordagens e dos instrumentos, como os relatórios que devem possuir um fundamento. Profissionalmente, o assistente social deve sempre se manter informado das novas questões, demandas, política e da atuação, renovando a teoria e metodologia para efetivação de ações positivas para as famílias.

A.S.2 fala que é importante a teoria para a prática e o conhecimento de linhas de pensamentos, acredita que dependendo do caso utiliza de raciocínios diferentes na atuação.

A G.2 ratificou essa importância das demais assistentes concluindo que não apenas o estudo em torno de autores do Serviço Social, mas também das demais áreas, que podem contribuir na construção de ferramentas, ações e na elaboração de

relatórios. As três assistentes sociais possuem o mesmo pensamento sobre o tema da violência sexual infantil nas universidades, na qual não tem seu debate aprofundado, recordando que houve poucos levantamentos a cerca do tema, e que deveriam ganhar mais espaços nesse meio. Completando seu raciocínio a A.S.1 relatou que apenas em sua atuação percebeu a proporção da violência como pode identificar seu pensamento nesse trecho:

Eu tive matéria, por exemplo, de infância, criança e adolescente. Mas não tão a fundo, tem coisas que a gente tá aprendendo na raça mesmo[...]

Eu imaginei que eu fosse morrer e não vê tudo que eu vejo aqui, as situações que chegam e que a gente acha que são poucas e sempre acontece com outra. Mas se você para pra lê os relatórios são coisas absurdas, assim que não tem a devida proporção.

A G.2 colaborou com a sua opinião expondo que ao construir o próprio projeto para a criação do Instituto buscou referências do autor Paulo Freire:

Paulo Freire é da psicologia, mas me ajudou em muitos casos que atendi no próprio projeto dos Herdeiros, eu li muito Paulo Freire, pra pensar essa ideia desse atendimento pra essas pessoas. Então o assistente social não tem só os teóricos do Serviço Social, a gente importa e puxa teóricas de todas as áreas, a pedagogia é riquíssima em teóricos pra ajudar o assistente social na prática.

Sobre os instrumentos estudados nos cursos, disseram que tiveram a matéria e acreditam nela como uma base, pois o profissional deve ser criativo para criar e adaptar os instrumentos e a abordagem de acordo com o serviço.

A A.S1 usou como exemplo o PIA, que é utilizado nos SPVV, mas atende conforme a necessidade da instituição. Outro exemplo foi o levantamento dos atendimentos e a criação de tabelas que facilitam saber a quantidade de vítimas, locais, frequência, o andamento do caso, o resultado, a equipe que atende facilitando o atendimento à essas famílias e o trabalho da equipe. Assim como G.2 entendeu o estudo como importante para a efetivação dos instrumentos. O conhecimento teórico tem sua relevância nas ações e nos instrumentos que serão utilizados pelas assistentes sociais, tendo que sempre pensar com uma visão crítica da realidade, observando além do que é colocado de imediato seja pelas famílias ou órgãos, esses instrumentos devem ser para uma intervenção sem julgamentos e com eficácia na transformação do contexto familiar e da situação da criança.

Todas estavam em acordo quando tratado o tema de violência sexual infantil, como um assunto importante a ser debatido dentro e fora das universidades, não sendo prioridade de uma determinada área, em que todos deveriam conscientizar a questão da violência atualmente, inserida em nossa sociedade como um ciclo. Acreditam que o rompimento deste, vem através da elaboração de políticas públicas que devem respeitar os cidadãos em suas dinâmicas.

Com o olhar crítico, colaboram de forma positiva nos seus atendimentos, em que consideram as subjetividades de cada usuário, que mesmo não estando preparados para iniciar um acompanhamento, trabalham em cima desse ponto, elucidando os, de seus direitos. O fortalecimento do vínculo familiar, principalmente entre mães e filhas/os, que com o afastamento do agressor, necessitam de apoio social e psicológico para sua reestruturação. O rompimento com a instituição vem de forma gradual, porém é necessária para a emancipação da família, que ao longo dos atendimentos, são esclarecidos para a efetivação.

Entendemos que o conhecimento da teoria tanto voltado a prática como para os instrumentos, é primordial na atuação do assistente social, não apenas como preparação durante o curso, mas ao decorrer do exercício da profissão que devem manter as informações colhidas no percurso, bem como, apreender novas teorias para uma contribuição do crescimento profissional e de uma prática com embasamento para uma efetivação dos serviços e das intervenções.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do estudo é identificar a relevância no trabalho do/a assistente social junto à família e a criança, vítima de abuso sexual intrafamiliar, assim como suas intervenções, visando a garantia de direitos, à formação da criança e o papel da família como fator importante do seu desenvolvimento, verificando através de entrevistas sua abordagem, seus instrumentos, espaços em que atuam e os contextos familiares das vítimas atendidas nas instituições.

No decorrer da pesquisa, conseguimos levantar o histórico e os conceitos apontados como bases para esta, podendo reconhecê-los em nosso cotidiano e sua evolução através do tempo. Conceitos como infância e família se entrelaçam e se identificam como fatores que foram construídos no desenvolvimento da sociedade, conceitos histórico-temporais, no qual delimitam em seu espaço o papel que cada um possui. Na sociedade contemporânea, obteve-se um resultado avançado em comparação aos anos da humanidade, na qual entre o século XX prosseguindo pelo século XXI, alcançamos avanços nos direitos das crianças e a visibilidade da família, no papel, como um dos principais para o desenvolvimento deste segmento, que deve ter a participação do Estado e sociedade. Elucidados estes pontos, a discussão remete a ação do Serviço Social com esta questão social, a violência sexual intrafamiliar, que permaneceu velada, e com os movimentos feministas, conseguiram direcionar a luta para essa problemática, no qual, voltaram para órgãos e instituições mundiais, que, por sua vez, sentiram a necessidade da sua atuação.

Como possuidor de instrumentos técnico-operativos embasado na reflexão crítica, o assistente social, no trabalho com crianças vitimizadas, atuam de acordo com a dinâmica da família. Refere a realidade em que cada um está inserido, mesmo que seja a mesma violência sofrida, a comparação entre um caso e outro é dispensável, respeitando a história social e psicológica da vítima, de sua família, assim como do agressor.

Entender a violência como ciclo, é de suma importância para este profissional, que não trabalha somente com as vítimas, mas com todos os envolvidos. Nas entrevistas, coletamos dados, com assistentes sociais, que atuam também com os

agressores, porém a metodologia utilizada varia de instituição. O conhecimento adquirido no espaço acadêmico e pós essa fase, se faz presente, comprovando a relevância do teórico-metodológico para a construção e concretização, tanto para relatórios quanto para o próprio projeto das organizações e instituições.

A criação e transformação dos instrumentais, parte de todos os princípios envoltos ao espaço sócio-ocupacional: os atendidos, a região, os profissionais, as políticas e os serviços. Em resumo, tudo que pode interferir positivamente e negativamente em sua prática. Entendendo todo o cenário, facilita sua intervenção, não inviabilizando a morosidade do processo. Por ser uma violência difícil de trabalhar, sempre será casos que se prolonguem por no mínimo um ano, até mesmo, quando envolve processos jurídicos. Temos então, a dificuldade devido a burocracia do sistema judiciário e das políticas públicas. A partir dos relatos das entrevistadas, os apontamentos por elas dadas, foram referentes a educação, saúde e Conselho Tutelar, que se encontram dentro de outra apontada as Políticas Públicas. Além de conseguirmos estudar o nosso objetivo, descobrimos que as dificuldades interferem nos instrumentais e na abordagem. Em um bairro, de região com referência violenta, a abordagem será diferente de um bairro de classe média. A postura, não se modifica, esta é igualitária para os atendimentos em geral. Porém a abordagem deve respeitar o espaço da família. Indagações de como trabalhar com uma criança onde o tráfico predomina, são realizadas, perguntas como: é o pai e a mãe, qual a relação com a comunidade, podera um profissional atuar mostrando aos demais que sua presença é de auxiliar a criança em seu direito e não ação policial? Na classe média, como auxiliar uma criança, que inserida em uma família em que as aparências guiam sua reputação? São questões a serem estudadas e trabalhadas em planos para cada atendimento. Essa é a importância do saber sobre o histórico e o empoderamento das teorias e conceitos.

Nas políticas públicas, verificamos sua aplicação incoerente ao seu fundamento. Por ter como princípio a igualdade, o acesso a todos, em suma, a universalização. Não se tem quando constatado a falta de aparelhos e profissionais, assim como a capacitação para estes. O cenário é de poucos CREAS, falta de psicólogos e psiquiatras, e profissionais independente da área, que necessitam entender o ciclo da

violência, a realidade social das famílias, e o trabalho do não julgamento com as mesmas, neste contexto percebemos a importância do assistente social, que também auxiliam no trabalho com as redes para a agilização dos atendimentos.

Ao fim do estudo, concluímos que o objetivo foi atingido, na qual, o método de pesquisa – pesquisa de campo qualitativa – nos auxiliou de forma, dando base a teoria levantada, e a possibilidade do conhecimento de outras razões que circundam a prática, como fatores externos do círculo familiar. A atuação se faz necessário nos serviços de atendimento, que necessitam de profissionais que os observem como um todo e possuidores de direitos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A.E.S. **Abuso sexual infantil intrafamiliar**. 39 f. Faculdade de Psicologia, UNICEUB, São Paulo, 2005.

ARAUJO, M.F. Violência e abuso sexual na família. **Psicologia em estudo**. Maringá, v. 7, n. 2, p. 3-11, jul./dez. 2002

ARAUJO, D.C.; COUTINHO, I.J.S.S. 80 anos do Código de Menores. Disponível em: <http://jus.com.br/artigos/10879/80-anos-do-codigo-de-menores>

ARIES, P. **História social da criança e da família**. 2ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 1979.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS CENTROS DE DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. **A defesa de crianças e adolescentes vítimas de violências sexuais: reflexões sobre a responsabilização a partir de dez situações acompanhadas por centros de dedefsa dos direitos da criança e do adolescente no Brasil**. São Paulo, 2009.

AZAMBUJA, M.R.F. Violência sexual intrafamiliar: é possível proteger a criança. **Revista Virtual Textos e Contextos**. Rio Grande do Sul, V 5, N 5, p.1- 19, nov 2006

AZEVEDO, M.A; GUERRA, V. (org). **Infância e violência doméstica**: Fronteiras do conhecimento. 6 de. São Paulo: Cortez, 2011.

BALBINOTTI, Claudia. **A violência sexual infantil intrafamiliar**: A revitimização da criança e do adolescente vítimas de abuso. 2008. 30 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação) - Faculdade de Direito, Pontífice Universidade do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2008.

BIDARRA, Z.S; SASSON, S.K.H. Serviço Social e a prevenção da violência sexual contra a criança: um diálogo com a educação não-formal. Disponível em: <http://www.cresspr.org.br/site/servico-social-e-a-prevencao-da-violencia-sexual-contr-a-crianca-um-dialogo-com-a-educacao-nao-formal/>

BRASIL. Conselho Nacional dos direitos da criança e do adolescente. **Plano nacional de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes**. Brasília, 2013.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Características da população e dos domicílios**. Rio de Janeiro, 2011.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica aplicada. **Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados da Saúde**. Brasília, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Violência faz mal a saúde**. Brasília, 2006.

BRASIL. Secretária de Estado da Educação. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. São Paulo, 1998.

BRASIL. Lei 8.742 de 07 de dezembro de 1993. Dispões sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8742.htm

BRUSCHINI, C. Teoria crítica da família. In: AZEVEDO, M.A; GUERRA, V.(org) **Infância e violência doméstica**: Fronteiras do conhecimento.6ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CASTANHA, N. Violência Sexual contra crianças e adolescente uma questão em debate. In: COMITÊ NACIONAL DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES. **Direitos sexuais são direitos humanos**. Brasília, 2011.

CHAUI, M. **Convite a Filosofia**: A existência ética. São Paulo: Ática, 2000.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de Ética do/a Assistente Social**. Brasília, 1997.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Legislação e Resoluções sobre o trabalho do/a Assistente Social**. Brasília, 2011.

FREITAS, M.C. **História social da infância no Brasil**. 5ª. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

GODOY, A.S. Introdução à pesquisa qualitativa e sua possibilidade. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 35, n. 2 p. 57-63, mar/abr. 1995

GUERRA, Y. **A instrumentalidade no trabalho do assistente social**. Disponível em: <http://www.ebah.com.br/content/ABAAAFIPEAL/a-instrumentalidade-no-trabalho-assistente-social-yolanda-guerra>

IAMAMOTO, M.V. Balizas da política de fiscalização do exercício profissional . In: CONSELHO FEDERAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Atribuições Privativas do/a Assistente Social em questão**. Brasília, 2012

IAMAMOTO, M.V; CARVALHO, R. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: Uma concepção teórica da reprodução das relações sociais.5ª ed. São Paulo: Cortez, 2013.

LAJOLO, M. Infância de papel e tinta. In: FREITAS, M.C (org) **História social da infância no Brasil**: 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

LEITE, M. L.M. A infância no século XIX segundo memórias e livros de viagem. In: FREITAS, M.C (org) **História social da infância no Brasil**: 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

LESSA, Sergio. **Abaixo a família Monogâmica**. São Paulo: Instituto Luckas, 2012.

MAESTRI, M. **O escravismo no Brasil**. 12ª. ed. São Paulo: Atual, 2003.

MAGALHÃES, S.M. **Avaliação e Linguagem**: Relatórios, Laudos e pareceres. 2ª. ed. São Paulo: Veras, 2006.

MARCILIO, M.L. **A lenta construção dos direitos da criança brasileira. Século XX**. SP. Revista USP, São Paulo, 46-57, mar./ mai 1998.

MARQUES, P.E.V. Idade Média: Imagens e cotidiano. A virgem e a criança. Roger Van Weyden, 1454, óleo sobre tela. 31,9cm. Disponível em: <http://www.idademediaimagenscotidiano.com.br/>

MARTINELLI, M. **Serviço Social**: Indentidade e Alienação.12ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Vigilância de acidentes e violências. **Sistema de vigilância e acidentes**. Brasília, 2013.

ODALIA, Nilo. **O que é violência**. 3ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

OLIVEIRA, N.H.D. **Família contemporânea**. São Paulo: UNESP, 2009. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/965tk/pdf/oliveira-9788579830365-03.pdf>

PAULA, Renato de. **O Serviço Social na trajetória de atendimento a infância e juventude**. São Paulo, 2001. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/servicosocial.pdf>

PIZZANI, Luciana et al. A arte da pesquisa bibliografica na busca do conhecimento. **Revista digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**. Campinas, v.10, n.1, p. 53-66, jul/dez, 2012

PRADO, Danda. **O que é família**. 2ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

RIBEIRO, André Elias Morelli; GUIMARAES, José Luiz. **O fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes**: alguns apontamentos e dados. 09 f. Faculdade de Psicologia, UNESP, São Paulo.

RIBEIRO, C.J. Problematizando o instrumento visita domiciliar. **Sociedade em debate**. Pelotas, v. 16, n. 1, p. 209-221, jan/jun. 2010

ROQUE, Eliana M. S. Teixeira; FERRIANI, Maria G. Carvalho. **Desvendando a violência doméstica contra crianças e adolescentes sob a ótica dos operadores do direito na comarca de Jardinópolis**. SP. Revista Latino-amerivcana de Enfermagem, São Paulo, 334-344, mai./ jun.. 2002.

SANCHEZ, R.N.; MINAYO, M.C.S. Violência contra crianças e adolescentes: questão histórica, social e de saúde MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Violência faz mal a saúde**. Brasília, 2006.

SCHMIDT, D.P. **Violência como expressão da questão social**: suas manifestações e seu enfrentamento no espaço escolar. 2007, 85 f. Pós graduação em educação Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2007.

SILVA, J.F.S. Violência e Serviço Social: Notas críticas. **Katal**. Florianópolis, v. 11, n. 2 p. 265-273, jul/dez. 2008

SILVA. R. Violência institucional: o difícil diagnóstico de saúde de suas vítimas. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Violência faz mal a saúde**. Brasília, 2006.

SOUZA, E.R.S; JORGE, M.H.P.M. Impacto da violência na infância e adolescência brasileiras: magnitude da morbimortalidade. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Violência faz mal a saúde**. Brasília, 2006.

TELLES, V.S. Questão social, afinal do que se trata. **São Paulo em perspectiva**. São Paulo, v. 10, n.4, p. 85-95, 1996.

TERRA. Mapa da violência Crianças e Adolescentes. Disponível em: <http://www.terra.com.br/noticias/infograficos/mapa-da-violencia-contra-jovens/>

TERRA. Violência contra criança. Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/mundo/violencia-contra-criancas/>

TOMAZ, M.A ; **A Questão social no capitalismo**: uma análise do seu conceito na contemporaneidade. In: Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2013, São Luís - MA. **Anais** do VI JOINPP - 2013, 2013.

UNESCO. Novos dados da UNESCO: números de crianças fora da escola se mantêm estáveis, enquanto ajuda à educação básica cai 6% em um ano. Disponível em: http://www.unesco.org/new/pt/brasil/ia/about-this-office/single-view/news/new_unesco_data_numbers_out_of_school_children_stagnate_while_aid_to_basic_education_falls_by_six_per_cent_in_a_year/#.Vjg7s5Ug9QJ

UNICEF. Declaração Universal dos Direitos das Crianças. 1959. Disponível em: http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/declaracao_universal_direitos_crianca.pdf

APÊNDICE A – Questionário

1. Perfil do entrevistado

1.1 Qual instituição você se formou?

1.2 Possui alguma formação além do Serviço Social?

2. Perfil profissional

2.1 Há quanto tempo atua como assistente social?

2.2 Quais foram as instituições em que trabalhou?

2.3 Qual a área que atua?

2.4 Trabalhou em outras áreas?

2.5 Como é a instituição em que você atua?

3. Atuação

3.1 Como se dá a prática do assistente social na instituição em que você atua?

3.2 Você atua diretamente com crianças vítimas de violência sexual intrafamiliar e suas famílias?

3.3 Como se dá a abordagem do assistente social?

3.4 Quais são os instrumentos utilizados?

3.5 O assistente social trabalha em equipe multiprofissional?

3.6 As redes que atendem essa demanda são suficientes?

3.7 Como você avalia o atendimento prestado a crianças. Deve haver alguma mudança?

4. Teoria x Prática

4.1 Você acredita que a teoria abordada durante o curso é efetivada no dia dia do assistente social?

4.2 A questão da violência infantil deveria ganhar mais espaços em debates no meio acadêmico?

4.3 Os instrumentos e as técnicas do assistente social deveria ser abordado com mais ênfase no curso?

4.4 Qual a sua crítica ao aprendizado nas universidades em relação ao trabalho do assistente social com crianças e famílias?

APÊNDICE B – Entrevista A.S1

UNISA 1: Qual a instituição você se formou e em que ano?

A.S.1: Eu me formei pela UNIFAI em 2010.

UNISA 1: Você realizou algum outro curso, uma especialização?

A.S.1: Sim, eu fiz especialização em Políticas Sociais.

UNISA 1: Há quanto tempo você atua como assistente social?

A.S.1: Mais ou menos quatro ou cinco anos. Assim...eu me formei mais não trabalhei diretamente como assistente social. Eu primeiro trabalhei como orientadora social em um albergue. Depois comecei como técnica no CEDECA. Então fui chamada para gerenciar aqui no CREAS e atuar no SPVV.

UNISA 1: Então sua atuação atualmente é gerenciar?

A.S.1: Sim. Eu gosto de estar em campo também, realizo visita domiciliar, eu participo dos grupos, eu vou pro território junto com eles. Mas eu gosto dessa forma, por que eu acho que se eu não estiver nessa vivência, acho que vai ficar muito “frio” sabe?Então precisa atuar, pra poder até entender o que eles estão trazendo e que eles estão passando. Porque gerenciar é isso, você tem que tá a frente, você tem que responder a instituição, responder a prefeitura e dar suporte pra equipe.

UNISA 1: Entendi, é só você de assistente social?

A.S.1: Não. Tem mais três. Três assistentes sociais: F., T.e F.. Tem um orientador socioeducativo, ele é estudante de Serviço Social, e a outra é estudante de psicologia. Então a equipe é composta por assistentes sociais e psicólogos.

UNISA 1: Então trabalha só assistente social e psicólogo?

A.S.1: Só assistente social e psicólogo. Na verdade só assistente social e psicólogos e esses dois orientadores, mas que são estudantes: de Serviço Social e Psicologia. E aqui a gente atende essas crianças e as famílias e o convênio também é estendido “pro” autor da violência. Então se chega quem cometeu a violência, e quiser ser atendido, a gente tem que atender também.

UNISA1: Então como você falou, você trabalha em campo, então você trabalha diretamente com essas crianças?

A.S.1: Trabalho.

UNISA1: Você vai na casa, conversa com a família, com as crianças?

A.S.1: É...na verdade...assim, existe um fluxo dentro da assistência para que elas parem aqui, então geralmente os encaminhamentos eles vêm da saúde, vem do conselho tutelar, vem da escola, vem da vara da infância, da vara da família, e ai ele passa pelo CREAS. Quando chegam no CREAS, eles identificam as demandas que são, e manda para o serviço. Quando chega aqui, a gente faz uma triagem porque existe outros casos né, parados, a gente verifica...é... a gente usa o critério que é identificar quem tá a maior tempo ai esperando o atendimento. E ai, a gente realiza o contato telefonico, quando não consegue localizar, pra poder chamar, pra essa primeira... não a entrevista! Esse primeiro atendimento, a gente realiza a visita domiciliar. E ai com a visita a gente conversa, explica qual que é a proposta do serviço, né? Qual que é a intenção, qual que é a ideia da gente. E ai, convida pra vim. A gente não pode obrigar ao atendimento, mas também a gente não pode fingir que não tá véndo. Se a gente no acompanhamento percebe que é uma família que não quer aderir o que a gente propõe, que a gente percebe que a criança tá em risco, a gente tem que acionar a vara da infância, tem que acionar os meios legais, porque a criança não consegue se defender.

UNISA1: Entendi, mas continua o trabalho através desse encaminhamento?

A.S.1: Continua. A gente não tem um tempo específico pra poder dizer: Ah! Chegou...não tem tempo pra sair. Vai avaliando. Cada profissional avalia esse acompanhamento. Então na medida que chega, a gente faz essa primeira triagem, faz um grupo pra poder chamar essas famílias, pra gente poder vê... identificar o perfil mesmo, vê as demandas, se são demandas parecidas, que derepente, dá pra trabalhar em grupo. Tem também os que tem muito tempo já, que tá aguardando esse contato. Tem um que agente tá atendendo agora que em 2013 sofreu a violência, então hoje já está em outro momento. Tem a gente traz pra poder fazer um grupo de prevenção, e se ai, nesse grupo, a gente começa a perceber alguma coisa, ai a gente vai pro atendimento individual, ou ao contrário. Então na medida que nesses grupos, vai indo pros atendimento individuais, ai é uma análise do técnico que traz pra reunião de equipe e vai dizendo “olha, evoluiu em tal situação, a gente acha que é uma família negligente, não dá pra encerrar o caso, olha é uma família que a gente precisa acionar o poder judiciário, porque a criança tá sofrendo a violência...” então a gente vai

analisando caso à caso, a gente traz pra reunião de equipe, e ai tem uns casos que é tranquilo. A gente encerra. A gente encerra o caso, quando a gente entende que a família tá protegida, ou que a criança tá protegida. Quando não há risco é, de negligência ou de algum tipo de violência. Agora quando há, a gente vai acompanhando. Agora, por exemplo, como a gente não pode forçar a família ser atendida, se a gente percebe que é uma família que é negligente, que sabe que a criança tá sendo violentada ai a gente pede a vara da infância, e as vezes acontece até o acolhimento. É o último caso, a gente procura a família extensa, mas se vê que tá sofrendo a violência, ai a gente solicita o acolhimento institucional.

UNISA1: Esse acolhimento seria o abrigo, então vocês têm todos os contatos com essa rede, pra poder tá fazendo esse encaminhamento?

A.S.1: Tem, aqui nessa região são três Conselhos Tutelares, então a gente tem que acionar de acordo com o território, que ela tá, que ela reside, aqui tem o Conselho da Capela do Socorro, Grajaú I e Grajaú II, então a gente vai vendo de acordo com o local que a pessoa mora, a gente aciona o Conselho. Porque esse acionar não é de uma única vez. Então quando a gente percebe, que já é uma família negligente, a gente já vai fazendo esse contato paralelo ao atendimento. A gente já vai deixando a rede a par do que tá acontecendo pra depois não seja uma intervenção direta. Então a gente vai identificando o caminho, “olha a família, é assim, assim, assim...”, a gente aciona o Conselho, “Olha, força a família a vir pro atendimento, porque a criança precisa ser acompanhada”. Então no último caso, ai que toma essa media. **UNISA1:** Entendi, ai nesse seu trabalho com a criança vocês costumam fazer a visita, usar o relatórios, quais são os instrumentos que vocês utilizam?

A.S.1: Então, é...tem os grupos, agente realiza os grupos, temos os grupos de prevenção, tanto aqui dentro do serviço como no território. As visitas domiciliares, nessas visitas, é...são elaborados relatórios, os relatórios eles tem que ser feitos é... nos primeiros quinze dias que entram aqui no serviço, a gente já tem que informar a justiça “Olha a gente passou a acompanhar, e tal...”, é um relatório simples. Ai depois de três meses, a gente encaminha o relatório mais detalhado. E ai, vai se mantendo assim, a cada três meses a gente envia o relatório, e pro poder judiciário encaminha a cada seis meses. Ou, por exemplo, se a vara da infância, geralmente eles mandam um

ofício de interação ou coisa assim, aí a gente tem que responder de imediato, não dá pra esperar esses três ou seis meses. Mas geralmente é assim, 30, 60, e 90...não..., são de quinze dias, três meses, e noventa dias.

UNISA1: Entendi, aí seria mais isso os instrumentos?

A.S.1: Sim. Aí tem o PIA, que é um...na verdade é um plano individual de atendimento. Quando a família chega aqui, a gente constroi junto com a família, é pra vê como são mesmo. Se pensar em estratégias. Pra vê como você pode trabalhar com a família. Cada família é de um jeito, então não dá pra você impor, então a gente constroi junto, né... é pra poder vê e na medida do atendimento você vai vendo o PIA, vai consultando lá e vai marcando, né, o que evolui, o que não. O que tá dentro da proposta que foi feito junto com a família né, o que que precisa caminhar, porque se as vezes você coloca só no relatório e não tem algo né, pro seu trabalho diário ali... A gente tem uma folha de relato também, que é pra alimentar o prontuário, então tem o prontuário, cada família tem um prontuário, e aí a cada intervenção que vai sendo feita tem que... esse prontuário tem que ser alimentado. Então a gente tem uma ficha de relato, por exemplo “Ah, hoje eu liguei.”, então, marca lá o dia, “liguei e tal”. Fica um histórico da família, porque se depois sai um técnico e amanhã entra outro, ele tem como dá continuidade a partir do que aquele técnico deixou né, não retomar tudo do início pra poder entender como que a família tá pra poder você fazer algum encaminhamento, alguma intervenção. Então ele pega o relatório da família e ele vai dar continuidade a partir do que o técnico deixou feito até ali.

UNISA1: Entendi, o PIA e folha de relato, ele é só do assistente social ou tanto o psicólogo como o assistente social pode ter acesso..

A.S.1: psicólogo e assistente social. Agora o relatório, não, o relatório eles são individuais, mesmo porque não podem ser assinados juntos, então...Mas a folha de atendimento...Porque assim, dependendo da demanda que vem, é... o pai e a mãe tem que ser mais com o Serviço Social, a criança pode ser que tenha algum problema psicológico, ou alguma coisa assim, que a gente não tem condições de poder identificar. Mas o psicólogo tem...então quando o técnico, o assistente social, ele identifica...ele tá atendendo... e identifica, “olha, tá fugindo do meu limite...eu penso que seria legal, a intervenção do psicólogo, né, pra poder avaliar junto, e vê que se é isso

mesmo.” ai, entra o psicólogo e tenta colocar o parecer dele. Mas ai vai no mesmo prontuário, só o ponto de vista dele, mas vai no mesmo prontuário. **UNISA1:** Entendi...Você como assistente social, você vê as redes que atendem essas crianças, no geral, elas conseguem tem um bom atendimento à demanda...é suficiente?

A.S.1: Oh, a rede aqui, ela funciona até que bem. É bem articulado, geralmente a saúde, a educação, então quando tem algum caso que é gritante, a gente costuma acionar, chama mesmo esses profissionais que estão envolvidos, porque geralmente são famílias que estão sendo atendidas em outros lugares. O que é mais difícil da gente ter é o retorno da saúde. Porque a gente encaminha. Primeiro que não tem psicólogo e psiquiatra na... tem pouco psiquiatra, tem pouco psicólogo pra fazer um trabalho desse, de... um atendimento psicoterapeutico, geralmente precisa, nem todos que chegam aqui, mas a maioria precisa. E geralmente são poucas as UBS's que tem, e quando tem é meio que um processo em dúvida, as famílias não se identificam, então esse atendimento, ele não poder ser realizado aqui. Quando o psicólogo identifica que há necessidade a gente tem que fazer essa articulação com a rede. E ai a gente vai encaminhando, lógico que procura uma faculdade que tem esse tipo de trabalho, a gente faz os encaminhamentos, com a saúde é mais difícil nem sempre a gente tem retorno. Então a gente caminha né, a gente faz o trabalho até chegar na saúde e muitas vezes a gente perde informação do caso porque chega no nosso limite né, a gente não tem como cuidar da saúde. Então a gente transfere, geralmente a gente não tem o retorno pra saber a evolução dessa família, ai é mais difícil.

UNISA1: Nossa, é complicado... em relação a família dessas crianças que são vítimas, como você avalia: elas colaboram, ou muitas são coniventes?

A.S.1: Tem...oh... é assim. Geralmente é mais gritante quando é violência sexual. Mas a gente não descarta que a maioria que chega, além de ser a violência sexual tem a violência física e psicológica. O autor da violência psicológica e física eles sempre vem. Que é a mãe. A maioria das vezes são as mães. Então eles vêm e são acompanhados, agora, quando é violência sexual, é muito difícil de vir, geralmente é cometido pelo pai ou padrasto, então não vem, porque acho que ele já vem naquela defensiva: “Se eu for ao serviço, eu vou acabar dizendo que eu cometi.” Então não vem. Muito difícil, e os poucos que vem, ele já vem dizendo “Olha eu to aqui porque eu

não fiz nada.”. Então o processo é muito lento. Se não é pego em flagrante, é... não tem como identificar quem cometeu. A criança até passa por todos os exames, identifica lá que teve, que sofreu a violência ou não, mas não tem como identificar quem foi que fez. Porque geralmente, isso não é visto na hora, se é pego em flagrante, identifica lá que a pessoa cometeu, tem como dizer e acusar e ali a pessoa responsabilizar.

UNISA1: Então o pai chega a vir aqui na instituição pra poder fazer algum tipo de programa?

A.S.1: As vezes vem. Quando a gente identifica que uma criança vem...é vítima de violência, a gente sempre pede o acompanhamento do pai ou da mãe. A criança não pode ficar só sozinha. Geralmente quem vem mais, são as mães. Que acompanham. Um caso ou outro, em que o pai está sendo acusado mas que não teve prova, eles vem, mas sempre vem nessa defensiva “Olha, eu não fiz nada, por isso que eu to aqui e tal.” Só que tem poucas vezes eles nunca querem o atendimento, porque eles acham que não fez nada e tá vindo porque...bom, pra...acho que pra parar de ficar como suspeitos, mas são pouquíssimos que vêm. Poucos! Assim, nos casos que a gente sabe aqui, que...mais de dez casos, um vem. Quando é violência sexual. Agora violência física não. A maior parte vem, porque a mãe...ai a gente tem que fazer um trabalho de prevenção mesmo, porque muitas vezes é aquela questão cultural.

UNISA1: Parte também muito da vergonha da família de expor o problema, quando é violência sexual né?

A.S.1: É. Ainda mais quando é no caso de meninos. No caso da violência sexual é assim: ou a mãe, ela toma logo a dor da filha, e ai, ela enfrenta, ela acaba ficando do lado da filha. Larga o companheiro. Agora outras não. Ai tem que entender todo o contexto. As vezes aquele pai, que é o suposto autor da violência, ele é o que mantém a casa. As vezes a mãe não trabalha, então a mãe fica refém disso. “Se eu sair dessa condição, pra onde que eu vou...e o que que eu vou fazer..”. Então, as vezes até sabe mas prefere não acreditar no que a filha tá falando pra poder não cair em uma outra condição.

UNISA1: Entendi...Ainda trabalhando nessa parte, como você avalia as instituições. Você acha que deve haver algum tipo de mudança? Uma crítica sua em relação aos atendimentos que têm no geral.

A.S.1: Acho que precisa. Ainda mais, eu digo mais em relação à saúde. Porque acho que é algo maior mesmo, né...é política pública que tem que ser revista, porque pra uma região dessa como o Grajau, que a população passa de mais de um milhão de habitantes, o próprio CREAS mesmo nessa região deveria ter pelo menos cinco só tem um. Pra esse atendimento, pra população não chega, os encaminhamentos maiores aqui, são mesmos pra área da saúde, e ai seja CAPS... geralmente procura mesmo um psicólogo ou de um acompanhamento assim. Muitas vezes não dá conta, a gente consegue fazer essa articulação porque a gente tem um... faz um bom trabalho, assim com eles, então é uma troca. A gente acaba atendendo algumas pessoas do CAPS, e a gente acaba também mandando pessoas daqui pra lá, mas se sair o gestor de lá, a gente não sabe com o que lutar. É política mesmo, tem que ser alterada, é...inserção de outros profissionais na rede de saúde. E a educação também, a educação elas têm um...o olhar muito do “Olha o aluno é muito indisciplinado. Então precisa do psicólogo.” Ai manda pra cá. E as vezes não é, tem que ser analisado, então o moleque tá bagunçando na escola e tem que ser medicalizado pra ficar calmo. Tem coisas que a escola também tem que dar conta. Ai manda as vezes pro Conselho Tutelar que tem um pensamento também , que, dependendo do Conselho que pega, e até que tem uma intervenção que é acertiva. Agora dependendo do conselheiro que pega também, geralmente estraga né, deixa a situação muito pior do que já tá. Então, acho que é a rede é bem pra agilizar, fica consistencia também. Se você vai vê, num lugar desse, tem pouco atendimento, como esse serviço mesmo, que a capacidade é pra oitenta num lugar que mora mais de um milhão de pessoas, existe muita demanda reprimida por todo esses lugares dai, e que a saúde também deve ter o mesmo questionamento em relação a assistência, né. É muita gente pra pouco serviço. A gente tem que se articular, a gente chama os parceiros pra cá, a gente consegue fazer esse trabalho de “formiguinha”. Então a rede aqui, ela tá bem fortalecida. Mas tem coisa que a gente não consegue dar motim, porque é muito maior, ai não dá pra dar motim.

UNISA1: Você acha que também é uma questão da falta de conhecimento de algumas pessoas? Por que as vezes, tem gente que não consegue saber que aqui é o CREAS...As vezes não sabe como é o serviço, as vezes precisa do serviço mas não tem orientação.

A.S.1: É, orientação, tudo isso também influência, tem gente que fala que não sabe, confundi o CRAS com o CREAS, o CREAS com o CRAS, é... CREAS com o Conselho Tutelar, então há falta de informação mesmo, e dizer, “Olha...” tem gente que chega aqui achando que gente é Conselho... Conselho punitivo, um Conselho não é punitivo, o conselho tá aqui pra tentar garantir o direito da criança e do adolescente, então, na verdade é um Centro de Defesa também né, pra poder olhar pro direito, mas só que é passado também de um jeito tão...né., quando vai pra mídia a questão do Conselho Tutelar é de uma forma muito negativa, porque é o que não fez a intervenção na hora correta e depois a criança foi assassinada, então, eles vão passando muito disso, e são poucos conselheiros também nessa região, tem uma grande proporção, eles também não tem tanta estrutura, então é assim, cada um, acho, que vai tentando fazer seu trabalho da melhor forma, mas falta o macro. Eu acho que o micro a gente vai tentando se virar, mas o que, assim...da ordem maior, é mais difícil.

UNISA1: Entendi...Eu queria pergunta pra você agora, mais em relação como aluna e o agora. A teoria que você estudou durante o curso foi bastante para o seu dia dia, foi o suficiente?

A.S.1: Foi! Assim... Não tem como...não tem como dizer que a teoria e a prática não fazem sentido e é muito útil quando utilizada junto.

UNISA1: É, porque tem muitos que falam “Ah, teoria é uma coisa e a prática é outra...”

A.S.1: Não...você precisa da teoria pra você ter embasamento até no que você vai escrever seja em num relatório, você tem que buscar referenciais, tem coisas de aulas, assim... que eu lembro de ter visto e não ter dado tanta importância, que hoje assim, ajudou, fez diferença, porque hoje a gente vive num...num...Estado, de que as coisas, elas vão acontecendo mas assim, por exemplo, na aula de política, talvez se eu tivesse dado mais valor, eu ia entender o fluxo do Estado agora. A gente fala de política pública, a gente tem aula de política social, e alguma coisa nesse sentido sabe... o porque que tá assim, oh o capitalismo tem muito a ver até com a situação até da violência hoje que essas crianças sofrem, então elas moram em uma área que são mais vulneráveis, com pouco acesso, que o capitalismo impera também, o poder paralelo implica, que é o dinheiro, se agente não , então tem muito sentido sim, a teoria da prática, e a prática é uma coisa que você vai adquirindo, tem que por o pé no barro, é ir pro lugar, não

adianta você...eu já vi muitos profissionais tanto assistente social como psicólogo ter medo de...aqui não tem outro lugar a não ser favelas, comunidade mesmo, que a cada dois passos que você dá, o tráfico impera. Claro que você tem que respeitar o espaço. Não é pedir autorização pra você poder entrar! Mas dizer que você não tá ali pra poder invadir o espaço dele, mas que você precisa fazer o seu trabalho também. Então ninguém tem peito de ferro né. Não dá pra ir com o peito aberto. Dizer: "Olha...eu vou fazer!" Mas tem que entender, tem profissionais que falam, "olha...ah...não vou. Não vou fazer nenhuma intervenção porque tem o tráfico ali, e que não sei o que..."E... ai não vai. Mas eu acho que tem muito importância sim, do que eu via na faculdade e hoje assim, pra atuação, pra entendimento mesmo, de...leitura. E você tem que se reciclar, a todo tempo, e se você não tem uma bagagem até mesmo teórica, você fica solto, então você precisa saber, precisa buscar e acho que você como assistente social, você tem que tá a todo tempo mostrando que o assistente social, ele não é um cumpridor de tarefas. Que eu mesmo comento com os meninos as vezes, que a gente procura fazer os atendimentos e trocando muito, e..., o assistente social, ele não tá aqui pra poder fazer só uma pesquisa socioeconômico. A contribuição é muito além. Porque se não o psicólogo só vai tá pra poder vê se a pessoa...identificar uma demanda, manda pro assistente social e vice versa...não! A equipe tem que trabalhar integrada. Cada um com a sua atuação e intervenção mas tem que fazer. A gente tem que ler muito, a gente tem que buscar referenciais que a gente já viu, trazer de volta. A gente trabalha muito. Toda segunda-feira é um dia que a gente tira pra reunião de equipe. Então a gente busca sim, referenciais, as vezes eles têm dúvida de qual atuação do Serviço Social. Qual é o Código de Ética do Serviço Social. Esse tempo atrás tava até uma discussão: "Ah, porque que o assistente social não pode usar no mesmo relatório o carimbo..com a psicologia. Então vamos procurar o CRESS, vamos procurar o CRP pra gente poder, e se você não tiver uma bagagem, né, de conhecimento mesmo teórico, você não consegue enxergar. Então é fundamental que se tenha. Só que a gente não dá valor à isso (risos) Acho que é mais na frente. Hora que fala "*Vixi, eu tava dormindo nessa aula.*" (risos). Porque é isso, a prática é você... se você tiver uma boa...uma boa referência teórica a prática é fácil. A prática você tem que ter o limite e tem que ter a vontade. E a assistência também paga muito pouco. Né...se você ficar pensando de

sobreviver só do dinheiro... é pouco. Tem que fazer o que gosta. Não pode se perder. Esse serviço, é um serviço que quando chega as pessoas primeiro te dá, é..., muita tristeza, muito dor, mesmo! Assim, não é um lugar que tem que tá. Porque a maioria dos que sofrem a violência são crianças. E ai você não pode ter dó porque se não você não consegue desenvolver um trabalho daqui, por que tem direito, então vamos vê a partir daí. Porque se não você começa a tutelar, e começa a cuidar , de um jeito pra tentar proteger, e a pessoa sofreu violência mas ela tem vida após violência, então você não pode se colocar nesse lugar . Então todo o tempop a gente tem que tá se reciclando, tem que buscar, não dá pra estagnar. Tem que tá procurando mesmo. **UNISA1:** Foi legal esse ponto de vista que você colocou agora, do assistente social frente a essa questão da criança. Porque muitos assistentes sociais, mais em princípio, acaba misturando um pouco do emocional com o profissional, e as vezes interfere. Pode interferir tanto do profissional como da criança.

A.S.1:É. E é assim, não é que não pode interferir. Porque as vezes tem caso que chega, e já aconteceu comigo, e com as outras meninas daqui, as vezes vem alguém que é muito parecido. Assim, parecido fisicamente mesmo, então com uma prima, com um tio, uma criança ou um vizinho assim, ou como as vezes a gente tem que atender as crianças e quem cometeu a violência, ai eu procuro não deixar que esse profissional atenda os dois. Porque as vezes dá raiva mesmo. E que ai tem que respirar e falar “Olha, quem sofreu a violêncoia tem direito de ser atendido mas quem cometeu também tem o direito de ser atendido” porque a gente não sabe o histórico de vida dessa pessoa, as vezes ele tá reproduzindo o que ele aprendeu. O que ele viveu. Então, não dá pra você ir no julgamento. Então tem hora que você se apega mesmo, e quando vê que tá interferindo eu mudo também, eu chamo a pessoa, eu chamo o técnico e “ Olha, eu acho que tá mudando o rumo ai do atendimento. Então vamos vê. Tá saudável ainda pra você continuar.” Eu não tiro mas eu faço com que ele reflita “Olha, qual é o seu limite quanto profissional:” Porque se começar a se perder essa relação, quem vai perder é quem tá sendo atendido. Porque ele não pode ser tutelado, se não você não consegue emponderar a família, vai ficar colocando debaixo do braço. Fazendo tudo: Não você tem que ser o meio ali. Tem que indicar, né...dá a direção, mas você tem que deixar que a família caminhe. Então, ela vai ficar a vida inteira nesse serviço:”Oh, vai

precisar sair uma hora e ela vai ter que saber se virar.” A referencia é esse espaço mas tem que dá um rumo pra vida pra eles, você vai empurrando né...vai empurrando, mas chega uma hora que ela tem que andar sozinha.Então você começa a perceber que a relação tá se misturando, e eu vou dando um toque.”Olha...eu acho que não é por ai, vamos vê” e ai, se chega no limite que tava a gente troca a referencia do caso. Ma o profissional ele tem que identificar isso. Ele tem que saber “Olha...meu limite tá aqui. Não tá dando pra mim. Então vamos trocar” E é legal isso né...que é o mal profissional, eu acho que é o profissional que encherça mesmo que o limite dele mesmo ali deu.

UNISA1: Você acha que essa questão da violência contra a criança, você acha que ela é debatida com a importância que ela merece. Tanto fora como dentro das universidades?

A.S.1: Não. Não é debatida. Eu lembro que eu não vi muito disso.Eu tive matéria por exemplo de infância, criança e adolescente. Mas não tão afundo, tem coisas que a gente tá aprendendo na raça mesmo, é pouco vista a situação da violência, ainda mais a violência sexual ela é bem velada, porque primeiro que até sair de dentro da casa mesmo, ela tem uma proporção, que é só num caso bem gritante que ai vai pra mídia né. Eu imaginei que eu fosse morrer e não vê tudo que eu vejo aqui, as situações que chegam e que a gente acha que são poucas e sempre acontece com outra. Mas se você para pra lê os relatórios são coisas absurdas, assim que não tem a devida proporção. Não é tomada as devidas providências, o processo é muito demorado. As vezes a criança sofre a violência, é feito o exame de corpo de delito mas não sai o resultado na hora. O resultado as vezes demora, eles falam que são três meses mas tem prazos que vai dá um ano e não saiu o resultado. Ai você liga lá. As vezes na delegacia não dão informação pra família, e se você não fica em cima, e vê serviço que não vai fortalecer. E falar assim “Olha, vai seguindo por esse caminho.” Então deveria ser mais falado, a gente tentou fazer uma...em maio todo ano, levanta essa bandeira ai, da exploração sexual contra a criança e do adolescente, não sei se você já viu...Ai envolve os Direitos Humanos, geralmente é mais forte na época do Carnaval. Aparece a Campanha dos Macaquinhos, sabe.... Mas é muito assim, é muito superficial, né, ai a gente conseguiu fazer uma campanha, a gente pegou falas das vítimas, depois eu te passo, a gente foi pegando fala de crianças daqui, que a gente tinha em atendimento. A

gente contratou um trabalho de um profissional da região que ela fez uma ilustração, então quando era menina ela fazia a expressão, o rosto de uma menina e aí ela colocava as frases que a gente retirava desses relatos e o nome era fictício né...essa criança era fictícia. E aí, a gente começou a fazer um trabalho de prevenção para sensibilizar as pessoas através disso, porque muitas dessas crianças sofrem violência mas os pais não acreditam, a mãe não acredita, e aí ela vai sofrendo a violência até quando alguém quiser dar importância, só que aí já é tarde, essa criança já sofreu a violência...Aí a gente vai pra rua pra ajudar a fazer essa campanha, até hoje a gente continua campanha itinerante. A gente fala da prevenção, fala dos cuidados que devem ter, o que se deve ficar atento, a que a criança indica quando fica assim, e assim, pra prestar atenção, e a gente vai tentando sensibilizar. Na dúvida, denuncia. Porque é mais fácil você denunciar porque não vai ter prisão, então faz uma denúncia lá no Disk 100, porque pelo menos vai vim parar no CREAS ou no Conselho Tutelar para que seja verificado. O Conselho não é investigativo pra provar quem fez, quem cometeu ou deixou de cometer a violência. É um cuidado que a criança tem que ter, se tá sofrendo, se sofreu, ou se tá nesse processo.

UNISA1: Então você acredita que deveria ser debatida mais essa questão da violência?

A.S.1: Sim, claro que sim.

UNISA1: E quanto os instrumentos do assistente social, você acha que deveria ganhar mais ênfase dentro do curso. Pelo menos na sua graduação. Teve uma disciplina, foi trabalhada bem essa questão?

A.S.1: Na verdade foi apontado, na época que eu estudava foi apontado sim, mas a parte da metodologia, assim, eu acho que o profissional tem que ser muito criativo, porque você tem um referencial lá dos instrumentais que você pode utilizar mas é tão dinâmico o serviço que o próprio profissional, ele tem que ir criando seus meios. Então a gente tem uma base. O que deve ter...um relatório, agora não tem um formato de um relatório, você que vai dando a cara, então tem relatório que você faz mais sucinto. Você não pode fazer um relatório tão detalhado pra saúde porque a família tá vindo pra você, então tem coisa que é sigilo. Então o profissional também tem que medir, acho que o importante a gente aprende sim na faculdade. Mas depois o profissional vai ter

que ir tentar adaptar o que viu lá, com a dinâmica dele. Aqui a cada dia a gente tem que ir criando. Criou esse o PIA. O PIA é algo que assistência pede mas pra esse serviço num tem um modelo certinho. A gente foi identificando o modelo que a gente quer. Porque no final das contas a gente quer um resultado que pra mostrar também ne, que ciência do serviço. Se tá servindo ou não. Então o instrumental a gente vai criando na medida do possível, então por ai, por exemplo, hoje a gente trabalha com uma tabela de caso. Então tem uma tabela lá pra saber se os profissionais... quem tá atendendo determinada família. E quantas crianças são...então eu sei dizer hoje pra você que cada profissional no espaço tá em atendimento. Tem uma outra tabela que indica quantas pessoas estão na lista de espera. Então tem uma outra tabela de quantas crianças... são instrumentais que eu digo, quantas crianças estão em apreciação judicial, que são esses casos que eu te falei que olha, é os casos que a gente deu nosso imite, então precisa do poder judiciário, entrar pra poder tá convertendo, então eu tenho instrumental que me indica ai , então vai muito da dinâmica do profissional e de ir elaborando essas coisas . Não tem que ter uma receitinha, acho que o básico a gente aprende. Mas ai cada rotina cada, cada dinâmica tem que fazer alguma coisa. E pra mais um controle mesmo do profissional, né pra você não se perder, pra dar um molde. Pra você ir se identificando. Então os instrumentais vai sendo trocado, então por exemplo, esse instrumental... tem outros SPVV'S...em São Paulo são mais trezes , e agente começou a se encontrar , então a gente tá no momento de troca, que como o serviço ainda não tá... ele tá tipificado mas ainda não é garantido. Então a gente começou a se reunir, então tem essa troca de instrumentais mesmo. Então, “olha, eu faço desse jeito, eu atendo assim, eu fiz...” eu conseguir sistematizar todo o serviço aqui. E identificar da onde, qual o bairro que tem mais violência, qual o perfil que tem mais... idade , gênero, o que sofre mais violência, quem comete a violência...Então a gente conseguiu se sistematizar isso, e ficou bem interessante. Então hoje qualquer um que chega nesse serviço consegue identificar, e olha se você chegar pra trabalhar hoje, você consegue ter um panorama geral de qual público a gente atende, qual a região que a gente recebeu mais demanda de violência e qual é a violência, se é a violência física, se foi sexual, negligência , então a gente tem um... e são instrumentais que a

gente vai criando a cada dia. Pra poder chegar ai no final né, ter esse levantamento geral tem coisa que você tem ir recriando.

UNISA1: Bom R., obrigado pela entrevista!

A.S1: De nada, o que você precisar pode falar, eu mando material se precisar.

UNISA1: Obrigado

A.S.1: Por nada.

APÊNDICE C – Entrevista A.S.2 e G.2

G.2: Então vamos lá. É o instituto surgiu de uma necessidade que a gente observou, de que tivesse serviços que atendessem crianças e adolescentes vítimas de violências. Eu venho de uma experiência do Sentinela que foi a primeira ideia do Governo Federal de fazer um trabalho com crianças vítimas de violência. E o Sentinela durou até por volta de 2009, e aí, se transformou em SPVV que é o que a gente tem hoje, esse serviço aqui. É, aí o instituto surgiu pra gente fazer o atendimento psicológico, terapêutico e social com as famílias. Então, a ideia que agente tem é do psicólogo atender essa

criança individualmente e o Serviço Social fizesse o trabalho com a família. O trabalho das questões concretas mesmo com as famílias. Com o convênio com a prefeitura teve que mudar um pouco essa metodologia, então a gente deixou de fazer esse atendimento individual e passou a fazer um trabalho psicossocial. Então a assistente social e a psicóloga acabam trabalhando muito próximas, e o trabalho não é tão diferente um do outro. As assistentes sociais fazem orientação social, as psicólogas fazem orientação psicológica, mas elas acabam não podendo se aprofundar muito porque a Assistência entende que a terapia é um trabalho da saúde, portanto nossas psicólogas não podem atuar como terapeutas. Mas tem um cunho terapêutico porque qualquer escuta pode ser terapêutica, então acaba tendo um cunho terapêutico. Mas o trabalho do assistente social, é o de agregar mesmo essa família, de possibilitar que essa família consiga conviver com essa criança. A maior parte dos casos de abuso é intrafamiliar, né...é...se não é com alguém da família é com alguém bem próximo da família, e acontecesse normalmente na casa da criança mesmo. Então é o pai, e o padrasto, é um amigo do pai, é um amigo, é um tio, é um companheiro da mãe, um amigo da mãe, é sempre alguém muito próximo da criança. É...e observando que isso existia, e dessa necessidade de atendimentos individuais surgiu o Herdeiros. Mas tivemos que alterar, transformar um pouquinho essa metodologia, mas a gente ainda consegue bons resultados com as crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. Você só quer a abordagem sexual ou a violência doméstica também...

UNISA2: Só a sexual.

G.2: Tá, só sexual. E é isso, o Herdeiros surgiu com essa ideia, estamos há oito anos já abordando, hoje nós temos quatro convênios com a prefeitura, três de SPVV que é o Serviço de Proteção a Vítima de Violência e um NPJ que é o Núcleo de Proteção Jurídica. O NPJ atua mais pras questões imediatas. Então a família tem uma necessidade imediata por uma questão de violência ou de violação de direito, e aí o NPJ é chamado para atuar. E o SPVV trabalha diretamente as questões com as crianças, adolescentes e famílias, questões dos traumas causados pela violência. No decorrer desses oito anos, a gente foi observando e a gente percebeu que as crianças vítimas de violência sexual tem uma tendência a bloquear o cognitivo. Então depois da violência eles tem maior dificuldade pra aprender novos conhecimentos, eles esquecem

o que já tinham aprendidos. Na verdade eles bloqueiam, não que eles esquecem, eles bloqueiam o conhecimento adquirido e passa a ter dificuldade para absolver novos conhecimentos. Nós tínhamos aqui a possibilidade de atendimento psicopedagógico. Mas a psicopedagoga foi embora, nós não temos como contratar outra. Funcionava muito bem a psicopedagoga com a psicóloga e assistente social, que elas fechavam, e aí cada um trabalhavam uma questão. Então a assistente social trabalhava a questão familiar mais concreta, a psicóloga trabalhava a questão do trauma e a psicopedagoga ia trabalhar essas questões de bloqueios do cognitivo. É um trabalho demorado, muito, muito demorado, muito lento, muito de formiguinha, mas costuma dá muito resultado com as crianças. Mas infelizmente por conta do convenio com a prefeitura, eles acabaram tirando profissionais, e um deles acabou sendo a psicopedagoga. Nós tínhamos bons resultados não é ?A. Agora fala da sua atuação específica!(risos)

A.S.2: Então, os casos quando chegam pra gente são encaminhados de UBS, do Pérola, do Fórum, do CREAS, e são casos que geralmente vem do nosso território. Aqui de Santo Amaro. Os primeiros atendimentos são realizados pelo Serviço Social, então nós fazemos o acolhimento da família, depois que você faz a esculta, tal...a gente faz as triagens, e as triagens a gente faz duas ou três dependendo do caso, da situação. E aí a gente faz as orientações sociais, que podem ser quinzenal, mensal, ou semanal dependendo da situação, da necessidade. Fazemos a visita domiciliar...na verdade ela tem dois focos. A primeira pra gente conhecer um pouco mais da dinâmica, entender um pouco mais a família, as necessidades. Conhecer o torno né, da família, pra saber se eles estão inseridos na rede ou não. E a outra visita é quando o caso fica mais distante, a gente percebe a necessidade mas a família não dá conta, tal, então a gente faz essa visita pra essa sensibilização. Pra ter o retorno do caso, pra vê se essa família retorna ou não pro atendimento. Nós temos também...fazemos os encaminhamentos, mas esses encaminhamentos a gente faz de acordo com a rede, com o território, onde as pessoas moram, onde estão localizadas, onde é o mais próximo. A gente tenta, quando fazer o encaminhamento sempre ver se a família tá indo, acompanhar. A gente tem uma supervisão. A gente duas supervisão na verdade. Uma é da equipe, do Serviço Social e a Psicologia o juntos. Leva os casos que a gente trabalha. É uma que é direcionado só para o Serviço Social, onde a gente leva a

família, então o Serviço Social como tem o foco de trabalhar mais a família, trabalha mais os casos da família.

UNISA2: Entendi, quando você fala a região de Santo Amaro só nessas imediações ou se estende tipo, pro Campo Limpo, Guarapiranga...

G.2: É o nosso é Campo Belo, Campo Grande, Santo Amaro e aí a gente só pode atender esse território. Então assim a gente tem que ficar muito atenta no mapa lá que a prefeitura passa pra gente, que “É até aqui, se você extrapolar...” não pode, porque tem um outro serviço, que atende essa região, aí você se dispõe com o outro serviço, com a prefeitura, então é uma coisa... E outra coisa que eu esqueci de falar quando a gente pensou na metodologia, a gente pensou em bastante sobre a questão da violência, sobre o funcionamento, como era isso, e a gente agregou um pouco com a experiência que a gente teve no Sentinela e outras anteriores de cada uma que... quem fez o Instituto foi eu e mais duas psicólogas, a Noemi e a Renata, elas já se desligaram, acabaram saindo do projeto, mas quando a gente pensou, a gente foi observando que as famílias estão sempre dentro de um ciclo de violência, então assim: Eu sofro a violência, reproduzo no meu filho a mesma violência, meu filho reproduz essa violência com outras crianças na escola. Então as famílias estão inseridas dentro desse ciclo. Mesmo da violência sexual, então é aquela mãe que sofreu violência sexual na infância que de alguma maneira ela é negligente, que permite que acaba acontecendo com o filho. Então não tem como eu não trabalhar negligência também aqui. Então não adianta eu dizer “Ah! Eu vou trabalhar só a violência”, porque é a violência psicológica que está embutida, a negligência tá embutida, a violência física também. Porque as vezes a mãe, é inconsciente, ela até permite que essa violência ocorra, ela culpa a criança ou o adolescente. Então a criança acaba sofrendo a violência doméstica também. Então têm crianças aqui chegam aqui que sofreram violência física, violência doméstica, violência sexual, violência psicológica, sofreram tudo! Não dá nem pra gente separar, não! “Isso aqui foi essa violência”. A maior parte deles sofreram todas as violências. Então normalmente as meninas passam todo mês uma contagem dos casos que elas estão atendendo. Aí vão me passando é... o que cada um sofreu. Tem criança que é tudo! É sexual, psicológica, é doméstica, é tudo! A violência tá dentro desse núcleo, então se elas não trabalham a família. A psicóloga trabalha a criança, a criança

fica ok. Ai ela volta pra esse núcleo que tá dentro desse ciclo, não tem resultado. Então as assistentes sociais, têm a função essencial e mais difícil, porque ela não vai trabalhar só um indivíduo, ela trabalha todo aquele núcleo familiar, que está inserido dentro de uma sociedade maior, então é muito maior, o trabalho do assistente social. Não que o psicólogo não seja importante, mas é que o assistente social acaba...é...é muito mais amplo, é muito mais teórico o trabalho dele, e ele acaba tendo que cuidar dessa família, então a gente faz palestras em escolas, que essa família está inserida, pra que essa escola trabalhe a questão da violência com as crianças. Ai a escola diz pra gente “Mas, eu não tenho como chamar os pais e dizer, e conversar. Eles são os agressores.” Ai a gente tem que ir, fazer um trabalho de sensibilização individual com alguns pais que são mais agressivos, pra gente dá conta de trazer essa criança pro atendimento. Então... e a gente não dá conta disso. São 28 escolas. Aqui nos temos 4 técnicos, que são dois assistentes sociais e dois psicólogos e um orientador socioeducativo. Que é a pessoa, que junto comigo faz esse trabalho, de palestra de divulgação do serviço. Então a gente não tem pernas suficientes para dar conta de 28 escolas. E todas elas de alguma maneira tem problemas relacionados a violência. Ou é de uma comunidade que os pais são muitos violentos, ou os próprios professores são muitos violentos.

UNISA2: Entendi...Você falou que são dois psicólogos...

G.2: Isso, dois psicólogos, dois assistentes sociais...E um orientador socioeducativo que faz esse trabalho mais externo. Que a divulgação desse serviço, e de trabalho de rede, então vai nas escolas, a maioria das escolas que a gente faz visita, pra dizer só que a gente existe, é uma demanda tão grande que você acaba tendo que tentar fazendo um trabalho com a escola. Só que a gente não tem verba pra isso porque quatro técnicos e um orientador e eu, para gente o número de escola é um absurdo. Fora as que eu nem conto: EMEI'S, CEI'S, eu nem to contando esses que com certeza se você for tem casos. E é um território que parece pequenininho, mas ele é grande, então eu vou até o Brooklin, eu vou até a Pedreira. Então o Campo Grande vai até a Pedreira. O Campo Belo vai até o Brooklin. Então não é um território pequeno. Em compensação eu tenho uma população de uma renda maior no meu território. Então eu tenho mais dificuldade de ter demanda porque essas pessoas não procuram um serviço públicos eles vão buscar um serviço particular. Mas aqui eu acho que a gente tem uns

três casos de casse média alta né, que são aqui da Chácara Santo Antônio né... então, tem chegado inclusive esses casos, e ai fica cada vez mais claro, que não é uma questão de renda. A violência tá em todas as famílias, e independente da renda, da localização da moradia, independente até da formação dos pais.

UNISA2: Quando essas famílias chegam aqui para o atendimento, vocês percebem que elas são participativas, elas querem mudam ou tem aqueles que tem um receio, é meio difícil de se trabalhar...

A.S.2: Eu acho que depende de cada caso, quando a gente coloca essa questão da reprodução eu vejo assim, é... acontece a reprodução por quê...Porque essa família não foi cuidada, então quem sofreu abuso não foi cuidado e foi acontecendo a reprodução. Eu acho que depende é... da história, depende do tempo, eu acho que depende de tudo isso. Então assim, a gente não sabe como que a pessoa tá lhe dando com toda essa situação, é... se ela tá preparada pra tá assumindo um tratamento, pra cuidar de si mesmo, pra depois cuidar do outro, eu acho que depende muito. Depende de cada caso. Mas a maioria que vem aqui, eles assumem o tratamento. Os atendimentos, estão juntos, eles participam, eles são bem presentes.

G.2: Mesmo os pais e as mães, que a gente tem os pais. Todos os lugares provavelmente você vai se deparar com essa dificuldade, os pais têm dificuldades de chegar aos serviços, as mães é que vêm sempre e isso é histórico no nosso país né...é...mas até as mães que são as agressoras, elas não têm dificuldades, elas vêm pro atendimento, se mantém no atendimento. A gente tem uma questão que é muito grave e pouco observada que é a doença mental. Então muita gente que a gente atende aqui tem alguma questão de doença mental, mas a gente não tem pra onde encaminhar. Então o que a gente tem hoje...a gente tem o CAPS. O CAPS não dá conta da demanda, a demanda de doença mental é tão grande nas cidades, acredito que no país inteiro, que ninguém dá conta. Quando a gente começou os atendimentos lá em 2008, a gente observava...a gente atendia a comunidade de Parisópolis, e a gente observava que de oito mães que vinham, as oito eram vítimas de violência doméstica. E agente foi tentar, né...naquela doce ilusão de assistente social e psicóloga empolgadíssimas, fazer um trabalho com essas mulheres que sofreram a violência dentro da comunidade. E dentro do Paraisópolis tem o Aisten, o Ainstein na

comunidade né...e nós fomos lá no projeto, que eles eram a possibilidade que a gente tinha de entrar. E na reunião quando a gente falou, eles: “Opa! Isso acontece e a gente já sabe. Assim como gravidez na adolescência, os níveis são altíssimos lá.” Não são divulgados. Fica muito escondidinho. Porque o PCC não permiti. Então não permiti que essas mulheres sejam cuidadas, a partir do momento que você vai cuidar da violência doméstica você vai bater de frente com o uso abusivo de drogas. Eai vai chegar neles. E a gravidez na adolescência, que acontece nos bailes funk hoje, e a violência de gênero são duas questões que estão diretamente ligadas com a violência contra criança e adolescente que a gente não consegue trabalhar. É bem difícil. E também porque nosso trabalho é limitado né... a prefeitura determina que a gente atenda criança e adolescente vítima de violência. Ponto. Se eu tento fazer esse trabalho com essas mães de uma comunidade, eu saio fora do que é determinado no projeto, as próprias palestras eles entendem que não é uma coisa que nós devemos fazer. Porque não tá dentro do projeto solicitado pela prefeitura. Então você quer ampliar, a gente tem vontade, acredito que todos os SPVVS tem o desejo de ampliação de fazer outras coisas, mas você não pode porque você esbarra em muitas questões. A violência de gênero ela também é uma violência contra criança e adolescente. Que a criança, quando ela convive com essa violência, ela tá sofrendo com a violência do mesmo jeito. Assim, um bom exemplo, é um menino que a gente atendeu, que quando o pai chegava, eles começavam a discutir, e ele acabava surrando a mãe. Então o menino adquiriu o hábito de entrar no banheiro, ligar o chuveiro, e entrar no chuveiro porque ele não ouvia. E foram tantos e tantos banhos, que ele adquiriu uma doença de pele. Porque se a gente usar muito banho, muito banho e sabonete, a gente acaba...é...você perde a oleosidade da pele e acaba surgindo doenças dermatológicas. E foi exatamente que aconteceu com o menino. Por conta da violência. Então, nós atendemos muito caso também onde a criança é vítima indireta da violência. Ele não apanhava desse pai. Mas ele adquiriu uma doença por conta da violência que a mãe sofria. Então era vítima indireta dessa violência. Nem tão indireta, seja a gente for parar e pensar é direta né...Então teve outra menina, que de tanto sofrer violência doméstica, perdeu os cabelos né...Todos os cabelos, e ai foi uma perda irreversível, então eu costumo dizer nas palestras que a violência causa danos reversíveis e irreversíveis.

Normalmente as pessoas:”Nossa! Qual é o dano irreversível que a criança pode sofrer...” A perda dos cabelos. Por stress né...traumático, por conta da violência. Ela foi perdendo, ela tinha buracos, assim oh (gesticulou) aonde não tinha cabelos. Então é irreversível. **UNISA2:** Vocês podem falar um pouquinho do perfil profissional de vocês, quando vocês se formaram, a instituição, se tem formação em outras especializações...

A.S.2: Eu tenho dezesseis anos formada. Minha primeira opção...fiz psicologia seis meses, mas não me adaptei, ai fui pro Serviço Social. Amo! Acredito no nosso trabalho. Acho que por mais difícil que seja, a gente tem que acreditar no ser humano. Minha primeira experiência foi com projetos com famílias. Depois trabalhei um tempo na Penitenciária feminina. Trabalhei em outras instituições. Em 2005, eu fiz uma especialização para trabalhar com crianças e adolescentes vítimas de violência. que foi na USP, que era o Lattus. Foi um curso de um ano. Na verdade quando eu fiz o curso, eu fiz pra conhecimento, eu não imaginei que futuramente eu fosse trabalhar numa ONG...(risos) que eu ia necessitar desse conhecimento. Foi pra conhecimento, ver como se trabalhava e tal, na época eu trabalhava na área da saúde e lá chegava casos pra gente. Então aproveitei a oportunidade e fiz pra conhecimento, mas enfim. Depois eu vim pra cá. Adoro o instituto, eu acho que assim, tem uma...um livre arbítrio pra fazer meus atendimentos. É... gosto da equipe, eu acho que a equipe é bem OK. Fortalecido, a gente tá junto, discute os casos, a gente não decide tudo sozinho. A gente tem uma equipe, que sempre tá junto da gente pra decidir o que é melhor.

UNISA2: Você se formou aonde...

A.S.2: Na UNISA. É...Vai fazer seis anos. Tá na hora de mudar né... Eu ainda tenho vontade de fazer algumas especializações, cursos,. Não consigo ver uma outra profissão. Acho que to na profissão certa, apesar dos pesares, das dificuldades. A gente acaba sendo dando um jeitinho pra cada caso, né. Por mais difícil que seja a situação, a gente consegue dar um jeitinho. Mas é isso, acho que assistente social é você gostar. Eu falo que a gente tem que ter tesão pro Serviço Social, tem que acreditar, porque não é fácil. Não é fácil você trabalha com políticas públicas, não é fácil você trabalhar problema de violência doméstica, problema de desemprego, né...problema de vício, é complicado mas, a gente sempre tem que acreditar que alguma coisa a gente consegue também. A gente não consegue mudar tudo, eu tava conversando com a

Cínthia isso ontem. Acho que o nosso trabalho é muito de “pingar”. Mas acho que quando ele “pinga” acontece alguma transformação. Então é isso.

G.2: Trabalhar como assistente social sem acreditar em uma transformação, desiste! As transformações são difíceis, são demoradas, mas é um trabalho de formiguinha, que eu tinha raiva que algumas professoras falavam, e é de formiguinha mesmo. Mas tem. Não adianta. A qualquer momento que você faz uma intervenção com uma família, numa conversa com as famílias você já consegue fazer uma transformação com essa família. Sempre acontece. Pode não ser nada visível, nada grande, mas só a presença das mães aqui, a gente já percebe as mudanças né A...

A.S.2: E mesmo aquelas que as vezes não é o momento, que a gente tem que respeitar também, que as vezes a situação é tão difícil, mas tão complicada, né, você tá ouvindo a história, mas ela não tá preparada. Então não adianta você querer fazer uma intervenção se ela não tá preparada, por mais que seja difícil você tem que respeitar o momento dela. E ela acaba voltando! Então você tem que dar espaço pra ela.

UNISA2: Vocês utilizam outros serviços pra intervir em alguns casos...

G.2: Não é tanto pra intervir, Porque quando chega aqui, normalmente já passou pelo Conselho, pelo Pérola Byton, pelo EPJ, eles chegam aqui, ja foram ouvidos por tantas pessoas em tantos lugares, que a gente tem muito cuidado. Por exemplo, eu nunca perguntei, nós nunca perguntamos, pra uma criança o que aconteceu e como aconteceu. Ou vem naturalmente, ou nunca é falado. Não que a gente foge de ouvir, mas porque a criança já falou muito sobre isso. E o fato dela tá aqui pra gente, seja uma suspeita de violência, já aconteceu. Pra criança chegar aqui alguma coisa tá errado. Eu já atendi criança que já tinha visto sem querer um vídeo pornográfico, porque o pai e mãe esqueceu no vídeo. O que é assistir uma relação sexual ponográfica pra uma criança de seis anos...É uma baita de uma violência. A criança passa a ter um entendimento de sexo horrível, porque assim, um filme pornográfico é um filme pornográfico! A gente tem que entender, nós adultos entendemos. As crianças não, então a gente tem que ter muito claro o que pode ser entendido como violência né...Então pra mim, uma criança que vê um filme pornográfico, é violentada sim. Porque não é uma informação que ela não pode ter com cinco, seis anos. Não é uma informação que lea consegue elaborar, e pra ela vai ficar difícil de entender isso, e a

gente não sabe a consequência disso um pouco mais pra frente. Né...e ai é difícil trabalhar essa questão da violência, porque é...os resultados são demorados, não depende trabalhar só uma pessoa, você tem que trabalhar outras. Então a gente trabalhou família que a mãe tava reproduzindo a mãe dela, e elas moravam na mesma casa. A mãe, a avó e a filha. É o último caso que a gente atendeu, que uma reproduzia na outra: a vó reproduzia na mãe, a mãe reproduzia na filha, elas viviam nisso e elas não conseguiam sair. No meio do processo a menina desistiu “não quero mais”, ai a mãe sem a menina, ela acabou saindo também. E ai a gente deixa claro “Tudo bem, quando vocês acharem que dá, vocês retornam e a gente tá aqui, as portas estão abertas e tal.”. A gente sabe que vai voltar, mas a gente não pode dizer “Olha, não vai. Fica.” A gente não pode insistir. Porque é o que a Drica falou, depende do momento da pessoa, né...parece bobo, mas se você obriga a pessoa vir, ela não vem com disponibilidade interna pra ouvir o que você tem a dizer. Pra pensar o que você diz pra ela, não tem resultado. Então a gente tem que ter claro, que trabalhar com a violência é acima de tudo respeitar o outro. Porque desrespeitado ele já foi, violado ele já foi. Se ele chega no serviço, que tá aqui pra proteger e ele se sente violado ele não volta. Então a criança que chega aqui e a gente tem já entendeu de que de alguma maneira ela já sofreu uma violência. As vezes não é a violência que a gente trabalha, então a gente começa a ter uma demanda de bullying, que é a novidade do milênio. Bullying. Que todo mundo sofreu, em todas as épocas, mas com nomes diferentes, mas enfim...Hoje o bullying parece que deixa as crianças muito mais sensibilizadas do que quando eu era criança, por exemplo. Um tirava um sarro do outro, a gente ia pra casa, e eu não morri porque eu fui chamada de Olivia Palito a minha vida inteira. Mas hoje é muito pesado pras crianças porque a forma do bullying não é só xingar, vai no crescente. Então hoje eu xingo, amanhã eu xingo depois eu acabo te xingando e te batendo, e depois acabo xingando, te batendo ou te espancando. E ai essa rede de pessoas que me ajudam a cometer o bullying vai aumentando. Então eu percebo que o bullying hoje é uma questão muito mais social do que individual, não é uma violência individual é uma violência social. Que ela ocorre normalmente em escola, em clubes, em lugares sociais, que tem mais gente. E ai a gente acaba tendo que olhar pra essa questão, então eu fui na prefeitura pra entender se eu podia atender ou não, porque pelo convênio nós

trabalhamos: violência sexual, violência doméstica, negligência e violência psicológica. Ponto. O bullying não faz parte. E aí a orientação que a gente teve foi olhar o bullying em grupo, justamente, porque a própria secretária da assistência entende o bullying como uma questão que não tem pra que você atender individual, é uma questão social. E quando você atende em grupo, você também já trabalha a possibilidade de não existir. Porque se eu reproduzi a violência em algum momento eu vou cometer bullying com alguém, mesmo que eu tenha todos os defeitos, que eu encharge esses defeitos, eu vou promover no outro, que é uma maneira de vingar, que é o ciclo. De todos os jeitos só que a gente acaba inserindo em algum. É louco né...porque quando a gente trabalha aqui a gente fica muito atento, né A.. “Ai eu tô reproduzindo minha mãe caramba!” (risos) Eu vivo falando isso, eu falo pra minha filha “Nossa, falei que nem a vó” aí ela, “é mesmo mãe, igualzinho.” Quando eu faço palestra que eu falo do ciclo, as pessoas ficam assim “Ah. É mesmo”. Tem gente falando “Nossa eu fiz isso ontem!” (risos) e é verdade. E a reprodução, não é só de coisas ruins, as vezes a gente reproduz coisa boa, outro dia eu tava lavando louça e a Carol falou assim “Mãe! Você tá igualzinha a vó”. Porque minha mãe colocava o pé no joelho, e ficava meio assim né, lavando louça. Quando eu fui vôm, eu tava lavando louça igualzinho a minha mãe. Então, as vezes coisas pequenas assim, que você reproduz e não se dá conta. Então eu acho que agente tem que ficar muito atenta a essa reprodução, no que não é legal, no que faz mal pro outro, porque reprodução é inevitável. Você convive muito tempo com uma pessoa, as vezes eu me pego falando coisas que o meu marido tem o hábito de falar. A gente convive tanto, que a gente vai vê, reproduz o outro. Isso é natural, né. O que não é natural, é agente reproduzir uma coisa que faz mal, pra gente e pro outro. E que a gente faz o tempo todo também. Não é só os nossos usuários fazem, a gente acaba fazendo. O que a gente também trabalha muito hoje aqui, é a alienação parental. Que também é uma coisa que minha mãe fez muito, porque assim, ela brigava com meu pai e depois falava mal dele pra gente, só que não tinha um nome era só minha mãe falava mal do meu pai. Hoje chama alienação parental, então hoje a gente tem alguns casos e sempre chega algum, em que um dos dois conjugues promove alienação parental com a criança. Mesmo que eles não estejam em processo de separação. Promove, Então você vê aquela criança que é mais chegada no pai, do que na mãe. Ou vice versa, ou o

casal que tá em separação e que a mãe fala tanto, tanto que o pai promove uma violência que a criança acaba acreditando que vivenciou isso sem ter vivenciado, e aí eu entendo que ela sofreu uma violência sim, porque ela falou tanto, ela ouviu tanto que é como ela tivesse de fato vivido aquela violência. Tem pais que chegam a contar detalhe de uma violência que nunca existiu e a criança acaba incorporando isso como se ela tivesse de fato sido vítima da violência. Então eu acho que pra mim hoje, a alienação parental é a pior das violências psicológicas. Ela tá enquadrada dentro da violência psicológica. Ela é a pior de todas. Porque é seu próprio pai, sua própria mãe, cometendo uma violência com essa criança. É terrível porque assim, ele nem tem essa consciência, a maioria dos casais que chegam aqui ou das mães ou dos pais, eles não têm consciência dessa violência que eles promovem, quando você fala “Eu! Não mas eu quero bem!” Você quer o bem mas então...A gente sabe quanto a referência do pai, a referência masculina é importante pra criança, quando você destroi essa referência vão ter conseqüências futuras. Quando a gente não tem uma referência masculina, ou tem uma referência muito rude acaba interferindo. E é isso que acontece com as crianças, os pais promovem alienação e não se dão conta do quanto isso pode ser prejudicial, e aí quando a gente chama, quando as meninas fazem esse trabalho com eles, de dizer o que que tá acontecendo, o quanto vai prejudicar, eles falam “Eu...Eu faço...”Não se dão conta! Acham que só tão protegendo as crianças. E alienação parental não protege, causa”

A.S.2: E as vezes nesses casos a gente precisa intervenção da saúde junto, e nem sempre eles aceitam, e os usuários aceitam e agente consegue na rede vaga pra poder...(risos)

UNISA2: Isso eu queria perguntar pra vocês, Vocês têm alguma dificuldade não somente no profissional, pessoal mas em questão da políticas públicas, as redes.

A.S.2: É...olha não tem vaga.Não tem vaga pra psiquiatra, não tem vaga pra neuro, não tem...

G.2: Bom!Não tem profissionais, na verdade na rede, a rede que a gente usa: UBS e CAPS. O Pérola Byton encaminha caso pra eles , é ao contrário, o CAPS nunca tem vaga, as vezes tem CAPS que não tem psiquiatra “Como assim um Centro de Atendimento Psicossocial não tem psiquiatra...” que atende pessoas com esquizofrenia,

com outras doenças mais graves e não tem psiquiatra...A UBS nem psicólogo, quando tem é aquela história é o atendimento uma vez no mês durante trinta minutos. Pô! Perai! A gente que é profissional, trabalha nessa área, faz terapia, a gente sabe a importância dessa terapia, a gente sabe que trinta minutos uma vez por mês não tem efeito, que daqui a um mês quando você voltar o que você construiu o terapeuta já se perdeu, e quando o é pior, quando a psicólogo nem tá mais lá! Já é outra. Ou então se entra numa fila de espera pra próxima que chegar. E ai eu me pergunto. E nós temos duas psicólogas que não pode fazer terapia...e elas são formadas pra isso, faz parte da formação delas. Então a dificuldade que a gente tem é muito maior do que a rede, é a própria política pública, que é pequena, que é tacanha, que não consegue olhar de uma maneira maior, vê a coisa muito pequena, então assistência tem dificuldade com a educação e com a saúde, isso é claro! Tem secretarias que não interagem. E ai como elas não funcionam, os usuários é que ficam a mercê dessa briga, sem ter culpa de nada. Então a gente não tem, não tem. A assistência diz “Olha, terapia é com a saúde.” E a saúde diz “Não tem ninguém pra fazer terapia”. Ai a saúde diz “Você da assistência não pode fazer terapia porque isso é uma atribuição minha, mas elas não fazem. Eai eles não tem psiquiatra e a gente vê claramente que tem uma mãe, ela tem condição de cuidar dessa criança mas ela precisaria de um atendimento psiquiatrico. Não tem. Então ela vai ficar sem cuidar desse filho. O filho vai ficar com o pai porque ela não dá conta de cuidar desse filho. Ela daria se tivesse um tratamento psiquiatrico, como ela não tem, ela não fica com o filho, ai ela fica com o pai.

A.S.2: Porque as vezes no local em que a família não mora não tem, mas não pode encaminhar porque não é do território.

G.2: Você já precisou de UBS fora do seu território de moradia...Assim eu precisei de UBS eu morava num bairro que eu passava de manhã tava fechado, e quando eu voltava a noite do trabalho tava fechado. E eu trabalhava aqui na Conde Itu, então eu fui na UBS de lá “Eu precisava marcar uma consulta...Mas voê é de onde...não! Não, não pode!” Escuta! “Mas quando eu passo de manhã a minha tá fechada, e quando eu passo a tarde, também! Então eu morro, não tem médico pra mim...”Foi muito difícil, eu conseguir marcar uma consulta na UBS que não era do meu território da minha região de moradia. Eu precisei levar minha profissional pra comprovar que eu trabalhava lá

perto, e pra comprovar os horários, e eu ficava olhando pra assistente social assim, “Como assim colega, você tá maluca...você tá brincando comigo...”Então a política pública teoricamente ele é excelente, a prática tem muita falha, essa é a questão dos territórios por exemplo, nós atendemos pessoas aqui de toda a região sul, então a gente recebia pessoa de Parelheiros que diga se de passagem não tem nenhum equipamento público de atendimento à vítima de violência em Parelheiros, Marsilac também não tem. Grajau tem um pra atender oitenta. Ótima, conhecemos o tamanho do Grajau, são mais de sete milhões de pessoas, pra um equipamento pra atender oitenta! Uma região populosa, violenta como o Grajau, ai nós atendíamos também uma parte, então nós atendíamos muita gente de outros territórios, fora o nosso. Eu tive que reduzir o número de atendimentos, dispensar dois profissionais, mas não posso atender pessoas de outro território. E as pessoas que eu atendo, elas passam por Santo Amaro, porque aqui eu tenho: trem, metrô, ônibus. Eu to pertinho de tudo isso, então a pessoa passa no SPVV do Grajau, tá fechado de manhã, quando ela passa a noite, tá fechado, e aqui tá aberto a hora que ela passa, e eu não posso atender mesmo assim. Incoerente. É sem sentido. É revoltante. É triste. Essa moça com a outra assistente social atendia gente de toda essas regiões, quando baixou a norma que nós não poderíamos, elas tiveram a triste função de chamar usuário por usuário e dizer “Olha, você não vai mais poder ser atendido aqui.” Então assim, eu e os assistentes sociais, tivemos que dispensar aos usuários que aderiram ao atendimento, não faltava mesmo morando longe, pegando duas conduções, vinha sem problema algum e tinha resultado. Por uma bobagem, de cercear, de diminuir, de fechar em territórios, sabe, de não ter uma mentalidade aberta de dizer “Não. Esse faz sentido ele passa aqui.” Então são regras impostas meio que, porque eu não posso trabalhar... eu já ouvi “Você tá trabalhando com o SPVV de lá...Não, eu to trabalhando pro usuário” Não eu não posso. A dica que é a maior prova do que ela já teve que fazer aqui, de chamar o usuário, ai ele ia lá na minha sala “Oh!Vim me despedir de você”. Todo mundo sofreu junto. É muito difícil você saber que você dá conta e não poder executar o serviço. Mas a gente tem que se submeter, quando você tem convênio com o poder público você tem que se submeter, você vê as coisas acontecendo, você sabe que você pode fazer melhor do que aquilo, mas você não faz. Ai você vai na UBS é mal atendido, você vai em hospital público é mal

atendido, e aí quando vem a pessoa fala “Nossa! Mas aqui não parece que é da prefeitura.” A gente não pode ampliar isso, a gente não pode mostrar pras pessoas que isso é possível, e é! Porque a mesma verba que eu tenho, as UBS tem os hospitais tem, todo mundo tem verba pra trabalhar, verba pública. Depende do uso que você faz. A nossa a gente faz o melhor uso. Então as crianças vêm pro atendimento a gente fornece lanche, porque é obrigatório, já vem no convênio com a prefeitura que a gente tem que fornece, então a gente compra fruta da melhor qualidade, tudo que a gente compra, um bolinho que ninguém conhece a marca... não eu vou comprar um bolinho tal porque é dinheiro público, os pais dessas crianças de alguma maneira são contribuintes, mesmo que eles morem em comunidade e não paguem impostos, eles consomem, então pagam imposto de alguma maneira. Então eu só tô devolvendo pra essa pessoa o que é dela. Então os livros, os brinquedos, os lanches, os atendimentos, tudo que a gente tem aqui dentro é uma devolução para o usuário, afinal ele paga imposto. É com o dinheiro de ele que essa verba vem, pra trabalhar com o dinheiro do usuário. Adriana: E nem todos pensam isso né... Cíntia: É verdade, então eu compro danone, eu compro essas coisas pras crianças, algumas não tem mesmo em casa. A gente sabe que não tem.

A.S.2: Tem criança, que chega no portão já perguntando o que tem de lanche...(risos)

G.2: Já teve. Eu não gosto de atrelar, eu acho que o Serviço Social, tem que ter claro que não pode atrelar, ainda existe organizações que atrelam, o comparecimento com o usuário com a cesta básica no final do mês. O que eu falo pras meninas e tenho deixado claro pra quem a gente atende, pras organizações, que a gente atende muita criança de abrigo, é que não tem nada a ver com o lanche, o atendimento aqui é de qualidade, normalmente quando chega o dia das crianças no fim do ano as crianças vem perguntar se vai ter presente, porque criança de abrigo tá acostumada a ganhar muita coisa, vai muito gente no final do ano, eu já trabalhei em abrigo vai cinco, ou seis papais noéis em dezembro, E eles ganhavam a mesma coisa, bolinha de plástico, bonequinha e carrinho... Enfim, e aí as crianças têm esse hábito que em todo lugar vai ganhar alguma coisa, e é uma cultura horrorosa que a gente tá cultivando até hoje, das pessoas acharem que porque vai num lugar ela vai ganhar alguma coisa. E eu normalmente respondo, mas você já ganha, toda vez que você vem aqui, você ganha

um atendimento que nenhum lugar você ganharia. Já é um presente. Porque a gente tem que perder essa coisa da troca. Ai eu te dou isso porque você vem. Então vou te dar presente. Mss já é um presente você tá aqui. Onde você tem uma psicóloga à sua disposição, uma assistente social que vai lá na sua casa, que te ajuda, então assim, tem que dissociar essa coisa. O Serviço Social ainda tem profissional que trabalha dessa maneira, que se submetem, chega na organização em vez de dizer “Não eu não me submeto a isso. Eu não vou entregar cesta básica. Meu trabalho é diferente.” Não..”é pra entregar cesta básica tudo bem...” “Então é assim, a senhora assina cinco assinaturas, se não não leva a cesta básica, tem que vir cinco vezes na organização.” Eu sempre lutei pro Serviço Social fugir disso, mas infelizmente a gente ainda vê organizações sociais. Adriana: Tem o exemplo da Cleide, que ela comentou uma das meninas que faziam estágio da sala dela chegou na instituição e disseram “Não tem nada pra você fazer, mas tem chegou muito peixe hoje, fulana não consegue limpar sozinha vai lá limpar peixe..”.e a menina foi limpar o peixe. Cinthia: Se submetem...quando nós ganhamos as trinta horas, porque ai os outros profissionais, vai...da psicologia, questionaram porque o Serviço Social conseguiu as trinta horas...Poxa! Uma luta histórica, a gente não começou a lutar pela trinta horas hoje, olha quando eu me formei em 96, já era uma luta do Serviço Social pela trinta horas, então para! A gente conseguiu essas trinta horas depois de anos de luta, muitos anos de luta, as outras categorias por exemplo, a psicologia, a psicologia ele é eletista, é claro que hoje a psicologia da se voltando pro social, é uma área nova, mas assim, a psicologia sempre foi pra elite, com consultório particular, essa profissional nunca ia lutar por trinta horas porque ela fazia o horário dela. Hoje como psicólogo tá voltado também pra área da saúde, da assistência, e é de fato pesado, hoje ele começou um movimento dentro do CRP, buscando as trinta horas. Ma eu tenho muito claro que essa luta foi nossa. É da nossa categoria. E a partir da nossa luta, as outras vieram no bojo, a psicologia, nutrição, fono, então hoje os outros profissionais tão tentando, hoje mas da área de humanas tão tentando as trinta horas, estão buscando, é um direito, eu acho justo, mas era mais do que justo a gente ter primeiro do que esses profissionais porque é a luta das mais antigas de categoria é a nossa. Eu acho que é isso, fez por merecer, conseguimos por merecimento, por luta da categoria. E ainda vem

profissional, quando a gente abre processo seletivo que manda o currículo e já escreve: “Aceito trabalhar como técnico social.” Técnico social pra mim não existe! Técnico social trabalha quarenta horas...Assistente Social trabalha trinta horas, então o profissional já manda um currículo abrindo mão de um direito dele, eu nem chamo pra entrevista. Porque eu já entendo que é um profissional que se submete, então se olha hoje se mandarem lavar o banheiro, ela vai lavar o banheiro...Que profissional é esse...Que clareza que ela tem do que é ser Assistente Social...Então, quando a gente fala da política pública, quem cuida da política pública muitas vezes são profissionais que pensam desse jeito mesmo. Então, agora teve concurso pros CRAS, CREAS, então são pessoas jovens né...recem formados, são pessoas com a cabeça diferente, mas a questão da cesta básica nos CRAS e CREAS natural, elas encaram com a maior naturalidade. A primeira vez que eu vi eu fiquei “Como assim... vocês dão cesta básica...”. Eles dão, eles dão cesta básica. A gente tem uma supervisão, e a própria supervisão fala assim :”Se a mãe precisar tem cesta básica.”. No caso de absoluta fome e miséria, faz sentido, mas você ter a cesta básica como moeda de troca com o usuário é que me incomoda. E ela existe.E a questão do lance eu fiquei com medo de cair um pouco nisso. Quando a gente começou a atender não existia nada disso, era água e pronto. Como é uma exigência da prefeitura, eu pensei: “Pô! Então vamos fazer o melhor uso possível. Já que é obrigado que seja um lanche muito bacana, que a gente possa comprar coisas que elas nunca experimentaram, e é muito legal. Porque ai uma vez eu comprei maçã verde. Ai eu falei: “Vamos vê”.Ai eles pegavam, olhavam, adoraram...só que ela é azedada né...é ácida, o menino pirou na maçã. E ficou tal, ai quando ele mordeu, ele devolveu (risos) então foi a maior decepção. Foi uma ideia legal mas não funciona. Então a gente vai vendo assim, os sabores que funcionam, a gelatina que é uma coisa que faz sucesso, danone...engraçado, tem criança de a brigo que não curte danone, pra você vê, eles não têm tanto acesso mas não curte. Não gosta de danone. Você fica “UÉ, como assim...”. Aqueles bolinhos caros, vamos comprar os bolinhos. Ele vê lá e não pode comer. Agora ele vai ter. Mas assim, sempre deixando claro que não é o mais importante, mas tem criança, claro, que vem mesmoperguntando do lanche, e tal. Mas eu percebo assim não é atrelado, eles

gostam, faz parte, mas se chegarem aqui e não tem lanches eles ficam chateados mas não vão deixar de vir por causa do lanche.

A.S.2: Existe um vínculo, ela acha que é maior com os usuários. E com o lugar também. **G.2:** É uma coisa que eu não faço questão: não ter recepção cheia. Nunca você vai chegar aqui e vai, quer dizer, pode acontecer, aconteceu duas vezes e me deixou irritadíssima, o que aconteceu, mãe que não sabe fala de outro assunto a não ser o motivo dela tá ali naquele lugar. Então se ela tivesse no médico, ela taria falando da doença do filho. Ela tá aqui ela vai falar do que...das violências. E pegar duas mães na recepção expondo os próprios filhos na frente deles é doloroso. Então a gente atende com hora marcada, com espaço entre os atendimentos, pra que evite que a recepção fique lotada. Porque isso é um respeito com essas pessoas. Como assim...A prefeitura já não coloca placa de identificação do serviço porque muitas vezes o serviço é sigiloso, muitas pessoas que estão e o agressor não pode saber, e tal. Então a gente evita no máximo expor essas pessoas. Como foto e folder, poxa como é que eu vou botar a foto de uma criança num folder. A record é loca pra fazer entrevista aqui dentro, várias vezes, outro dia já pediu de novo, várias vezes, mas o que que eões querem, eles querem que as crianças estejam aqui. Poxa! Pra quê que eu preciso expor uma criança, se todo mundo sabe que essa violência é real, é fato e existe. Não dá pra deixar pessoas na execução falar sobre isso. E as crianças curtem muito essa coisa. Então a gente atende...vai 70% dos meus atendimentos são crianças que moram em abrigo atualmente, e as crianças quando chegam pro atendimento, no abrigo eles são terríveis. No abrigo são vinte crianças numa mesma casa confinada, claro que eles aprontam. E aí quando eles chegam aqui, é claro que eles ficam mais tranquilo, mais silencioso, cheio de brinquedos. Então a criança tem outro comportamento, então a pessoa fala assim: “Como assim, lá ele causa. Ele é terrível!” Claro! São ambientes diferentes. A ideia é essa mesmo, ter um ambiente onde ele entenda que exista a possibilidade de ele ser mais tranquilo. Dele conseguir sentar e pintar um desenho inteiro, coisa que lá no abrigo ele não vai conseguir porque é muita gente. É mais agitado né...é claro, tem abrigos que tem momentos de atividades, mas dificilmente ele vai conseguir sentar na sala e fazer um desenho sem ninguém vim, brigar, brincar, ou de alguma maneira atrapalhar. E aqui ele consegue, e aí ele curte. Aí você percebe que

tem serviços que ficam até enciumados, porque a criança gosta de vir aqui, e aqui ela é tranquilo e lá ela não é, e ai rola um ciuquinho, a coisa do ciúmes é natural né (risos) mas tem até isso, se a gente fica aqui o dia inteiro, vai surgir assunto o dia inteiro, porque tem tanto detalhizinho, tanta coisinha que você vai observando no dia dia, as mães que chegam de um jeito assim e que só de observar, só de ser atendido, de ser olhado, aos poucos ela vai mudando, a mãe chega descabelada, depois vai arrumando o cabelo, a mãe que chega pálida e daqui a pouco aparece de batom, e ai você fica “Ué né... da onde vem isso, as vezes nem precisa muito, vem do olhar, a orientação, um abraço que faz toda a diferença. Já veio mçae qui que falou que nunca recebeu um abraço: dos pais, do marido. E ai ela ganha um abraço aqui e putz!”Me abraçou”.Poxa o que que é um abraço...Muito.

A.S.2: Teve uma mãe que chegou aqui M. Chegou aqui com cinco anos né..E falou que nunca abraçou o filho.E fere isso. Ai você vai ver todo o histórico da mãe tá reproduzindo. **G.2:** Ella tá reproduzindo a negligência que ela sofreu. Eai um belo dia você chega na recepção e ela tá lá brincado com o filho! Ai você fica assim “Uau”.

A.S.2: é um resultado.

G.2: É. Toda essa trajetória, com mesmo as dificuldades que enfrentou, valeu a pena. Só pra vê isso, valeu pra essa mãe. Entendeu, a partir da intervenção da assistente social ela entendeu que lea pode brincar com esse filho. Então poxa!é claro que é um trabalo de formiguinha. É claro que demorou pra chegar nesse resultado. E pelo trabalho da assistente social, que as vezes elas nem passam pela psicologia. As famílias a gente mantém mais com o serviço social, a não ser que sejam caso que tenham que ter o olhar da Psicologia. Mas a maior parte é o Serviço Social que faz o trabalho com aas famílias. **UNISA2:** Vocês trabalham com os pais e as crianças ou só com os pais...

A.S.2: Geralmente a gente faz um trabalho separado. É um momento ou outro que a gente junta todo mundo.

G.2: Aqule caso que vocês atenderam, que vocês fizeram uma conversa com a mãe enquanto o menino ficava ouvindo...Você pode relatar pra ela, pode até usar como exemplo.

A.S.2: Então é um caso que veio da educação, a queixa era assim, ele tem cinco anos e ele agredia a mãe e era agressivo com as meninas. Ai eles vieram, fiz o acolhimento...ele é lindo!Além de lindo, um doce! Ai conversando com mãe, ela falou do histórico, que ela foi abusada pelo tio paterno ao nove e isso aconteceu até os trezes. Ai os pais moravam na Bahia, e tiveram que vir pra São Paulo e ela teve que ficar morando com avó e o tio. E o tio fez isso até os treze. Ai ela veio pra São Paulo, ai ficou com a mãe. E com dezessete, dezoito anos conheceu um rapaz e casou, só que toda a relação sexual dela foi um abuso, porque nenhum ela permitiu, e ela teve três filhos desse relacionamento. Então os três filhos dela foram de abuso. E ai com um tempo do casamento, ele arrumou outra, e colocou ela pra fora de casa com as crianças, então ela ficou na rua com as crianças. Na rua ela conheceu um senhor, que acolheu ela e os filhos. Só que o primeiro dia que ela foi morar com ele a primeira coisa que ele foi fazer foi dá uma surra nela. Ai o marido sabendo, tomou a guarda dos três filhos. Ela ficou grávida, também por uma violência. Tudo que foi acontecendo com ela foi através da violência. Ai veio essa criança, e ele assistia tudo que ele fazia com a mçae. As violências sexuais forçadas ele assistia, a mçae apanhando ele assistia, até ele uma vez relatou a surra que ela levou de rodo na frente dele, que depois ela foi pro quarto chorara e ele não podia fazer nada. Então ele tava reproduzindo o que o pai tinha ensinado pra ele né..o que ele viu o pai fazendo. Então ele falava “Eu bato na minha mãe e bato nas meninas na escola, porque meu pai batia na minha mãe.” Então pra ele, as mulheres, a relação que ele via com as mulheres era de bater.

UNISA2: Vocês trabalham com o agressor...

G.2: é assim, nem todos admitem a violência. Dizem “Sim, eu sou agressor.” Não dá pra dizer pra ele:”Pô! O Senhor é doido. O senhor agride seu filho...” Porque eu sei que ele tá reproduzindo a violência, invariavelmente eles estão reproduzindo uma violência então não tem como julgar. Então dificilmente algum usuário vem aqui e se sente julgado, já teve um agressor que veio do forum, ele veio encaminhado, as meninas atenderam, ele nunca mais voltou porque dificilmente eles voltam mesmo. Agressor adulto não, o adolescente e a mulher voltam, mas o homem, tem mujita dificuldade, mesmo assim ele veio pra esse primeiro atendimento, foi atendido pelas meninas e ele saiu dizendo “Foi o primeiro lugar que eu vim que não me julgaram”. Então assim, não

tem como julgar, eu sei que você bate jo seu filho porque sofreu violência na sua infância, eu vou julgar o que...eu vou julgar sua mãe que provavelmente sofreu também violência, não dá pra julgar, não existe julgamentos e nem pré julgamentos, existe o olhar pro outro com o entendimento de que de alguma maneira ele também foi vítima. Quando eu trabalhei no Sentinela, eu tentei explicar isso pra uma mãe e ela virou pra mim e falou assim “Você tá defendendo...” o cara tinha abusado uma comunidade inteira, era uma comunidade do Piauí, eles tinham alugados todas as casas daquela rua, e eles se fecharam num gueto deles, esse cara veio “Ai eu sou do Piauí”, foi recebido, foi uma família colocou ele dentro de casa, e ele acabou abusando de toda as crianças desse núcleo. Nós atendemos toda essa galera, quando eu levei isso pra ela “Não, não julgo, não tem como a gente julgar, não sei o quê...”. Ela virou pra mim assim e disse “Então você tá defendendo aquele canalha, nun sei o quê, num sei o quê lá...”Então evito ter esse discurso com o usuário porque ele entende então que eu to defendendo o agressor, mas é claro que eu não tenho como julgar esse agressor, nunca! Seja ele quem for, porque quase sempre, a não ser que ele seja um psicopata, ou tenha uma questão psiquiatria grave, ele é um reprodutor de violência, então os julgamentos não existem. Isso faz com que a pessoa tenha uma adesão ao serviço facilitado porque ele sente que não tem julgamento, ele sente que o olhar, é o mesmo olhar que eu vou ter pra aquela criança, e ai é OK. Consegue vir sem problema. Quando eles percebem que não tem esse julgamento, que é um espaço de olhar, de cuidado, de orientação, então OK. Ai a pessoa consegue vir sem problema. Adriana: O resultado é isso, porque na hora em que vai em vários serviços são julgados “Como aconteceu isso..”

UNISA2: Qual a importância da teoria na prática

A.S.2: é importante, é importante você sabe os pensamentos, dependendo do caso agente é um pouco fenomenologia, um pouco dialética (risos)...

G.2: Você tem uma dessas duas linhas pra seguir, mas você não tem um teórico pra se pegar, assim “Opa, eu vou seguir o que ele tá dizendo”.(risos) Não a gente tem que ser muito mais criativa, entender que , opa! Você tem olhar a situação, pensar a situação e ler sobre essa situação pra tentar trabalhar com essa pessoa, eu não tenho um teórico que eu possa seguir o resto da minha vida, não! Eu tenho um monte de teórico, e eu

tenho uns teóricos das outras áreas que me ajudam. Até para os instrumentos, acriação, adaptação... Paulo Freire, Paulo Freire é da psicologia mas me ajudou em muitos casos que atendi, no próprio projeto do Herdeiros, eu li muito Paulo Freire, pra pensar essa ideia desse atendimento pra essas pessoas. Então o assistente social não tem só os teóricos do Serviço Social, a gente importa e puxa teóricas de todas as áreas, a pedagogia é riquíssima em teóricos pra ajudar o assistente social na prática.

A.S.2: Acho que a própria pedagogia né...quando fala no construtivismo, no atendimento com as crianças, a gente tem que fazer o atendimento com as crianças...

G.2: Até porque uma criança de quatro anos não fala né...ela não vai te contar nada. Ela não vai ter uma conversa. Se você não tem ideias pedagógicas você não faz o atendimento. Quando eu atendia eu tinha muita dificuldade de atender a criança, porque essa questão da pedagogia era muito difícil pra mim, até que eu conheci uma psicóloga, que ela era louca no Paulo Freire, e ela “Não você vai ter que começar a ler Paulo Freire” “Ah!Mas eu já li bastante.” “Mas vai ter que ler mais”. Ai eu fui vendo, nossa como amplia, e as possibilidades que você tem de atendimento as crianças de acordo com a visão dele, te ajuda muito. Então eu acho que o assistente social é o profissional que mais circula nas outras áreas, se você vai trabalhar com advogado, faz sentido pra você. Se você for trabalhar com psicólogo, faz sentido pra você. Você vai trabalhar com pedagogo, faz sentido. Então o Serviço Social consegue se inserir em qualquer área, a gente consegue trabalhar com qualquer outro profissional. Isso que é muito bacana na profissão, e o pior que eu já recebi alunas assim “é...Serviço Social...”, gente é “SERVIÇO SOCIAL!”

A.S.2: Eu acho que assim, como a gente circula muito, tem meio que se disciplinar, pra saber o que é de um e o que é do outro, pra saber o espaço.

UNISA2: Vocês fazem reunião com a equipe...

A.S.2: Toda semana, toda sexta feira a gente faz reunião de equipe. E a gente discute os casos, porque assim a gente tem uma quantidade que fica na psicologia, então os casos novos que vai chegando vai ficando com o Serviço Social, então a gente vai fazendo todo o nosso, a triagem, as visitas, então agente já tem bastante informação do caso, ai a gente pega na discussão dos casos, apresenta o caso pras meninas, e a gente vai discutindo. O que dá pra ser feito, fala com a psicologia, pra vê o que dá pra

ser feito. E eu tava falando pra ela também essa questão... A gente tem que ter claro o Serviço Social vai muito nas áreas, interagem com outras profissões, a gente tem que ter claro o que é nosso.

G.2: Ah! Claro, é essencial. Se não invadi..ou invadi ou permita que o outro invade o seu. Que ai é aquele assistente social que trabalha lá na escolinha, uma escola, tem uma possibilidade e ai ele acaba virando pedagogo. Ele absorve a área do outro. Não! Ele continua assistente social, ele só tá na área da educação. Então assim, tem que ser muito firme, tem que ter muito claro o que você tá fazendo. Qual é a sua profissão, qual é sua função ali dentro, todo lugar que a gente vai trabalhar, quando eu entro em algum lugar, em lugares que eu ia trabalhava, eu entrava pensando, que que eu faço aqui, até onde eu posso ir, eu já trabalhei em cooperativa, na área da saúde como assistente social, eu trabalhei na Febem, lá é meio doido, ninguém lá faz nada de verdade, é tudo um campo de ilusão. Eu já trabalhei em abrigo, então você tem que ter muito claro qual é sua função nesse lugar, porque se chegar e sair atuando você acaba fazendo qualquer coisa, ou que eles querem que você faça. E é muito comum, assistente social absolver e fazer o que do outro e não dele, então virar auxiliar administrativo, assistente social que vira arquivista, que limpa peixe (risos) então não é só o assistente social, o estagiário também passa por situações horríveis como essa. Eu como estagiária tive muita sorte, porque se me mandasse limpar peixe, a pessoa ia comer peixe pelo nariz (risos). Adriana: Eu penso assim, acho que existi os dois lados, se eu to na faculdade, se eu sou uma aluna, eu to ali pra aprender. Mas eu tenho que ter claro qual é a minha função como estagiária, não é... Não é porque eu to num lugar pra fazer um estágio, que eu vou me submeter a qualquer coisa. O que que é pra minha formação... O que que tá contribuindo pra minha formação... e a do profissional né... que profissional é essa... como que eu to envolvida nesse Serviço Social... fiz uma coisa que eu não quis, to decepcionada com a profissão, não quero mais. Então eu acho que existi falha dos dois lados, se eu to na faculdade eu tenho que ter um olhar crítico. Até que profissional que eu vou ser depois que me formar, eu vou ser qualquer coisa. A gente tem que aprender a ter olhar crítico, eu acho... até uma vez eu tive uma discussão com um professor do Serviço Social, que o Professor O., mas eu penso que a função do professor não é só passar teoria, no caso do Serviço Social, acho que a função do

professor é criar, é mostrar pros alunos o quanto é necessário ter essa visão crítica de tudo, é não aceitar um convênio do jeito que vem! Eu fui fazer uma supervisão com ele porque eu tava pensando em fazer um mestrado pra eu poder dar aula pro Serviço Social. E aí ele acabou com a minha ilusão: "Não porque é uma m***. Porque hoje em dia as pessoas vão pra faculdade sem saber escrever o nome, não que não sei o que!". E aí quando eu entrei nisso, pensei, mas o que que eu entendo de dar aula pro Serviço Social...é capacitar essas pessoas para serem críticas.é olhar aquilo que tá acontecendo e parar e não sair, eu sou assim, eu costumo ser uma pessoa extremamente ansiosa, mas quando eu tô atuando eu tenho muito claro que eu tenho que parar primeiro, mesmo sendo ansiosa, olhar aquilo que pra entender o que dá pra fazer, aí é claro que as vezes a gente atropela, mas a gente tem que ter a claro do olhar crítico, por quê que tá acontecendo...é isso, eu não vou simplesmente julgar a família, o meu olhar crítico vai me dizer até onde eu posso olhar, porque que a pessoa tem esse tipo de atitude, que não é só um canalha, ele abusa de criancinhas, opa! Ele pode ser um doente, ele pode ser um pedófilo que é uma doença, ele pode tá reproduzindo uma violência sexual sofrida, milhares de coisas, então a gente tem que ter esse olhar crítico, e não julgar, que julga não tem o olhar crítico. Porque se tiver não vai julgar o cara, vai tentar entender o que levou ele à isso. E aí eu percebi, que aí acabou ali nossa conversa, porque eu acho que dar aula pro Serviço Social é muito mais que passar teoria. É ensinar o olhar crítico. Então qualquer matéria que eu tô dando tem que tá embutido no olhar crítico.

A.S.2: Porque se não você acaba atuando com o senso comum...

G.2: Eu lembro que eu tava na faculdade uma vez, foi uma profissional do Serviço Social fazer uma palestra, ela trabalhava na APAE. E aí, em determinado momento da palestra, dava pra sacar muito claramente que ela se sentia muito mais psicóloga do que assistente social, e aí, uma professora perguntou pra ela como que ela entendia a atuação dela diante dessas pessoas lá, dessas crianças e adolescentes da APAE e junto com a psicóloga, e aí a menina ficou muito constrangida, Porque ela não conseguiu diferenciar a atuação dela e dos psicólogos, e aí a professora deixou muito claro, se você não tem claro a sua área, ou você é engolida ou você vira um profissional de qualquer coisa. Que é o arquivista, que é o assistente social arquivista

que a gente já viu. Eu já vi. Já tentaram fazer comigo, então assim quando eu cheguei nessa cooperativa “Não mas você tem arquivo” “Não mas é meu arquivo, do meu trabalho...” “Não é o arquivo” “Não, eu não trabalho com arquivo. Eu não sei. Eu sou assistente social . Arquivo...tem arquivista que trabalha com arquivo que é o caso”. E é isso, corro risco de perder o emprego naquele momento...corro, mas se a gente não banca e ai...a gente fica empregada fazendo arquivo...sendo assistente social...então, o assistente social tem que ser crítico o tempo todo. Não chato, mas crítico. De ter claro, o que é meu e o que é do outro. Eu não posso invadir a área do outro, o outro não pode invadir minha área. Aqui eu tenho duas assistentes sociais e duas psicólogas, e eu nunca vi invasão, nem de uma área nem de outra. Elas sempre conseguem trabalhar juntas, trabalham o mesmo caso e cada uma dentro do seu quadrado.

UNISA2: Você atua aqui na instituição...

G.2: Não. Eu sou assistente social mas eu só gerencio, eu faço a gestão do serviço. Eu até posso atuar, as vezes eu atendo alguns casos mas é que ai, fica complicado, porque tem muita coisa, tentei ajudar a A., mas ai tem coisa que surge pra você fazer, e ai o atendimento é uma continuidade, né...então ai fica muito difícil. Eu adoro, se eu pudesse, se eu tivesse como, eu faria os dois. Porque eu gosto muito de fazer atendimento. Mas não dou conta. Então muito raramente eu faço algum pra matar a vontade, a saudade, as não dá pra manter.

UNISA2: Já que você tava falado dessa questão da faculdade, a questão da violência infantil, ela tem um espaço nas Universidades, deveriam ganhar um espaço pra debate, nas disciplinas deveriam ser mais voltados pra família e pra criança...

G.2: Eu tenho certeza! Tem que ter, eu acho que tem que ter uma matéria chamada , sei lá “Olhando a violência.” “Cuidando da violência”. A violência tem que ser olhada, falada, pensada, e acho que por todas as áreas. Nem é só Serviço Social, acho que o Direito tem que olhar pra isso, a Psicologia, tem que virar pra isso, a Medicina...eu nunca vi pessoas tão despreparadas pra lidar com violência como médico! É impressionante, eles não dão conta de lidar com a violência. É a Delegada que chora, é uma Delegada que não dá conta de trabalhar com violência. Como assim! Todo mundo tem que tá preparado pra trabalhar com isso. Até porque a violência tá na gente, todo mundo em algum momento tem um ato violento ou descama pra uma violência

extrema, então...como não trabalhar. Não sei, talvez matéria...Não sei como funciona muito isso, mas que tinha que ter espaço pra discutir violência em todas as áreas, sem dúvida! Na pedagogia, não tem lugar mais violento hoje do que escola, né...é um espaço extremamente violento. Ontem a menina me falou assim, a Diretora da escola, que um grupo de professoras se uniam e combinavam de faltar no mesmo dia pra ferrar a Diretora, a C. A outra diretora me falou isso, e ai eu falei: “E ai que que você acha disso...”, ela “Menina, é um absurdo né...ferrar com a Diretora..” eu falei “Não, eles não estão ferrando com a Diretora, eles estão ferrando com as crianças. Quando eles faltam eles ferra com as crianças.” Oh, o alcance disso: eu deixo de dar aula pra essas crianças, eu prejudico o desenvolvimento e a informação que eles iam ter. Essas crianças são os adultos de amanhã, quando eu tiver idosa essas crianças que vão ser os profissionais, os adultos que vão lhe dar comigo. Pera! Quem vai lhe dar comigo...essas crianças que os professores faltam pra sacanear a Diretora...Então eles estão sacaneando eles mesmo! Porque eles faltam, só que ai sacaneou a Diretora, sacaneou as crianças, que vão ser adulto e vão te atender na UBS quando você tiver idoso.E ai...aquela mal educada, foi tua aluna. Aquela que faltou e não deu aula pra sacanear a Diretora, gente! Olha o alcance das nossas ações...Então eu sou professora e tenho esse nível de responsabilidade!! “Ah, eu vou sacanear a Diretora!”Opa! Eu vou sacanear a criança, indiretamente eu to me sacaneando lá no futuro. As crianças não são futuro do país...então tamos ruim de futuro. Tamo ruim de futuros porque os profissionais não se dão conta do alcance das ações deles hoje, não consegue olhar a diante, então tudo que eu faço hoje vai ter uma consequência lá, né...Isso em tudo. Na minha relação, vai, eu traio hoje meu marido, ai ele nunca vai saber, daqui a dez anos ele sabe, eu vou tá no auge do casamento, bem, maravilhosa, e meu casamento acaba por uma ação minha de dez anos atrás. Tudo tem uma reação, em algum momento tem um retorno. Então como é que eu faço as coisas sem pensar... e educação é isso.Olha só o nível de violência. Eles violentam a Diretora, eles violentam os alunos, eles violentam os professores, os professores violentam os alunos, agente atendeu um caso aqui que a menina sofreu violência psicológica da professora. E e uma aluna acima da média, com Q.I.. diferenciado, toca violino, ela é toda diferente, a melhor aluna da escola inteira, a professora não suportou ter a melhor aluna da escola inteira

sobre responsabilidade dela, e levava a menina pro corredor e acabava com a menina :”Quem você pensa que é...Cê acha que é o quê...Você é nada!Você é isso...”Então a menina não quis mais estudar, a menina adquiriu um monte de medos, um monte de traumas por conta da conduta da professora. Olha que espaço violento é esse na escola hoje. Como não tem assistente social na escola, deveria ter dois! Um na parte da manhã e outro a tarde.

A.S.2: E mesmo assim não dava conta (risos).

G.2: É...vamos ser claras...que eram poucos. É pouco!Né...eu to com uma Diretora de escola que ligou, diz que tá com uma menina, grávida, de uma violência sexual que sofreu dentro de casa. E ai eu falei pra ela...Ela meligou e falou assim “Não adianta você vir na escola, porque a menina tá em pânico!”.Porque a menina contou e ela tá desesperada...Eu disse”E agora...eu não posso fazer a visita porque o caso não tá com a gente, então eu não posso pedir pra alguém fazer a visita.Tem como alguém ir...”Ela “Quem...” Eu falei assim “Não tem alguém na escola...porque um professor pode ir na casa do aluno, legalmente nada impede” Ai ela falou”Mas você acha que alguém qui se dispõe...”Ai vem dar notícia de Jornal Nacional, Fantástico, uma professora que faz visita na casa dos alunos que faltam...Gente!Perai!Ela tá dentro, tá inserida nessa comunida, nessa escola, qual o problema dela fazer visita...E outra, visita domiciliar não é só atribuição de assistente social, qualquer profissional pode fazer,nós temos como instrumento a visita domiciliar, pra atender nossa demanda. Visita domiciliar, médico, qualquer um pode fazer. Não faz, ninguém se dispõe a fazer, olha que grave, já que ela sofreu violência sexual, ela podia sofrido violência e morrido...né...Ai eu falei pra ela, aciona o Conselho, dá o endereço, explica a situação, é o que você pode fazer.

A.S.2: Quantos meses ela tá grávida, ela falou...

G.2: Ela não sabe, a menina se descobriu grávida e foi contar pra Diretora. Que é gravidez de um parente.

A.S.2: Enquanto a gente consegue lhe dar com os casos, é porqe a gente tá “saudável”, na hora que a gente falar assim, ah então tá bom”...é porque...(risos)

G.2: É! Quando você naturaliza, tá doente!Não tem como você achar natural, né..Ah, mas ele só deu um tapinha...não!Não um tapinha não é natural! Não é normal. E ai que você fica paranóico, quando você trabalha com violência, se tá andando em algum

lugar, tá dentro de um Shopping, você vê uma mãe com uma conduta inadequada com a mãe, você vai:”Não pode, não faz isso com seu filho..machuca, né” Já parei carro e falei: “Cê é doida!Olha o menino lá atrás e você aqui na frentemulher!” Menina, como você sai andando e deixa um menino lá atrás pelo amor de Deus...E você vê muito. Eu paro o carro: “Oh Dona! É seu...eu vou levar pra mim!” Já fiz isso, ali perto da UNISA (risos). Parei no farol, quando eu olhei a mulher na frente e o menino atrás segurando a camiseta e chorando. Ai fui só um pouquinho pra trás e falei; “Oh, dona! É seu...” Ela “É”, “Eu vou levar embora ou você vai segurar a mão do seu filho...” ai ela olhou assim e ainda me xingou, eu mandou eu ir...e foi lá e pegou na mão do menino assim, que vontade de ainda falar “Não chacoalha!!” (risos)

A.S.2: Mês passado tava eu e a Rita, com a supervisão da Rose, quando a gente veio andando ali perto do Mac, e você vê que tem bastante comércio mas ainda tem aquela parte que é só árvore, então, tinha uma menininha, brincando sozinha, com uma sainha tão curtinhae com as perninhas abertas e mostrava a calcinha assim...E um monte de homem, nossa como me incomodou aquela cena! Cadê amãe dessa menina...sabe, e a menina sozinha, é um risco né, que você coloca seu filho.

G.2: Eu já peguei criança pela mão no shoopping e levei “É sua...” “É...” “Então, eu ia levar. Mas eu não levei porque eu te olhei e falei, vai que ela fica com saudade..mas oh! Poe ficar com ela” Juro! Ficou eu e minha filha adolescente, a gente andou um tempão, porque a menininha era muito lindinha, devia ter uns três anos, ela andava sozinha, ela parava nas portas das lojas e olhava pros vendedores, pras pessoa e fazia assim (gesticulou). Ai a gente começou a observar epercebemos que ela tava sozinha, ai eu falei, essa menina tá sozinha...e a menina...(gesticulou). Quando eu olhei, ai veio um menino de uns oito anos, tentou pegar na mãozinha dela, ela não quis e ele voltou...Então tava a mãe, o pai e o menino, lá na frente. E a menininha atrás. E eu fico pensando, será que els pensam que shopping é um lugar totalmente seguro, que nada vai acontecer...porque não é possível. Ai eu falei: “Carol, vamos olhar isso.” Si ela “Ai mãe não acredito.” Eu falei:”Vamos você me atentou, agora danou-se”. Ai chegou um momento que eu não aguenrei, falei, vem cá menininha, e ela veio, dei a mão e ela pegou naminha mão. Eu não podia levar ela embora...fácil, fácil. Ela já era minha amiga! Ai eu fui até a mulher e disse “Oi! É sua...Olha eu ia levar, mas ai eu pensei bem

e vai que você fica com saudade, né! Então ela tava lá trás viu...tinha um rapaz já querendo pegar ela” A mulher ficou com o olho desse tamanho (gesticulou) o pai ficou, sabe quando o cara fica totalmente sem graça...Então, mas na hora de largar a menina lá e sair de mãozinha dada com a mulher, ele nem se deu conta que a menina tava sozinha. Epa! Vamos acordar! Como assim...Então não tem jeito, então você vê, você tá em casa, começa a chorar criança no vizinho, você já “Ai meu Deus do céu, que que tá acontecendo...” Já acha tudo, menos que ele tá chorando porque ele quer chocolate, acha tudo. É angustiante, ser assistente social, não é fácil!(risos) E dependendo da área que você escolhe pra atuar, claro que atrapalhe, e interfere na sua vida pessoal. Você vê criança chorar. Tá. A maior parte das mulheres são sensíveis, vê uma criança chorando, mas quando você trabalha com a violência é automático. Escuta, será que é um choro de violência...você fica...atento. Você já fica atento pra poder atuar, fazer alguma coisa. Você não vai deixar passar batido. Então também tem isso. E tem um detalhe, assistente social tem que fazer terapia. Ah! Tem e muita. Não faz terapia pra vê o que te acontece. Não dá conta. Quando eu comecei a trabalhar com a violência, minha filha tinha quatro anos. Meu marido desde então nunca mais pegou ela no colo, porque a última vez que ele pegou eu falei “Põe no chão. Pra quê pegar a menina de quatro a nos no colo...Não pode.” Ai ele “Tá louca...” É interferência. Atrapalha na sua vida pessoal. Mas ai você vai trabalhando, faz terapia, vai trabalhando outros casos e tal, e não fica tão pesado, mas que de alguma maneira interfere, interfere! Ao ponto de a filha do vizinho não pode chorar, chorou, opa, fica de orelha em pé. Então se você não faz terapia você não dá conta. Porque toda criança que chora vai causar em você uma angústia, em mim causa. Pode tá lá no fim do mundo, eu escutei...cachorro também!(risos) Cachorro e criança, eu não durmo, se for a noite, eu não durmo, porque eu penso será que ele tá com dor...será que ele tá doente...(risos). Mas isso é uma coisa pessoal, uma coisa de gostar de bicho. Mas a coisa da criança é nitidamente ligada ao trabalho. Mas é legal que você fica mais atenta com os seus. E cabe a gente proteger, por isso não dá pra uma menina ficar lá atrás, porque ela não tem discernimento de que eu não posso pegar na mão e ela não pode. Ela não sabe! Ela vaipear na mão de quem sorrir pra ela. Eu sorri e fiz assim e ela veio. Oh! Que fácil...Minha filha dava o lanche, dava o dinheiro do lanche...E é isso, porque a gente fica nessa

coisa de trabalhar a não violência, e a gente acaba permitindo que a criança seja inocente demais. E bom, tem o risco que ele corre de abrir o portão pra um estranho ou também de dar o lanche, porque coitado, tá com fome. É a gente tem que achar um meio termo e não é fácil nada! Com filho pior ainda né...

UNISA2: Bom, eu tinha dezenove perguntas, você conseguiu me responder.

G.2: Olha! Falar rápido é uma beleza. Precisando estamos a sua disposição (risos).

UNISA2: Obrigada pela entrevista!

ANEXO 1 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

PROTOCOLO: A prática do assistente social com crianças vítimas de violência sexual no contexto familiar

Estes esclarecimentos estão sendo apresentados para solicitar a participação livre e voluntária, no projeto A prática do assistente social com crianças vítimas de violência sexual no contexto familiar, do Curso de Serviço Social da Universidade de Santo Amaro - UNISA, que será realizado pelo pesquisador Tito Arturo Valencia Monardez, e pela graduanda Keli Paloma Nascimento do Curso de Serviço Social, como Trabalho de Conclusão de Curso. A violência sexual intrafamiliar como uma das expressões da questão social em nossa sociedade é uma problemática existente há séculos porém retratada de forma mais esclarecida nas últimas décadas através de pesquisas e trabalhos de profissionais que buscam o entendimento, orientações e intervenções às vítimas que sofrem tanto fisicamente como psicologicamente deixando sequelas para a vida, podendo interferir em suas relações sociais. O assistente social como possuidor de instrumentos que lhe oferecem a interpretação da realidade dessas famílias e quem em seu meio sócio ocupacional trabalham diretamente com elas tem em sua ação práticas de mediações e intervenções para a garantia de direitos das crianças.

O objetivo do estudo é verificar abordagens e instrumentos utilizados pelos profissionais do Serviço Social nesse contexto. A pesquisa será realizada através de estudos bibliográficos e pesquisa de campo, através de entrevistas, onde será realizada com 03 assistentes sociais que atuam com crianças vítimas de violência sexual no contexto familiar a fim de identificar quais são os procedimentos e resultados no trabalho. Será realizada pela graduanda Keli Paloma Nascimento por meio de gravações, no espaço em que o assistente social atende, sendo que existe a

Pesquisador Responsável: Tito Arturo Valencia Monardez – endereço e telefone. CEP-UNISA: Rua Prof.

Enéas de

Siqueira Neto, 340, Jardim das Imbuías, SP – Tel.: 2141-8687

possibilidade de profissionais não responder as questões da entrevista, onde será respeitado sua vontade. Os riscos são baixos pois refere se a uma pesquisa na qual será realizada em uma ambiente em que o assistente social se encontrar confortável e as gravações serão restritas apenas para elaboração do estudo, não havendo benefícios por se tratar de um estudo experimental podendo identifica-los apenas em suas conclusão.

É garantido o acesso, em qualquer etapa do estudo, aos profissionais responsáveis pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas ou informações sobre os resultados parciais das pesquisas, quando em estudos abertos, ou de resultados que sejam do conhecimento dos pesquisadores.

O pesquisador Tito Arturo Valencia Monardez, pode ser encontrado no endereço Rua Isabel Scmidt, 349, Santo Amaro, SP, CEP 04743030, telefone 21418500. Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP-UNISA) – Rua Prof. Enéas de Siqueira Neto, 340, Jardim das Imbuías, SP – Tel.: 2141-8687. As entrevistas serão mantidos em sigilos entre os pesquisadores, sendo resguardado qualquer tipo de identificação. Não há despesas pessoais para o participante em qualquer fase do estudo, incluindo exames e consultas. Também não há compensação financeira relacionada à sua participação. Se existir qualquer despesa adicional, ela será absorvida pelo orçamento da pesquisa.

Em caso de dano pessoal, diretamente relacionado aos procedimentos deste estudo (nexo causal comprovado), a qualquer tempo, fica assegurado ao participante o respeito a seus direitos legais, bem como procurar obter indenizações por danos eventuais.

Uma via deste Termo de Consentimento ficará em seu poder

São Paulo, ____/____/____

Se você concordar em participar desta pesquisa assine no espaço determinado

Pesquisador Responsável: Tito Arturo Valencia Monardez – endereço e telefone. CEP-UNISA: Rua Prof.

Enéas de

Siqueira Neto, 340, Jardim das Imbuías, SP – Tel.: 2141-8687

abaixo e coloque seu nome e o nº de seu documento de identificação.

Nome:

Doc. Identificação:.....

Declaro(amos) que obtive(mos) de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido deste participante (ou do representante legal deste participante) para a participação neste estudo, conforme preconiza a Resolução CNS 466, de 12 de dezembro de 2012, IV.3 a 6.

Assinatura do pesquisador responsável pelo estudo Data //

Assinatura dos demais pesquisadores Data //

Pesquisador Responsável: Tito Arturo Valencia Monardez – endereço e telefone. CEP-UNISA: Rua Prof.

Enéas de

Siqueira Neto, 340, Jardim das Imbuías, SP – Tel.: 2141-8687

ANEXO 2 - CARTA DE INFORMAÇÃO

Prezado, você está sendo convidado a participar da minha pesquisa, cujo título é “A prática do assistente social com crianças vítimas de violência sexual no contexto familiar”. O objetivo da pesquisa é abordar a atuação do profissional do Serviço Social com famílias e crianças vítimas de abuso sexual intrafamiliar verificando o instrumental e operacional.

As entrevistas serão realizadas com três assistentes sociais, através de um roteiro de questionário elaborado com perguntas abertas e fechadas para que os (as) entrevistados (as) possam se expressar sobre a profissão e atuação. O método de coleta dos dados será gravação em áudio em local determinado pelo entrevistado (a) onde será utilizada apenas para elaboração da pesquisa.

A pesquisa não implica em nenhum gasto para o entrevistado, o qual também não receberá qualquer espécie de reembolso ou gratificação devido à sua participação. Não serão divulgados os nomes dos participantes, mantendo-se dessa forma a confidencialidade das informações prestadas, lembrando que, sua recusa de participação não lhe trará nenhuma penalidade.

Cabe ressaltar que é garantida a liberdade da retirada de consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo, sem qualquer prejuízo.

Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone do pesquisador responsável, podendo tirar dúvidas sobre a pesquisa e sua participação. Além disso, o pesquisador compromete-se a utilizar os dados e o material coletado somente para esta pesquisa, e de mantê-los atualizados sobre os resultados parciais da pesquisa.

Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP-UNISA) – Rua Prof. Enéas de Siqueira Neto, 340, Jardim das Imbuías, SP – Tel.: 2141-8687.

Esclarecemos que tal autorização é pré-condição para a execução de qualquer estudo envolvendo seres humanos, sob qualquer forma ou dimensão, em consonância com a resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde. Comitê de Ética em

Pesquisador Responsável: Tito Arturo Valencia Monardez – endereço e telefone. CEP-UNISA: Rua Prof.

Enéas de

Siqueira Neto, 340, Jardim das Imbuías, SP – Tel.: 2141-8687.

Pesquisa (CEP-UNISA) – Rua Profº Enéas de Siqueira Neto, 340, Jardim das Imbuías, SP – Tel: 21418687.

Agradecemos antecipadamente seu apoio e compreensão, certos de sua colaboração para o desenvolvimento da pesquisa.

PESQUISADORA RESPONSÁVEL: Tito Arturo Valencio Monardez

CONTATO: Rua Isabel Schmidt, 349 - Santo Amaro São Paulo - SP, CEP 04743-030(11) 2141-8500.

São Paulo, ____/____/____

ASSINATURA DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL

ASSINATURA DO PESQUISADOR ASSISTENTE